TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria-Geral de Planejamento

ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2011

MAGÉ

Conselho Deliberativo

Presidente
Jonas Lopes de Carvalho Junior
Vice-Presidente
Aluisio Gama de Souza

Conselheiros
José Gomes Graciosa
Marco Antonio Barbosa de Alencar
José Maurício de Lima Nolasco
Julio Lambertson Rabello
Aloysio Neves Guedes

Procurador-Geral do
Ministério Público Especial
Horácio Machado Medeiros

Secretária-Geral de Controle Externo
Elaine Faria de Melo

Secretário-Geral de Planejamento
José Roberto Pereira Monteiro

Secretário-Geral de Administração
Marcos André Ricardo de Brito

Secretária-Geral das Sessões
Gardenia de Andrade Costa

Procurador-Geral
Sérgio Cavalieri Filho

Chefe de Gabinete da Presidência
Ana Helena Bogado Serrão

Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão
Paula Alexandra Nazareth

Coordenador-Geral de Comunicação Social,
Imprensa e Editoração
Celia Abend

APRESENTAÇÃO

Esta é a décima primeira edição dos Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro oferece aos gestores, legisladores, técnicos, pesquisadores e leitores interessados na realidade multifacetada das cidades e da zona rural que compõem o universo fluminense além da capital cosmopolita, centro das atenções do país.

Ao focalizar as realidades desses locais onde vive mais da metade da população do estado, os Estudos vêm contribuindo para prover elementos e propor alternativas aos poderes públicos locais para as demandas da sociedade. Ao apresentar, a cada edição, a evolução de uma série de indicadores que retratam seis anos consecutivos, entre 2005 e 2010, ultrapassando o tempo de um mandato da gestão municipal, trazemos um conjunto de conhecimentos capaz de servir como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas, tanto no âmbito de cada cidade quanto para suas regiões.

Esta coleção de noventa e um estudos, referentes a cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, convida o leitor à reflexão sobre um leque de temas da maior relevância para o Estado do Rio de Janeiro. Para uma leitura mais detalhada dos Estudos Socioeconômicos de anos anteriores, basta clicar o mapa do estado no portal do Tribunal de Contas e pesquisar a edição desejada.

Há, ainda, um caderno que os complementa com algumas análises sobre a economia fluminense e o desempenho do conjunto dos municípios nos últimos anos. Esse Comparativo do Desempenho dos Municípios Fluminenses apresenta uma série de tabelas que sintetizam os indicadores de cada município e as edições de 2001 em diante estão disponíveis na aba Documentos e Publicações de www.tce.rj.gov.br.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO
Dezembro de 2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
I - HISTÓRICO 6
II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 7
Aspectos demográficos 8
Gestão municipal 10
Governo eletrônico 12
Resultados da pesquisa 13
III - INDICADORES SOCIAIS 20
Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais 20
Education for All – EFA Global Monitoring Report 20
Pisa – *Programme for International Student Assessment* 21
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 22
Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 24
Educação no Estado do Rio de Janeiro 25
Quadro da educação no RJ 27
Educação no município 29
Saúde 38
Pacto pela Saúde 39
Atenção básica da saúde 42
Saúde no município 48
Mercado de Trabalho 50
IV - INDICADORES ECONÔMICOS 53
Contextualização da economia em 2010 53
PIB mundial 54
PIB nacional e seus componentes 55
Inflação 56
Comércio exterior 56
Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro 57
PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009 62

V - INDICADORES FINANCEIROS.....71

1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010: 75

2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010: 75

3. Indicador de autonomia financeira em 2010: 76

4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010:.....77

5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:.....78

6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2010: 80

7. Indicador do custeio *per capita* em 2010:.....81

8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2010: 81

9. Indicador do grau de investimento em 2010: 82

10. Indicador da liquidez corrente em 2010:.....83

VI - CONCLUSÃO 84

BIBLIOGRAFIA.....86

I - HISTÓRICO [1]

O desbravamento da região de Magé data dos primeiros tempos coloniais do Brasil. Em 1565, após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, Simão da Mota é agraciado por Mem de Sá com uma sesmaria e edifica sua moradia no morro da Piedade, próximo do qual, ainda hoje, existe o porto de mesmo nome, a poucos quilômetros da sede municipal.

Alguns anos depois, Simão da Mota, com outros portugueses e inúmeros escravos, transferiu-se para a localidade Magepe-Mirim, de onde se originou a atual cidade de Magé. Na época, viviam na região índios da tribo dos tamoios, dos quais não restam vestígios. A povoação foi elevada à categoria de freguesia em 1696.

Devido ao esforço dos colonizadores e à fertilidade do solo, Magepe-Mirim gozou de uma situação invejável no período colonial. O trabalho dos negros muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e elevação do nível econômico local. Em 1789, Magé foi elevada à categoria de vila, obtendo assim sua emancipação, sendo instalado em 12 de junho do mesmo ano em território constituído de terras desmembradas do município de Santana de Macacu e da cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1810, foi a localidade tornada baronato e, no ano seguinte, elevada a viscondato. Em 1857, foram-lhe atribuídos foros de cidade.

Durante o Segundo Império, foi construída em terras desse município a estrada de ferro Mauá, a primeira da América do Sul. Inaugurada em 1854, fez história em seus 14,5 quilômetros de extensão.

Parte importante da história do país, Magé teve o porto mais movimentado do Brasil Colônia, o porto da Estrela, localizado na Vila Estrela, pelo qual escoavam para Portugal os tesouros arrancados das Minas Gerais. O Caminho das Pedras, primeira estrada entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais, foi aberto em 1726, pelo desbravador Bernardo de Proença.

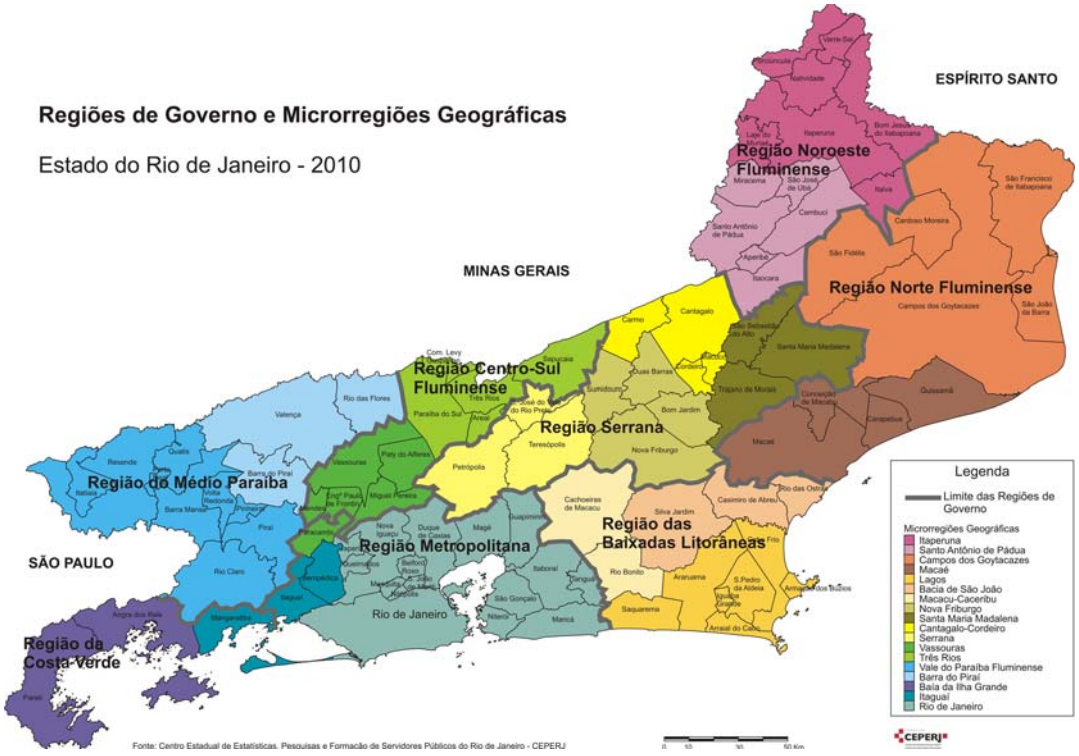
Com a abolição da escravatura, houve considerável êxodo dos antigos escravos, ocasionando terrível crise econômica. Esse fato, aliado à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações. O abandono das terras provocou a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando-a. Daí originou-se o grassamento da malária, que reduziu a população local e paralisou por várias décadas o desenvolvimento econômico da região.

Sua localização privilegiada, próxima a cidades importantes, trouxe novo surto de desenvolvimento no século XX, com a implantação de várias indústrias, especialmente as têxteis. Em 1992, Guapimirim, então terceiro distrito de Magé, adquire sua autonomia, com redução expressiva do território mageense.

1 - Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXII – IBGE, 1959; Abreu, A., "Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória", Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994; e sítio www.mage.rj.gov.br, acessado em 1º de julho de 2010.

II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Magé pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.



O município tem uma área total [2] de 388,5 quilômetros quadrados, correspondentes a 7,3% da área da Região Metropolitana. Os limites municipais, no sentido horário, são: Duque de Caxias, Petrópolis, Guapimirim e baía de Guanabara.

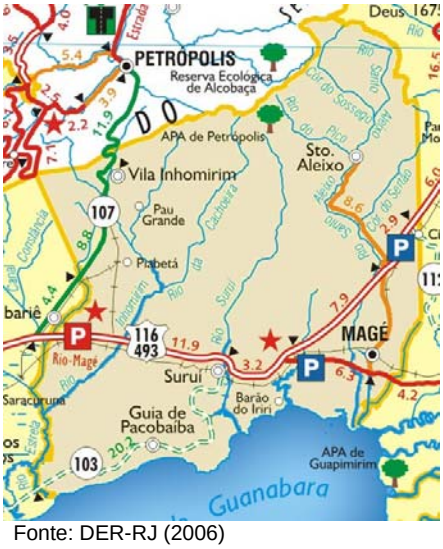
Magé é cruzado pela rodovia BR-116, de Duque de Caxias, a oeste, a Guapimirim, a nordeste. A BR-493 acessa o sul de Guapimirim, em direção a Manilha, no município de Itaboraí, e a RJ-107 segue rumo norte para Petrópolis.

Um arco rodoviário da Região Metropolitana (BR-493, RJ-109 e RJ-099) fará a ligação do porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101, em Itaboraí. Passa por Seropédica e requer a construção de trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Lá ele cruza com a BR-040, juntando-se à BR-116 em Magé, e segue para Guapimirim, chegando a Itaboraí no trevo de Manilha.

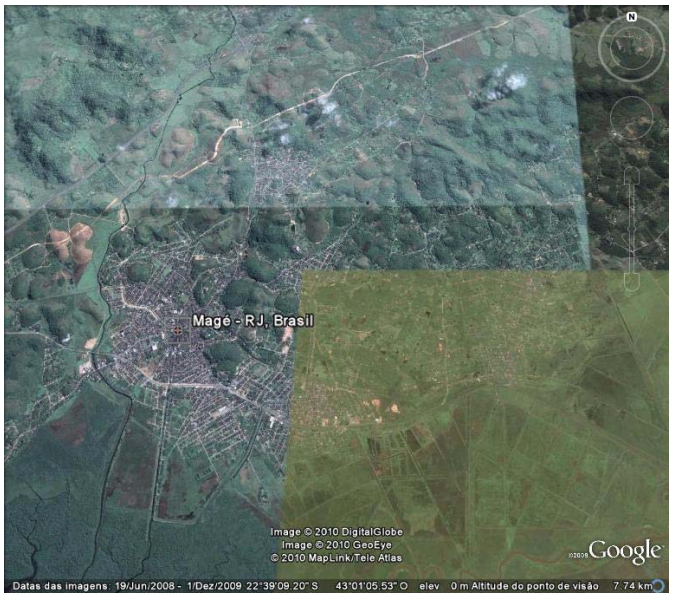
A rodovia RJ-107, conhecida como Estrada do Imperador, sai de Imbariê, em Duque de Caxias, passa por Vila Inhomirim, de Magé, e sobe a serra desde os tempos do Império.

2 - IBGE - Censo 2010.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturada do programa Google Earth, em julho de 2010.



Fonte: DER-RJ (2006)



Distrito-sede de Magé, a 7,7 km de altitude.

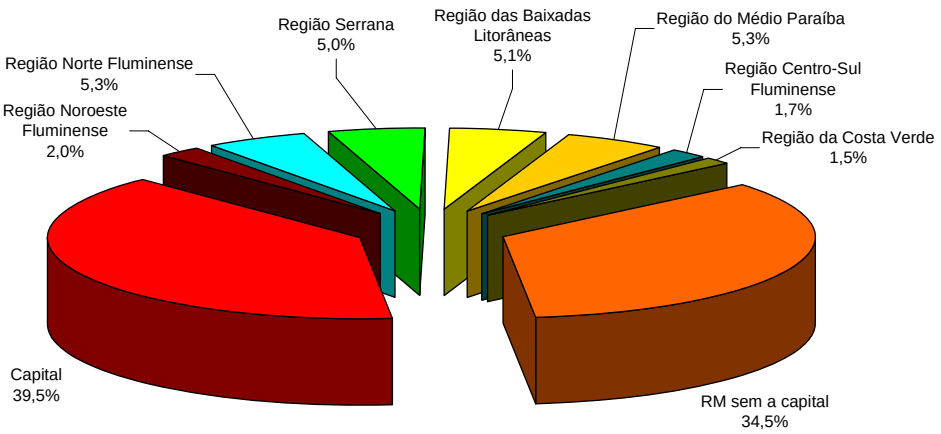
Aspectos demográficos

Em 2010, de acordo com o Censo [3], Magé tinha uma população de 227.322 habitantes, correspondente a 1,9% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 94,7 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 585,1 habitantes por km², contra 2.221,8 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 94% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 10,4%, o 47º maior crescimento no estado.

3 - IBGE - Censo 2010.

A distribuição da população fluminense em 2010 dava-se conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas - 2010



O município tem um contingente de 161.133 eleitores [4], correspondente a 71% do total da população.

A pirâmide etária, segundo o Censo 2010 [5], apresentava o seguinte quadro:

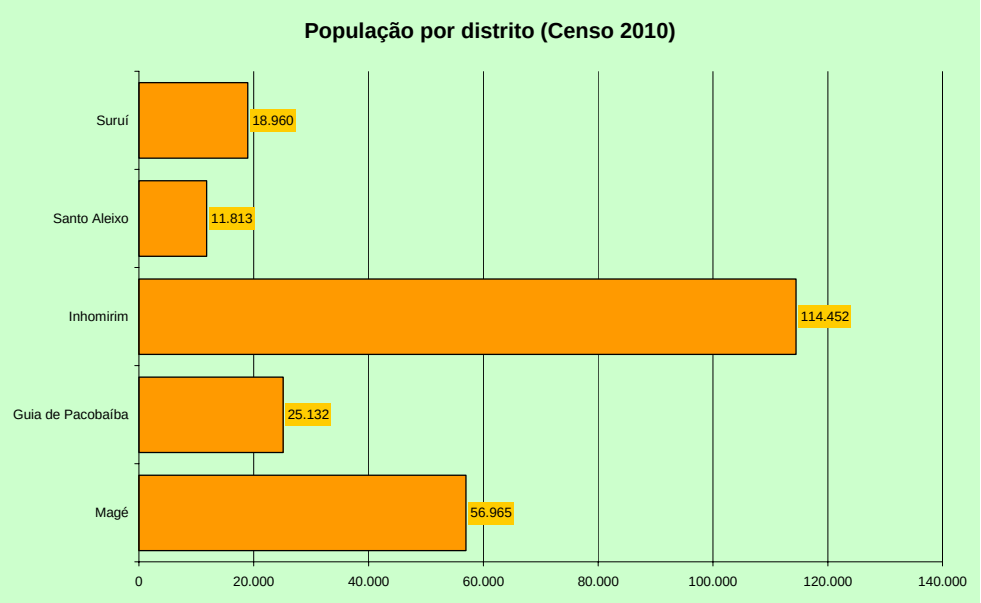
Gráfico 2: Pirâmide etária – Município de Magé - 2010

Mais de 100 anos	10	0,0%	0,0%	15
95 a 99 anos	24	0,0%	0,0%	50
90 a 94 anos	80	0,0%	0,1%	175
85 a 89 anos	292	0,1%	0,2%	510
80 a 84 anos	683	0,3%	0,5%	1.095
75 a 79 anos	1.349	0,6%	0,7%	1.679
70 a 74 anos	1.958	0,9%	1,0%	2.386
65 a 69 anos	2.792	1,2%	1,5%	3.329
60 a 64 anos	3.815	1,7%	1,9%	4.424
55 a 59 anos	4.937	2,2%	2,4%	5.544
50 a 54 anos	5.962	2,6%	3,0%	6.714
45 a 49 anos	6.894	3,0%	3,3%	7.521
40 a 44 anos	7.802	3,4%	3,7%	8.311
35 a 39 anos	7.954	3,5%	3,9%	8.807
30 a 34 anos	8.629	3,8%	4,1%	9.310
25 a 29 anos	9.020	4,0%	4,1%	9.343
20 a 24 anos	9.404	4,1%	4,2%	9.517
15 a 19 anos	10.550	4,6%	4,5%	10.282
10 a 14 anos	11.074	4,9%	4,8%	10.817
5 a 9 anos	9.146	4,0%	3,9%	8.929
0 a 4 anos	8.201	3,6%	3,5%	7.988
		Homens	Mulheres	

4 - Estatísticas TSE - Eleições 2010.
5 - IBGE - Censo 2010.

A população local, de acordo com o Censo 2010, distribuía-se no território municipal conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição local da população - 2010



Nota: Os dados do IBGE não mencionam o distrito de Rio do Ouro. No entanto, o somatório das populações acima confere com o total do Censo 2000.

Segundo o levantamento, o município possuía 87.827 domicílios [6], dos quais 8% eram de uso ocasional.

Magé possui duas agências de correios [7], 10 agências bancárias [8] e 10 estabelecimentos hoteleiros [9]. Quanto aos equipamentos culturais, o município não dispõe de cinema e teatro [10], mas tem um museu [11] e três bibliotecas públicas [12].

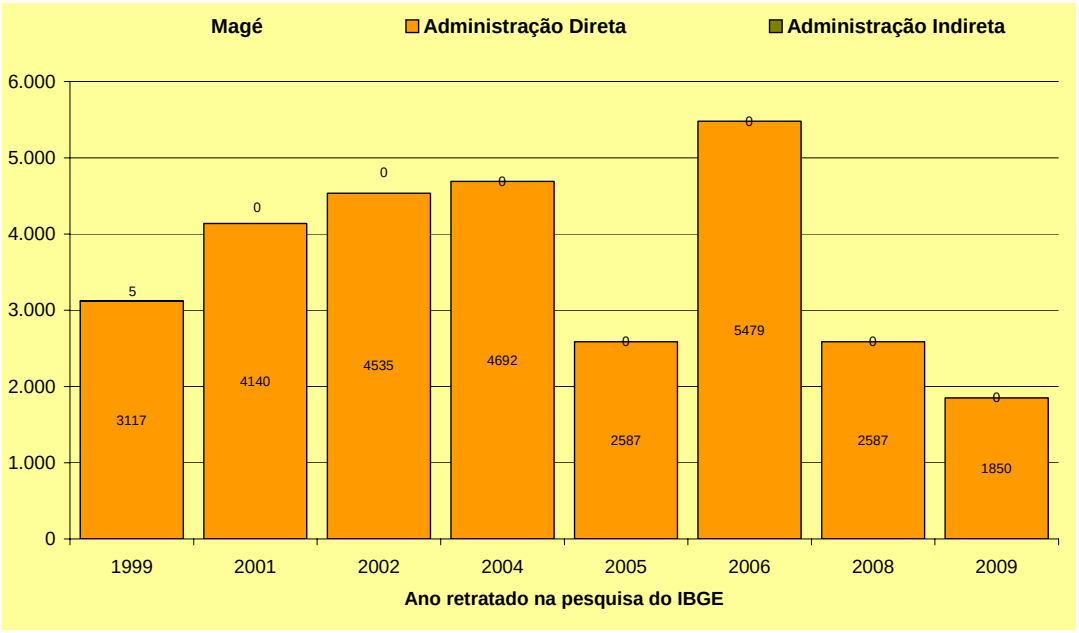
Gestão municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como PIBM ou Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade dos municípios do país desde a primeira edição, referente a dados de 1999. Trata-se de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal, e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal.

A pesquisa apurou diversas questões em 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008. A partir dos dados mais recentes, publicados no final de 2009, apresenta-se a seguinte evolução do quadro de pessoal de Magé:

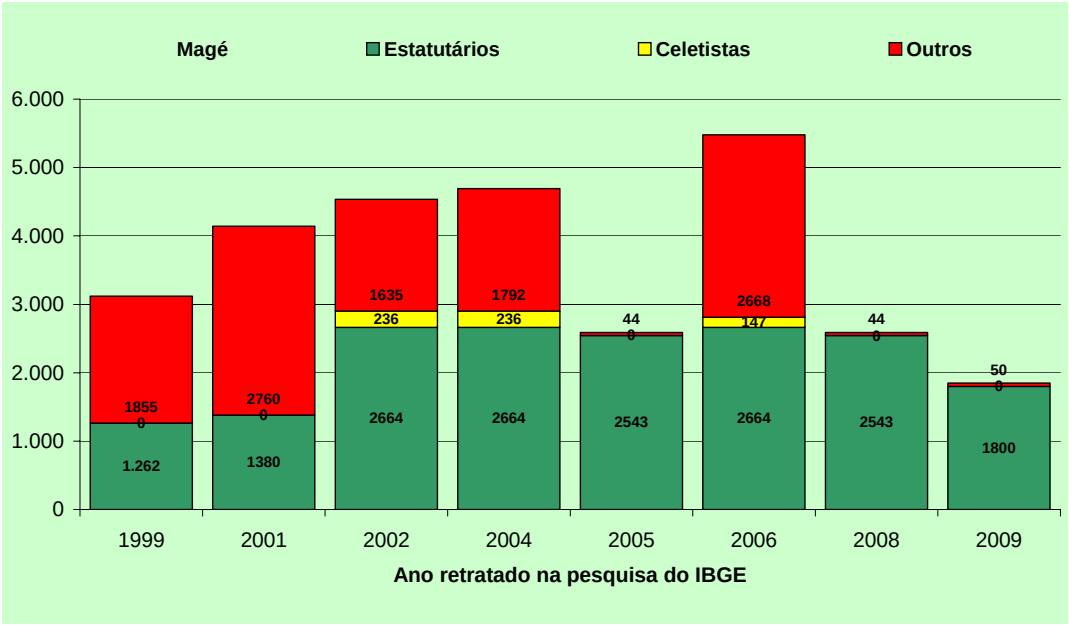
6 - IBGE - Censo 2010.
7 - ECT - 2010 (inclui agências comunitárias).
8 - BACEN - 2008.
9 - MTE-RAIS - 2007.
10 - IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006.
11 - Ministério da Cultura, Sistema Brasileiro de Museus, fevereiro de 2011.
12 - Biblioteca Nacional, sítio http://catalogos.bn.br, fevereiro de 2011.

Gráfico 4: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2009



O vínculo empregatício dos servidores e funcionários, subdividido entre administração direta e administração indireta, apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico 5: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2009



A pesquisa do IBGE possui suas imperfeições, uma vez que diversos municípios tiveram fortes oscilações de um ano para o outro, sem que se apresentasse justificativa para isso.

Em Magé, na administração indireta, somente houve registro de funcionários em 1999, no total de cinco.

Governo eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Nesse último estágio, ainda fora da realidade dos municípios do Rio de Janeiro, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre abril e junho de 2011. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foram considerados os sítios que não existiam, estavam em construção

ou manutenção, com mensagem de erro ou pedido de senha de acesso, nem a capital [13].

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes [14] e dificuldade em localizar informações ou serviços. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações permanece defasado. Talvez seja essa a maior mazela dos projetos de transparência governamental: uma ação espasmódica que não tem continuidade. Há município que apresenta suas finanças de oito anos atrás, outros que até cumprem um ou outro dos quesitos pesquisados, mas não trazem informação de fato: apenas uma abordagem superficial ou insuficiente ao tema.

Deve-se destacar que, em 2002, havia apenas 42 municípios fluminenses na *web*. Edições anteriores deste Estudo vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Naquele ano, já eram 67 municipalidades com presença ativa na internet. De acordo com este levantamento de 2011, dos 91 municípios objetivados, 84 mantinham sítios ativos nas datas em que a pesquisa foi realizada, ou seja, o dobro de nove anos passados.

Resultados da pesquisa

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios Informativo, Interativo e Transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com o quantitativo de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos continuam predominando, com uma *performance* regular. Houve pequena evolução na oferta de serviços interativos, mas, como se verá adiante, o conjunto obteve apenas 22% de aproveitamento nessa categoria, considerado insuficiente. Em relação ao Estágio Interativo, Angra dos Reis, Petrópolis e Volta Redonda mostraram bom desempenho; Barra Mansa, Niterói, São Gonçalo e Rio das Ostras, regular. Todos os demais tiveram desempenho insuficiente ou sofrível.

No início de junho de 2011, quando foi concluída a pesquisa, eram 43 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando evolução significativa em relação a 2010, quando somente 27 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica por diversos municípios e à disponibilização de *link* para acesso ao sistema de

13 - Essa última não faz parte do escopo dos Estudos. O sítio de Italva, em maio de 2011, permanecia em construção, mesmo *status* de anos anteriores, enquanto o de Carmo estava indisponível. O sítio de Belford Roxo, avaliado no ano anterior, dessa vez encontrava-se em manutenção. Não foram localizados sítios oficiais de Engenheiro Paulo de Frontin, São Fidélis, Trajano de Morais e Varre-Sai.

14 - É possível que muitas das falhas detectadas venham sendo solucionadas pelos sítios municipais avaliados, dada a dinâmica da internet. Até mesmo sítios que não estavam operacionais poderão estar acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

Registro Integrado (Regin) da Junta Comercial (Jucerja) com vistas à abertura ou regularização de empresas.

Há um longo caminho a ser percorrido: apesar de *websites* interativos e transacionais estarem disponíveis no mercado para todo tipo de comércio, com segurança e privacidade, a integração dos sistemas das bases de dados é tarefa complexa. Mais fácil e rapidamente se executa – e se mantém – um sítio com informações confiáveis e atualizadas, oferecendo um leque mínimo de opções para o "cliente" internauta: uma pessoa, um grupo de pessoas, uma organização, todas as organizações existentes na localidade e ainda as que para ali poderão migrar, qualquer um em qualquer lugar.

No Estágio Informativo, foram definidos 19 temas autoexplicativos. Todas as 84 prefeituras analisadas apresentaram algum resultado nessa categoria, mas seu conjunto somente atingiu 54% de aproveitamento no total de serviços elencados, imputando uma classificação regular ao grupo. Nesta comparação por regiões do estado, a pesquisa revela que houve mínima melhora da qualidade da informação disponibilizada em páginas municipais, com aumento de um ponto percentual em relação ao ano anterior.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões - 2011

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	9/10	3/3	13/13	12/12	16/17	11/13	8/9	12/14	84/91
História do Município	89%	100%	85%	100%	94%	73%	88%	92%	89%
Geografia	78%	100%	69%	92%	81%	82%	88%	83%	82%
Economia	33%	67%	8%	67%	50%	45%	75%	33%	44%
Finanças Públicas	89%	67%	69%	67%	56%	55%	75%	75%	68%
Cultura e Entretenimento	67%	100%	62%	92%	38%	9%	75%	58%	57%
Saúde	44%	67%	54%	67%	63%	27%	75%	42%	54%
Educação	67%	67%	38%	83%	69%	55%	63%	67%	63%
Meio Ambiente	11%	33%	15%	50%	50%	0%	75%	25%	32%
Infraestrutura	11%	67%	31%	58%	19%	36%	50%	25%	33%
Tributação	56%	67%	54%	67%	81%	0%	63%	67%	57%
Legislação	78%	100%	100%	75%	94%	45%	63%	92%	81%
Notícias	89%	100%	100%	92%	94%	73%	100%	75%	89%
Turismo	89%	100%	77%	83%	63%	45%	88%	75%	74%
Estrutura Administrativa	89%	100%	92%	100%	94%	82%	100%	83%	92%
Investimentos	11%	33%	0%	42%	25%	0%	38%	17%	19%
Políticas Públicas	0%	33%	15%	42%	19%	0%	25%	25%	19%
Trabalho e emprego	11%	33%	23%	42%	31%	0%	38%	17%	24%
Trânsito	0%	33%	0%	8%	6%	0%	25%	25%	10%
Plano Diretor	22%	100%	54%	42%	25%	27%	63%	33%	39%
Totais	49%	72%	50%	67%	55%	34%	66%	53%	54%

A Região da Costa Verde, com apenas três municípios, mais uma vez ficou melhor posicionada nesse estágio, com 72% de atendimento dos quesitos, caracterizando bom desempenho. O Médio Paraíba teve desempenho regular, com 67% de aproveitamento, muito próximo do Norte Fluminense, com 66%, seguindo-se a Região Metropolitana, com 55%, e a Região Serrana, com 53%.

Regular, mas no limite para um desempenho sofrível, está a Região das Baixadas Litorâneas, com aproveitamento de 50%. A Região Centro-Sul Fluminense, entretanto, atendeu a apenas 49% dos quesitos e a Noroeste Fluminense, 34%.

Os temas mais divulgados permanecem sendo Estrutura Administrativa, Notícias, História e Geografia dos municípios. Os menos oferecidos são Trânsito, Políticas Públicas e Investimentos.

Nessa categoria, apenas quatro municípios atenderam a 100% dos quesitos: Angra dos Reis, Macaé, Petrópolis e Porto Real. Outros 13, espalhados por todas as regiões a menos da Noroeste Fluminense, também tiveram bom desempenho.

No Estágio Interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com *performance* insuficiente em todas as regiões, menos uma, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples. A exceção segue sendo o serviço de Ouvidoria que, como nas pesquisas anteriores, é o único que aparece com frequência expressiva, 96% dos sítios pesquisados. Outros serviços preferencialmente disponibilizados referem-se a Impostos, Licitações e Concursos. Saúde, Iluminação Pública, Transportes, Vigilância Sanitária, Habitação e Água e Esgoto, além de tributação Simples, são oferecidos em poucas regiões, com baixos índices de aproveitamento geral.

Nenhuma região atendeu a todos os quesitos. A Costa Verde novamente obteve o melhor desempenho, com sofríveis 44% de aproveitamento, seguida da Região do Médio Paraíba, com insuficientes 28%. A Região Metropolitana chegou a 26% (com aumento expressivo de seis pontos percentuais) e a Região Serrana, a 22%. A Região das Baixadas Litorâneas marcou 21%, seguida pelo Centro-Sul Fluminense, com 20%. A Região Norte Fluminense apresentou apenas 19%, e, por último, o Noroeste Fluminense obteve 9%.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões - 2011

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	9/10	3/3	13/13	12/12	16/17	11/13	8/9	12/14	84/91
IPTU	22%	67%	54%	33%	63%	0%	38%	25%	37%
ISS	22%	67%	62%	58%	63%	0%	25%	25%	40%
ITBI	11%	33%	15%	8%	19%	0%	13%	17%	13%
Simples	0%	0%	0%	8%	6%	0%	0%	8%	4%
Processos	22%	100%	31%	42%	25%	0%	0%	17%	24%
Saúde	11%	0%	0%	8%	0%	0%	0%	0%	2%
Educação	0%	33%	8%	25%	13%	0%	13%	8%	11%
Habitação	0%	0%	0%	17%	19%	0%	0%	0%	6%
Iluminação Pública	0%	33%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	2%
Água e Esgoto	0%	67%	0%	8%	19%	0%	0%	0%	7%
Transportes	0%	33%	8%	8%	0%	0%	0%	8%	5%
Obras e Meio Ambiente	0%	33%	15%	25%	31%	0%	0%	17%	15%
Vigilância Sanitária	0%	0%	0%	0%	19%	0%	0%	8%	5%
Concursos	67%	33%	38%	42%	19%	27%	38%	50%	38%
Licitações	56%	67%	38%	67%	31%	36%	63%	50%	48%
Cadastro de Fornecedores	33%	100%	15%	33%	31%	0%	50%	42%	31%
Balcão de Empregos	22%	33%	8%	25%	19%	0%	13%	17%	15%
Ouvidoria	89%	100%	92%	100%	94%	100%	100%	100%	96%
Totais	20%	44%	21%	28%	26%	9%	19%	22%	22%

Dos 84 municípios analisados, foram poucos com aproveitamento superior a 70% na soma dos 37 quesitos das duas categorias dos estágios Informativo e Interativo. Pela ordem: Angra do Reis, Petrópolis, Volta Redonda, São Gonçalo, Rio das Ostras e Barra Mansa. Outros nove municípios – Macaé, Porto Real, Niterói, Resende, Quissamã, Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Mesquita e Três Rios – ficaram na faixa entre 51% e 70%; 40 sítios ocuparam a faixa entre 31% e 50%, enquanto 29 não ultrapassaram 30%.

Tanto no Estágio Informativo quanto no Interativo há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Metropolitana permaneceu com a 4ª maior pontuação no atendimento aos quesitos listados no Estágio Informativo dos sítios municipais. No Interativo, ficou com a terceira. Não foram analisados, pelos motivos já citados, os sítios de Belford Roxo e Rio de Janeiro.

Quanto ao Estágio Informativo, todos os quesitos receberam pontuação. História do Município, Legislação, Notícias e Estrutura Administrativa foram os mais freqüentes e estiveram ausentes de apenas um sítio. Informações sobre Trânsito foram apresentadas por somente um município.

Com boa performance, São Gonçalo mais uma vez atendeu a 95% dos quesitos, à frente de Paracambi, com 79% de aproveitamento, e Mesquita, com 74%. Sete municípios (Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e Tanguá) apresentaram sítios regulares, com mais de 50% dos quesitos. Guapimirim, Queimados, São João de Meriti e Seropédica tiveram desempenho sofrível, e Japeri, com 26%, rendimento insuficiente. Itaguaí pontuou somente em dois quesitos, Legislação e Tributação.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Metropolitana - 2011

Municípios	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Itaguaí	Japeri	Magé	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Metropolitana
Data da visita ao sítio oficial	8/4	12/4	12/4	12/4	13/4	13/4	14/4	14/4	15/4	18/4	18/4	19/4	25/4	27/4	28/4	28/4	29/4	
História do Município	em manutenção	sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	94%
Geografia		sim	sim	sim			sim	sim	sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim	sim	81%
Economia		sim		sim			sim			sim		sim		sim		sim	sim	50%
Finanças Públicas				sim				sim	sim	sim	sim	sim		sim	sim		sim	56%
Cultura e Entretenimento		sim						sim	sim	sim		sim		sim				38%
Saúde		sim	sim				sim	sim			sim	sim	sim	sim		sim	sim	63%
Educação		sim	sim				sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim		sim	sim	69%
Meio Ambiente		sim	sim	sim				sim		sim	sim	sim		sim				50%
Infraestrutra											sim			sim	sim			19%
Tributação		sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim			81%
Legislação		sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	94%
Notícias		sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	94%
Turismo		sim	sim	sim			sim			sim	sim		sim	sim		sim	sim	63%
Estrutura Administrativa		sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	94%
Investimentos							sim					sim		sim	sim			25%
Políticas Públicas								sim				sim		sim				19%
Trabalho e Emprego			sim	sim				sim				sim		sim				31%
Trânsito								sim										6%
Plano Diretor									sim			sim		sim			sim	25%
Percentual	0%	63%	47%	58%	11%	26%	58%	74%	53%	58%	63%	79%	47%	95%	47%	47%	58%	

Quanto ao Estágio Interativo, Ouvidoria foi o quesito presente em todos os municípios da região, com exceção de Tanguá. Nenhum município pontuou no quesito Transportes.

Niterói e São Gonçalo alcançaram a melhor colocação, com 67% de aproveitamento, um desempenho regular. Magé, com 39%, teve desempenho sofrível, ficando com a 2ª posição na região, seguido de Nilópolis e Mesquita, que tiveram 33% de aproveitamento. Todos os demais municípios da região apresentaram desempenho insuficiente. Duque de Caxias e Nova Iguaçu obtiveram 28%, seguidos de Queimados e São João de Meriti, com 22%. Itaguaí, Japeri e Paracambi chegaram a 17%, e Itaboraí e Tanguá, também empatados, atingiram 11%. Guapimirim e Seropédica ofereciam, nessa categoria, apenas o serviço de Ouvidoria.

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Metropolitana - 2011

Municípios	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Itaguaí	Japeri	Magé	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Metropolitana
Data da visita ao sítio oficial	8/4	12/4	12/4	12/4	13/4	13/4	14/4	14/4	15/4	18/4	18/4	19/4	25/4	27/4	28/4	28/4	29/4	
IPTU	em manutenção	sim			sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim			sim	sim			63%
ISS		sim		sim	sim	sim	sim		sim	sim	sim			sim	sim			63%
ITBI								sim	sim	sim								19%
Simples										sim								6%
Processos		sim								sim				sim	sim			25%
Saúde																		0%
Educação										sim				sim				13%
Habitação										sim		sim		sim				19%
Iluminação Pública							sim											6%
Água e Esgoto							sim		sim								sim	19%
Transportes																		0%
Obras e Meio Ambiente							sim		sim				sim	sim			sim	31%
Vigilância Sanitária							sim			sim				sim				19%
Concursos								sim		sim				sim				19%
Licitações								sim		sim	sim		sim	sim				31%
Cadastro de Fornecedores								sim		sim	sim		sim	sim				31%
Balcão de Empregos		sim										sim		sim				19%
Ouvidoria		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim		94%
Percentual	0%	28%	6%	11%	17%	17%	39%	33%	33%	67%	28%	17%	22%	67%	22%	6%	11%	

Cabe observar que, em Duque de Caxias, o *link* para "transparência" não funcionava, assim como "IPTU *online*" e "contas públicas" no sítio de Itaboraí e "repasses federais" de Japeri. No sítio de Queimados, cuja área de consulta a processos é de acesso restrito a funcionários, não funcionava o serviço de emissão de segunda via de IPTU. Em Nilópolis, permaneciam desabilitadas várias partes do sítio, como "prefeitura responde" e "banco de empregos". O sítio de Niterói não tinha *link* para as fundações municipais de saúde e educação. Paracambi apresentava páginas incompletas preenchidas com textos em latim. Em Seropédica, a seção de dados econômicos trazia gráficos exóticos, referentes a estatísticas sobre jogadores de *baseball*.

Para o Estágio Transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco [15] tipos de transações diferentes. Dos 84 municípios analisados, 43

15 - Dois quesitos apurados no ano passado não foram verificados em 2011: Impressão de Documentos Fiscais e Concurso – Inscrição *Online*. O primeiro, que existia no sítio de Petrópolis, é um serviço de alcance restrito que não está mais disponível naquele município, tendendo a zero. O outro, referente às inscrições *online*, tem caráter transitório, uma vez que a maioria dos municípios não realiza concursos públicos todos os anos. Cabe citar ainda um serviço diverso, que não integra o escopo da pesquisa, apresentado pela prefeitura de Barra Mansa: o Planejamento *Online*, dirigido a engenheiros e arquitetos, para análise e aprovação de projetos via internet.

apresentaram algum tipo de serviço transacional, uma melhora expressiva aos 27 apurados em 2010 e aos 19 do ano anterior.

A pesquisa atual confirma, no entanto, que apesar do avanço nesse estágio, quase a metade das prefeituras com sítios ativos ainda não é capaz de disponibilizar qualquer tipo de transação via *web.*

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional - 2011

Municípios	Regiões	Consulta Prévia - Alvará Provisório	Licitação e Pregão	Nota Fiscal Eletrônica	Educação - Matrícula on line	Emissão de Certidão Negativa de Débito	Data da visita ao sítio oficial	
Angra dos Reis	Região da Costa Verde	sim	sim	sim		sim	2/6	80%
Araruama	Região das Baixadas Litorâneas	sim		sim			2/6	40%
Areal	Região Centro-Sul Fluminense			sim			2/6	20%
Armação dos Búzios	Região das Baixadas Litorâneas			sim		sim	2/6	40%
Arraial do Cabo	Região das Baixadas Litorâneas			sim			2/6	20%
Barra do Piraí	Região do Médio Paraíba		sim				2/6	20%
Barra Mansa	Região do Médio Paraíba	sim	sim	sim		sim	2/6	80%
Bom Jardim	Região Serrana	sim					2/6	20%
Cabo Frio	Região das Baixadas Litorâneas	sim		sim			2/6	40%
Campos dos Goytacazes	Região Norte Fluminense	sim		sim			2/6	40%
Cantagalo	Região Serrana	sim		sim			2/6	40%
Duque de Caxias	Região Metropolitana			sim			2/6	20%
Itaboraí	Região Metropolitana	sim		sim			2/6	40%
Itaguaí	Região Metropolitana			sim			3/6	20%
Itatiaia	Região do Médio Paraíba	sim		sim			3/6	40%
Japeri	Região Metropolitana	sim		sim			3/6	40%
Macaé	Região Norte Fluminense			sim	sim	sim	3/6	60%
Macuco	Região Serrana	sim					3/6	20%
Magé	Região Metropolitana					sim	3/6	20%
Mangaratiba	Região da Costa Verde			sim			3/6	20%
Maricá	Região Metropolitana	sim		sim			3/6	40%
Mesquita	Região Metropolitana	sim	sim			sim	3/6	60%
Miguel Pereira	Região Centro-Sul Fluminense	sim					3/6	20%
Nilópolis	Região Metropolitana	sim					3/6	20%
Niterói	Região Metropolitana			sim			3/6	20%
Nova Friburgo	Região Serrana			sim			3/6	20%
Nova Iguaçu	Região Metropolitana		sim			sim	3/6	40%
Paraty	Região da Costa Verde					sim	3/6	20%
Paty do Alferes	Região Centro-Sul Fluminense	sim					3/6	20%
Petrópolis	Região Serrana	sim	sim		sim	sim	3/6	80%
Porto Real	Região do Médio Paraíba		sim	sim			3/6	40%
Resende	Região do Médio Paraíba	sim	sim	sim		sim	3/6	80%
Rio Bonito	Região das Baixadas Litorâneas			sim			3/6	20%
Rio das Ostras	Região das Baixadas Litorâneas			sim			3/6	20%
Santo Antônio de Pádua	Região Noroeste Fluminense	sim					3/6	20%
São Gonçalo	Região Metropolitana		sim		sim		3/6	40%
São João de Meriti	Região Metropolitana			sim			3/6	20%
São José do Vale do Rio Preto	Região Serrana		sim				3/6	20%
Teresópolis	Região Serrana			sim			3/6	20%
Três Rios	Região Centro-Sul Fluminense	sim		sim			3/6	40%
Valença	Região do Médio Paraíba	sim		sim			3/6	40%
Vassouras	Região Centro-Sul Fluminense		sim				3/6	20%
Volta Redonda	Região do Médio Paraíba	sim		sim		sim	3/6	60%
Total		51%	26%	65%	7%	26%		

Dos municípios que disponibilizam esse tipo de serviço, a Nota Fiscal Eletrônica foi o mais oferecido ao cidadão, estando disponível em 28 dos sítios analisados, enquanto Educação – Matrícula *Online* foi disponibilizada em apenas três.

O segundo serviço mais oferecido foi Consulta Prévia – Alvará Provisório, presente em 22 municípios. Na sequência, aparecem Emissão de Certidão Negativa de Débito e Licitação e Pregão, com 11 incidências.

Angra dos Reis, Barra Mansa, Petrópolis e Resende obtiveram o melhor desempenho, com 80% de aproveitamento no total de serviços oferecidos. Com regulares 60% de aproveitamento, ficaram em 2º lugar Macaé, Mesquita e Volta Redonda. Um bloco de 14 municípios atingiu sofríveis 40%: Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos do Goytacazes, Cantagalo, Itaboraí, Itatiaia, Japeri, Maricá, Nova Iguaçu, Porto Real, São Gonçalo, Três Rios e Valença. Todos os demais 22 municípios ofereceram apenas um dos serviços elencados, tendo obtido insuficientes 20% de aproveitamento nesse estágio mais avançado de governo eletrônico.

Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

III - INDICADORES SOCIAIS

Este capítulo traz os indicadores de educação, saúde, mercado de trabalho e renda, tão importantes para a população. Particularmente, o quadro educacional do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e de cada município fluminense é constante objeto de preocupação de gestores e analistas de políticas públicas. Após onze de publicação dos Estudos Socioeconômicos, a situação não apresenta evolução positiva. Pelo contrário, o país piora ante os demais no mundo e o RJ, ante as outras unidades da federação.

Providências institucionais vêm sendo tomadas, cujos resultados ainda se farão conhecer no futuro. Em nível nacional, uma nova política de educação vem sendo implementada desde 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, visou a assegurar a universalização das matrículas na Educação Básica e a qualidade da educação, através de três medidas: o fim gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que assegurará mais recursos para o financiamento educacional; a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, mantendo consonância com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação e os Planos de Ações Articuladas – PAR [16]; e a obrigatoriedade de oferta pública da pré-escola ao Ensino Médio.

Em nível estadual, após três anos de discussão, o Rio de Janeiro apresentou um plano abrangente e com força de lei para nortear as políticas educacionais. Em conjunto, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ e entidades civis formularam o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, sob a égide da Lei Estadual nº 5.597, de 18 de dezembro daquele ano, com propostas concretas para melhorar a educação. O plano, todavia, parece ter perdido impulso já em 2010, em virtude de mudanças no comando da pasta e subsequente estabelecimento do novo Programa de Educação do Estado. O assunto será abordado mais adiante neste capítulo.

Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais

A divulgação de estatísticas internacionais é apresentada antes dos resultados nacionais para se obter uma perspectiva da situação do país em relação ao resto do mundo. Posteriormente, são focados os indicadores do estado e do próprio município em estudo.

Education for All – EFA Global Monitoring Report

No Fórum de Educação Mundial de 2000, realizado em Dakar, no Senegal, 164 países se comprometeram a tomar seis medidas para melhorar o ensino em suas escolas até 2015: garantir o acesso aos cuidados e à educação para a primeira infância; garantir a educação primária (Ensino Fundamental) universal; criar oportunidades aprimoradas de

16 - Vide edição 2009 deste Estudo para mais informações sobre PDE e PAR.

aprendizado para jovens e adultos; gerar um aumento de 50% em taxas de alfabetização de adultos; promover a igualdade de gênero; e melhorar todos os aspectos da qualidade da educação. Esse compromisso foi ratificado quando da Declaração das Nações Unidas de 2002, que definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, abordados na edição de 2005 deste Estudo Socioeconômico.

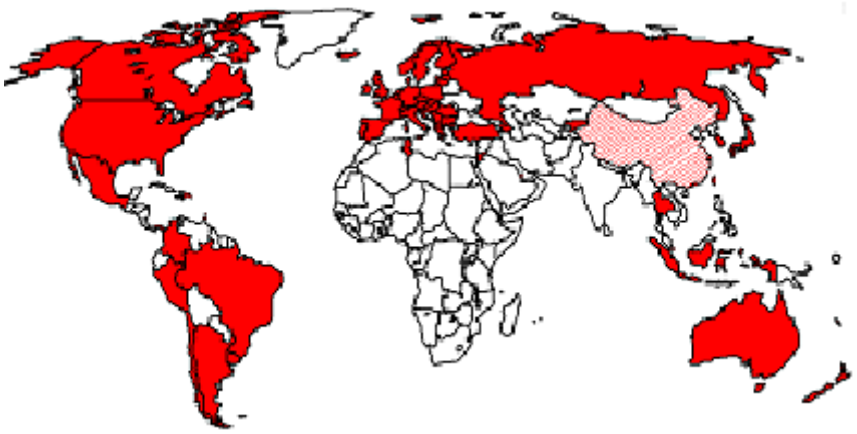
No Relatório de Monitoramento Global de 2011, feito pela Unesco [17] com base em dados de 2008 gerados pelos próprios países, o Brasil permanece como no ano anterior: na 88ª colocação no Índice de Desenvolvimento do "Educação para Todos" (*Education for All*). São oito posições abaixo daquela referente a 2006.

Esse índice se baseia em indicadores das quatro medidas que podem ser mais facilmente mensuradas: educação primária universal, alfabetização de adultos, qualidade (utilizando como indicador a taxa de permanência dos alunos até a 5ª série) e paridade de gênero. Todos os demais países sul-americanos, com exceção do Suriname, estão à sua frente no índice geral.

Pisa – *Programme for International Student Assessment*

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, com a participação de 43 países em 2000, 41 em 2003 e 57 em 2006. Para a quarta avaliação, em 2009, 67 países foram inscritos. Em cada país, uma mostra expressiva de estudantes foi submetida aos testes, que medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências. Abaixo segue o mapa dos inscritos na avaliação Pisa 2009.

Gráfico 6: Participantes do Pisa em 2009



Nota: Da China participam apenas Xangai, Macau e Hong Kong.

17 - Para maiores informações, consulte http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf . Acesso em 02.09.2011.

O Brasil, mesmo não sendo membro da OCDE, participou de todos os exames do Pisa, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os desempenhos alcançados pelo país foram sofríveis, como já apresentados em edições anteriores deste Estudo. Em 2009, cerca de 20 mil estudantes brasileiros nascidos em 1993 responderam às provas.

A educação brasileira evoluiu 33 pontos entre os exames do Pisa de 2000 e de 2009. Resultado superior foi obtido apenas pelo Chile, que teve um salto de 37 pontos, e por Luxemburgo, que cresceu 38 pontos. No ano 2000 [18], a média brasileira era de 368 pontos, contra os 401 registrados em 2009.

Apesar da melhora, o Brasil ainda ocupa o 53º lugar no ranking geral, num total de 65 países que fizeram o exame. Os alunos brasileiros ficaram em 53º em ciências e leitura (superando Argentina, Panamá e Peru na América Latina, mas atrás de Chile, Uruguai, México e Colômbia) e em 57º em matemática. No *ranking* geral dos países avaliados na América Latina, o Brasil fica à frente de Argentina e Colômbia, mas aparece 19 pontos atrás do México (49º), 26 pontos do Uruguai (47º) e 38 do Chile (45º).

Quando se fala do mau desempenho brasileiro no Pisa, costuma-se mencionar a quantidade de alunos nos níveis mais baixos de proficiência. A escala avaliativa, usada para medir a dificuldade da questão e a nota dos alunos, comporta sete níveis de proficiência: 1b, 1a, 2, 3, 4, 5 e 6, sendo 1b o mais baixo e 6, o maior. Na prova de leitura, 40% dos alunos tiraram no máximo nota 2. Tome-se, ainda, quem está fora da escola ou em situação de atraso escolar (alunos de 15 anos que não chegaram à 7ª série), que no Brasil corresponde a 19,4% da população na faixa etária avaliada; a soma do contingente fora da escola com o de baixa proficiência dá 59,4%. Ou seja: seis em cada dez jovens de 15 anos ou não reúne condições para fazer a prova ou não é capaz de compreender textos relativamente simples.

Na comparação da avaliação Pisa entre os estados, em 2006, o Distrito Federal ocupou a 1ª colocação no *ranking*, com 435,7 pontos, seguido pelos três estados da Região Sul, Rio de Janeiro (409,7), Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo. Em 2009, o Distrito Federal continua na 1ª posição, ora com 439 pontos, seguido pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro (408 pontos), Mato Grosso do Sul e Goiás. Todos estes estados, em 2009, ficaram acima da média brasileira, de 401 pontos totais no Pisa.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro IDEB, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo

18 - Fontes: http://www.oecd.org/document/61/0,3746,en_32252351_32235731_46567613_1_1_1_1,00.html#Country_notes, http://www.sic.inep.gov.br/es/component/content/article/923-brasil-brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-crescem-no-pisa-e-cumpre-meta-do-pde e *In* SALLA, Fernanda, http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/pisa-alem-ranking-621959.shtml?page=all. Acesso em 05.09.2011.

médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB estar entre zero e dez.

Para o conjunto do país, a proposta do Plano de Metas da Educação é que os resultados do IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental passem de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021; de 3,5 para 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; e de 3,4 para 5,2 no Ensino Médio. As metas abrangem cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o IDEB da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021; de 2,9 para 4,9 nos anos finais, e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio. Os resultados do IDEB 2005 serviram como referência para as metas futuras, já havendo a segunda avaliação de 2007 e a terceira, de 2009. Os resultados de 2011 somente serão divulgados em 2012. De acordo com o INEP, o quadro geral do Estado do Rio de Janeiro é o seguinte:

Tabela 6: Notas médias do IDEB – RJ – 2005 a 2009

IDEB global RJ	Anos Iniciais do EF			Anos Finais do EF			Ensino Médio		
	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
	4,3	4,4	4,7	3,6	3,8	3,8	3,3	3,2	3,3
Meta global RJ	-	4,4	4,7	-	3,6	3,8	-	3,3	3,4

Observa-se que a meta não foi atingida, já em 2007, no Ensino Médio. Os graus alcançados foram beneficiados pela rede privada. Nacionalmente, as metas, em geral, vêm sendo cumpridas pelas redes estaduais e são mais ambiciosas que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como demonstram as tabelas que se seguem:

Tabela 7: Notas médias do IDEB – rede estadual RJ – 2005 a 2009

IDEB da rede estadual RJ	Anos Iniciais do EF			Anos Finais do EF			Ensino Médio		
	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
	3,7	3,8	4,0	2,9	2,9	3,1	2,8	2,8	2,8
Meta RJ	-	3,8	4,1	-	2,9	3,1	-	2,8	2,9
Meta BR	-	4,0	4,3	-	3,3	3,5	-	3,1	3,2

Tabela 8: Notas médias do IDEB – rede privada RJ – 2005 a 2009

IDEB da rede privada RJ	Anos Iniciais do EF			Anos Finais do EF			Ensino Médio		
	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
	5,7	5,9	5,9	5,5	5,5	5,7	5,1	5,4	5,7
Meta RJ	-	5,8	6,1	-	5,5	5,6	-	5,2	5,2
Meta BR	-	6,0	6,3	-	5,8	6,0	-	5,6	5,7

O nível de acompanhamento dos resultados do IDEB chega às redes municipais e a todas as escolas públicas do Ensino Fundamental, uma vez que cada uma delas tem suas metas individualizadas.

Há um longo caminho a trilhar na melhoria do ensino público fluminense. Para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, em 2007, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 21 municípios e pela rede estadual de outros 33. Para o segundo segmento do EF (alunos concluintes, portanto), 34 redes municipais e 76 estaduais não lograram atingir a meta.

Quando se compara aos resultados de 2009, o quadro não apresenta melhoras: para os anos iniciais do EF, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 31 municípios (de 90 avaliados) e pela rede estadual de 42 (de 69 avaliados ou que obtiveram grau). Os anos finais do EF tiveram 34 redes municipais (de 80 avaliadas) e 65 redes estaduais (de 90 avaliadas) com índice abaixo da meta preestabelecida.

Magé apresentou o seguinte quadro nas três edições do IDEB:

Tabela 9: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2009

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	Meta IDEB 2009	Atingiu meta de 2009?
Anos Iniciais	3,3	76º entre 88 avaliados	3,6	84º entre 91 avaliados	3,6	85º entre 91 avaliados	3,7	Não
Anos Finais	3,0	62º entre 73 avaliados	3,3	62º entre 83 avaliados	3,5	57º entre 80 avaliados	3,2	Sim

Tabela 10: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2009

Rede estadual	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	Meta IDEB 2009	Atingiu meta de 2009?
Anos Iniciais	3,8	43º entre 71 avaliados	4,1	40º entre 77 avaliados	4,5	34º entre 69 avaliados	4,2	Sim
Anos Finais	3,2	60º entre 90 avaliados	2,6	83º entre 90 avaliados	3,1	62º entre 90 avaliados	3,4	Não

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o sítio http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Criado em 1998, o ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. O exame destina-se aos alunos que estão concluindo (concluintes) ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores (egressos). O ENEM é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

O ENEM 2010 teve a participação de mais de três milhões de alunos (3.242.776), com 816 mil participantes a mais que no ENEM 2009. Entre os participantes do ENEM 2010, 34% declararam estar concluindo o Ensino Médio em 2010 e 54,5% informaram serem egressos. O exame aplicado em 2010 foi composto por redação e provas objetivas em quatro áreas do conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e matemáticas e suas tecnologias.

O número de escolas de Ensino Médio regular que participaram do ENEM aumentou de 25.484 em 2009 para 26.099 em 2010. Dentre as 26.497 escolas constantes do Censo Escolar 2010 que ofereciam o Ensino Médio regular, 90% tiveram alunos concluintes participando do exame.

A divulgação das médias do ENEM tem se revelado como importante elemento de mobilização em favor da melhoria da qualidade do ensino, auxiliando professores, diretores e demais dirigentes educacionais na reflexão sobre deficiências e boas práticas no âmbito da escola, dado que é possível avaliar o desempenho obtido pelos alunos em cada área de conhecimento.

O INEP não mais divulga nota global por município ou por rede. Somente se pode conhecer o resultado de cada escola individualmente, acessando o sítio http://sistemasenem2.inep.gov.br/enemMediasEscola/.

Ainda que a participação das escolas seja maciça, o INEP alerta para a variação no percentual de alunos que fazem as provas em cada escola. Para minimizar os efeitos da não obrigatoriedade, toma-se o cuidado de divulgar médias de desempenho apenas das escolas que tiveram ao menos 10 alunos concluintes presentes no exame. O instituto também utiliza método de correção estatística que simula a nota média do estabelecimento caso todos os alunos matriculados nas séries finais do Ensino Médio tivessem realizado a prova. Ainda assim, a tendência é a de que escolas com baixo percentual de participantes, em relação ao total de concluintes matriculados, apresentem resultados mais instáveis.

Educação no Estado do Rio de Janeiro

Em dezembro de 2009, foi aprovado o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, objeto da Lei Estadual nº 5.597. Os objetivos e metas que o plano estabeleceu para a Educação Básica estavam direcionados para a ampliação e universalização do ensino nas três etapas que a compõem, com a qualidade que permita a continuidade de estudos para aqueles que optarem pela Educação Superior, bem como a inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade com os alunos oriundos das redes privadas. Conforme mencionado na edição anterior dos Estudos Socioeconômicos, esperava-se, já em 2010, a obtenção dos primeiros resultados.

Entre as promessas trazidas pelo PEE/RJ, estava a transparência com referência a aspectos como a destinação de recursos financeiros e materiais, o funcionamento dos Conselhos de Educação com autonomia e em bases democráticas e participativas, a organização e funcionamento das Associações de Apoio à Escola, a criação de fóruns regionais, a realização bienal do Congresso Estadual de Educação e o acompanhamento,

pela Comissão de Educação da ALERJ, do cumprimento dos objetivos e metas, nos prazos estabelecidos para revisão do plano, com a participação de diferentes atores da sociedade civil fluminense.

Porém, em consultas ao sítio da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, realizadas até novembro de 2011, não foi encontrada qualquer referência à implantação do PEE/RJ, sendo impossível qualquer verificação de sua efetividade. Em contraste, no dia 7 de janeiro de 2011, ocorreu a divulgação do novo Programa de Educação do Estado, estabelecendo diversas mudanças na estrutura, no ensino e no dia a dia em sala de aula. De acordo com a SEEDUC, o programa contempla a atualização e a valorização dos professores; a construção de novas escolas e a melhoria na infraestrutura das unidades escolares já existentes; um currículo mínimo para cada disciplina; o processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação.

Principais metas da SEEDUC:

- Estar entre as cinco primeiras posições no ranking de educação nacional até 2014;
- Estabelecer processo seletivo para funções pedagógicas estratégicas – a avaliação acontecerá em quatro etapas: análise curricular, prova, entrevista e treinamento;
- Revisão de licenças médicas e cedidos – o objetivo é resgatar para as salas de aula cerca de dez mil docentes que estão licenciados, cedidos a outros órgãos ou ocupando funções administrativas.

Sobre o corpo docente e funcionários administrativos:

- Currículo mínimo – são diretrizes institucionais sobre os conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede estadual;
- Remuneração variável – avaliação e bonificação dos professores de acordo com o desempenho da escola. Serão considerados o fluxo escolar, o rendimento do aluno e a infraestrutura das escolas. O docente que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três salários a mais por ano. O investimento poderá chegar a R$ 140 milhões;
- Auxílio qualificação para professores – os docentes que estiverem em sala de aula receberão um cartão pré-pago, no valor de R$ 500, para utilização em bens pedagógico-culturais. O investimento esperado é de aproximadamente R$ 25 milhões;
- Auxílio transporte – apoio financeiro, no contracheque, para custos com deslocamento dos professores e dos funcionários administrativos que estejam lotados nas unidades escolares. O custo anual será de R$ 68 milhões;
- Escola SEEDUC – será criada uma escola onde os professores poderão se aprimorar, com cursos específicos. Também haverá um consórcio com universidades

para a formação continuada do docente. A meta é certificar cerca de dez mil professores por semestre.

Em relação aos alunos:

- Aulas de reforço nos contraturnos – apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Orientação vocacional – iniciativa voltada a estudantes do Ensino Médio;
- Diminuição da defasagem idade-série – reduzir os índices de repetência.

Unidades escolares:

- Metas específicas para cada unidade escolar – os objetivos a serem alcançados serão definidos de acordo com a realidade de cada escola. O Rio de Janeiro contará com um índice próprio, o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes;
- Diagnóstico da infraestrutura das escolas – a SEEDUC, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado – EMOP, preparou um levantamento com as necessidades estruturais identificadas em todas as unidades escolares.

Quadro da educação no RJ

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2010 [19], verifica-se que:

Com relação à quantidade de escolas:

- Para o Ensino Infantil, há 3.091 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 46% deles. A pré-escola soma 5.988 estabelecimentos, 53% da rede pública;

- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.582 escolas, das quais 63% são públicas;

- o Ensino Médio é encontrado em 2.055 escolas, 55% delas pertencentes à rede pública.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2010, a estrutura educacional dispunha de 182 mil professores [20]. Um total de 8.821 deles lecionava na creche e 19.587, na pré-escola. Outros 109.015 lecionavam no Ensino Fundamental, e 44.764 profissionais davam aulas no Ensino Médio.

- O corpo docente municipal representa 45% dos professores da creche, 53% da pré-escola e 50% do Ensino Fundamental. A rede estadual tem 23% do corpo docente do Ensino Fundamental e 73% do Ensino Médio.

19 - Fonte: Inep/MEC.
20 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento. Esse critério serve para as demais informações relativas aos quantitativos de corpo docente.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 471 mil matrículas. Cursam a rede pública 57% do total de 151 mil alunos de creche e 60% dos 320 mil estudantes de pré-escola.

- O Estado do Rio de Janeiro teve 2,3 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. No último ano, houve recuo de 48 mil matrículas em relação a 2009. Prossegue o processo de redução da participação da rede estadual, com significativo avanço da rede particular nesse nível educacional.

Tabela 11: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2005 a 2010

Dependência Administrativa	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Federal	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%
Estadual	21,9%	21,3%	21,0%	19,4%	18,6%	17,6%
Municipal	58,5%	59,7%	61,8%	59,2%	59,2%	58,3%
Particular	19,2%	18,6%	16,7%	21,0%	21,8%	23,6%
Nº total de alunos do Ensino Fundamental	**2.479.105**	**2.425.991**	**2.307.714**	**2.387.714**	**2.353.532**	**2.305.338**

- O ano de 2010 também apresentou recuo no total de alunos matriculados no Ensino Médio em nosso estado. Nos últimos seis anos, foi expressiva a queda no total das matrículas, um contingente superior a 136 mil estudantes.

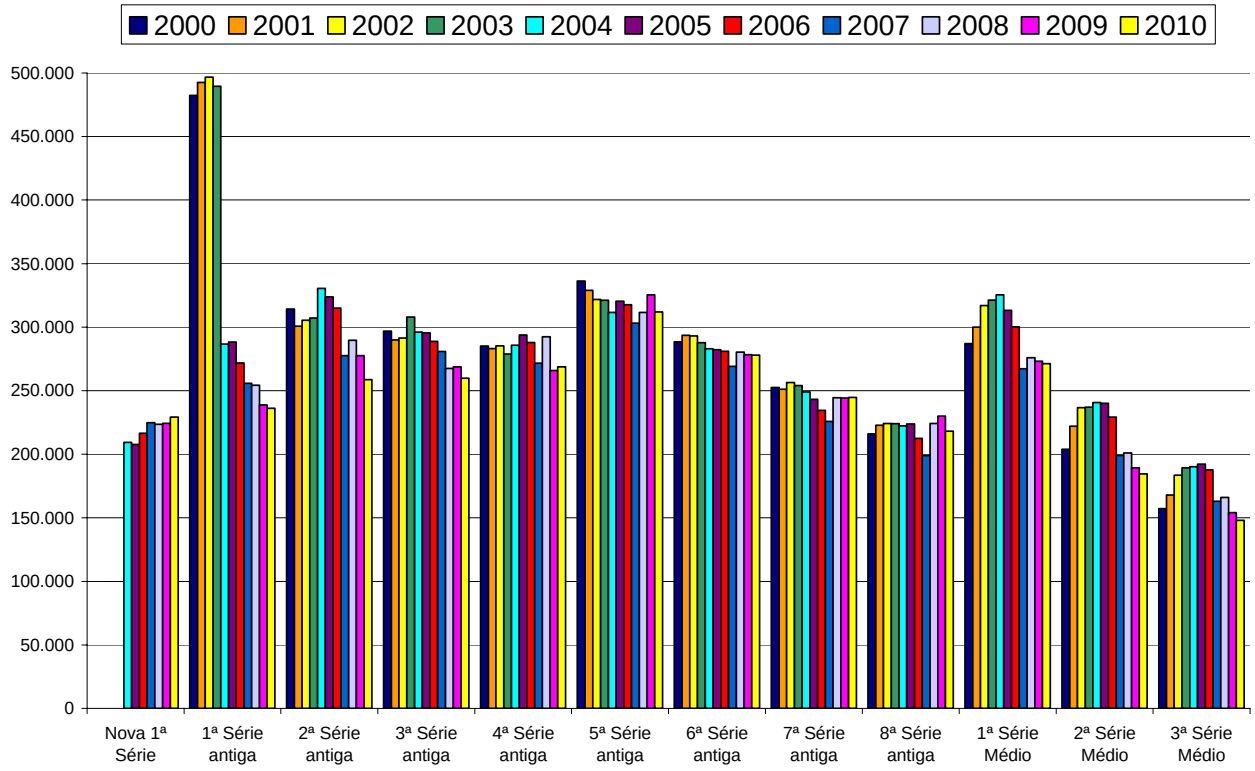
Tabela 12: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2005 a 2010

Dependência Administrativa	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Federal	1,6%	1,7%	1,9%	2,0%	2,2%	2,4
Estadual	79,8%	80,9%	83,2%	79,9%	79,4%	76,8%
Municipal	1,4%	1,4%	1,6%	1,5%	1,3%	1,1
Particular	17,2%	16,0%	13,3%	16,6%	17,1%	17,7%
Nº total de alunos do Ensino Médio	**759.825**	**731.754**	**642.769**	**656.228**	**635.418**	**623.549**

O gráfico a seguir indica claramente os picos de repetência ocorridos nas antigas 1ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, bem como da 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão do degrau até então existente dessas mesmas séries para as imediatamente seguintes tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar também é ilustrada com a redução continuada que se observa, de um ano para o outro, nas demais séries. Basta observar o quantitativo da 2ª série de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas que se segue a cada ano seguinte na série imediatamente superior.

Gráfico 7: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2000 a 2010



Na educação de jovens e adultos (EJA), o movimento foi inverso ao do ensino regular. Ao sair da faixa de 294 estudantes em 2000 para cerca de 427 mil em 2010, essa modalidade se revela estratégica para recuperar o aluno evadido do sistema de ensino tradicional. Nesse último ano, 62% dos estudantes se matricularam no Ensino Fundamental e o restante, no Ensino Médio.

Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Magé, em 2009, foi de 63.695 alunos, tendo evoluído para 60.393 em 2010, apresentando variação de -5,2% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis de ensino no município. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

Ensino Infantil de Magé:

A rede municipal respondeu por 94% das matrículas na **Creche** em 2010. O número total de matrículas teve evolução de 183% no período de 2005 a 2010, contra variação de 161% do corpo docente.

Tabela 13: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
05	14	62	857	13,8	16,4
06	17	90	1.244	13,8	15,8
07	25	136	2.261	16,6	19,6
08	26	138	2.261	16,4	17,5
09	30	149	2.908	19,5	17,2
10	25	162	2.429	15,0	14,5

Na **Pré-escola**, a rede do município de Magé foi responsável por 76% das matrículas em 2010 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

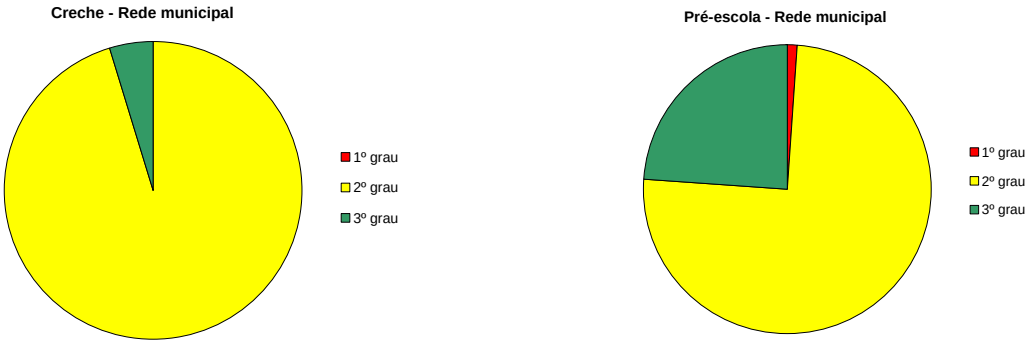
Tabela 14: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
05	76	174	3.907	22,5	16,8
06	78	167	3.787	22,7	16,7
07	82	190	4.650	24,5	18,0
08	82	228	5.312	23,3	16,6
09	88	254	6.229	24,5	16,9
10	74	261	3.503	13,4	12,6

Houve variação de -10% na quantidade de alunos matriculados no período, contra mudança de 50% no quadro de professores.

Os gráficos seguintes ilustram a qualificação dos professores da rede municipal do Ensino Infantil:

Gráfico 8: Formação dos professores – Creche e Pré-escola – Rede municipal – 2010



Magé apresenta o panorama a seguir para o **Ensino Fundamental**:

Tabela 15: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
05	115	2.208	49.208	22,3	17,8
06	108	2.195	44.883	20,4	17,6
07	108	1.967	45.747	23,3	21,3
08	109	2.173	45.671	21,0	19,1
09	116	1.945	45.023	23,1	21,0
10	118	2008	43.533	21,7	21,1

O número de matrículas oscilou em -12% no período, com variação de -9% no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

A rede estadual de ensino teve 17% dos alunos matriculados de 2010 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 16: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado
05	27	744	14.090	18,9	16,9
06	22	708	10.940	15,5	16,3
07	21	446	9.682	21,7	20,2
08	21	499	8.817	17,7	16,9
09	21	446	8.160	18,3	18,3
10	21	474	7.340	15,5	16,3

Mais de dois terços dos municípios teve reduzida a quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Magé, teve variação de -48%, acompanhado por -36% de docentes.

Já na rede municipal, com 70% do volume de matrículas em 2010, os dados seguem na tabela:

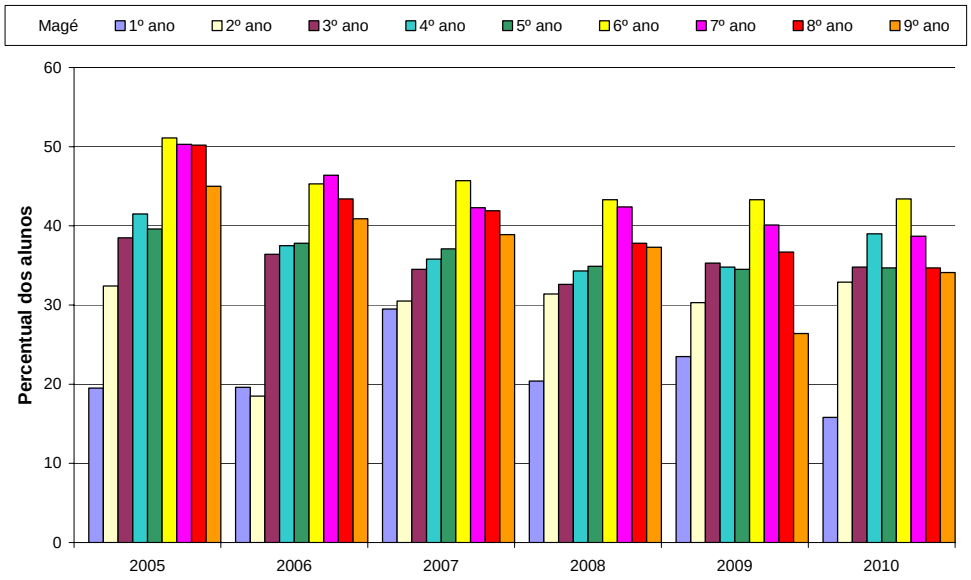
Tabela 17: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no Estado
05	69	1.156	31.197	27,0	21,0
06	70	1.239	30.735	24,8	20,5
07	69	1.280	32.180	25,1	24,2
08	67	1.304	32.023	24,6	23,3
09	69	1.177	31.446	26,7	25,7
10	70	1365	30.480	22,3	24,5

Houve, no período, variação de -2% no número de alunos e de 18% no quadro de docentes da rede municipal do Ensino Fundamental, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

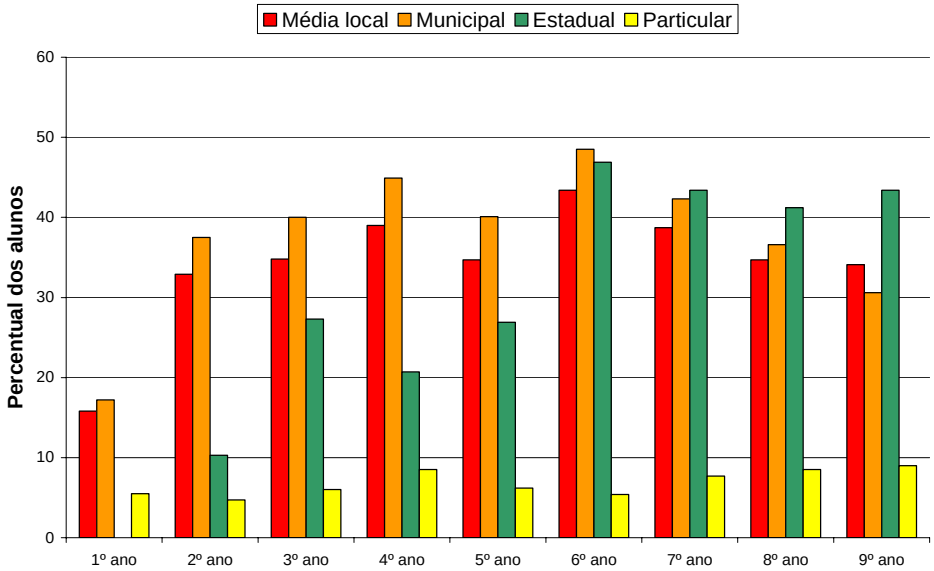
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série entre 2005 e 2010:

Gráfico 9: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2005 a 2010



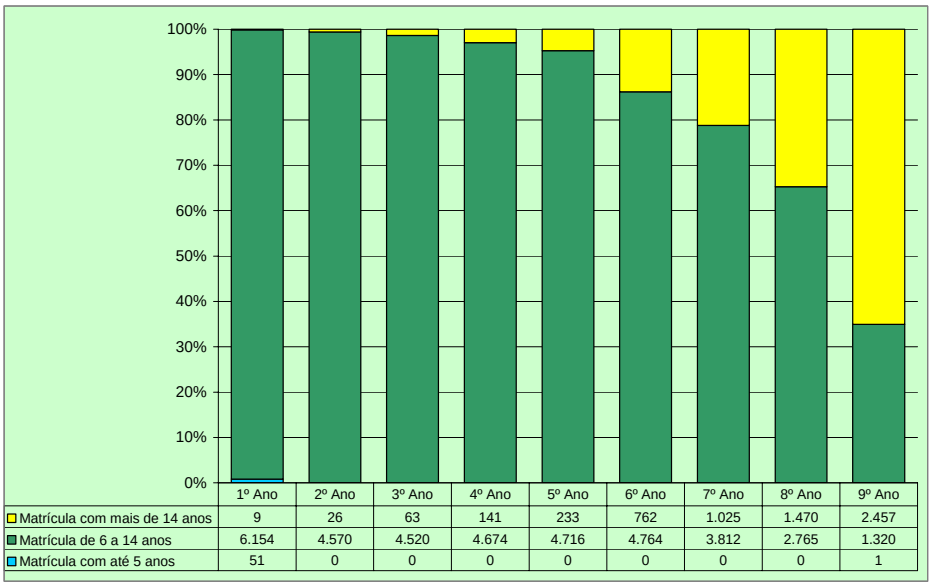
Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2010, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

Gráfico 10: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2010



A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos já a partir da 5ª série antiga (atual 6º ano), como ilustra o gráfico a seguir, referente a 2010:

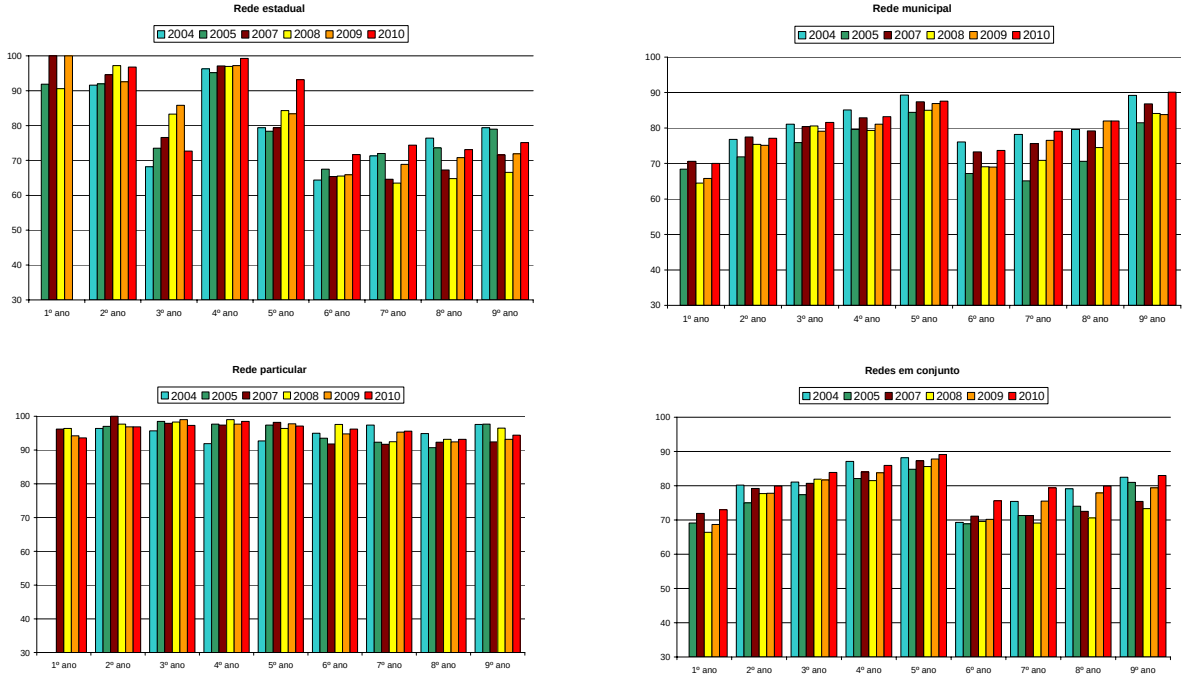
Gráfico 11: Faixa de idade por série – Ensino Fundamental – Total – 2010



	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Matrícula com mais de 14 anos	9	26	63	141	233	762	1.025	1.470	2.457
Matrícula de 6 a 14 anos	6.154	4.570	4.520	4.674	4.716	4.764	3.812	2.765	1.320
Matrícula com até 5 anos	51	0	0	0	0	0	0	0	1

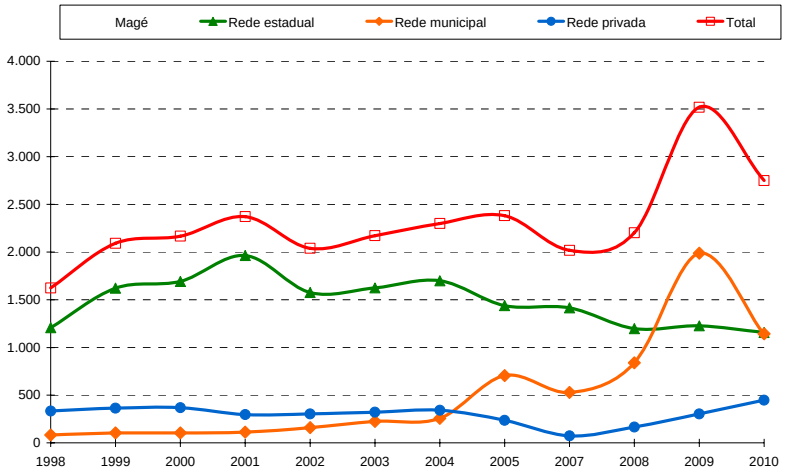
Os indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2004 e 2010, apresentados nos gráficos a seguir, são ilustrativos do baixo rendimento da rede pública e da hegemonia de aprovação na rede particular.

Gráfico 12: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2004 a 2010



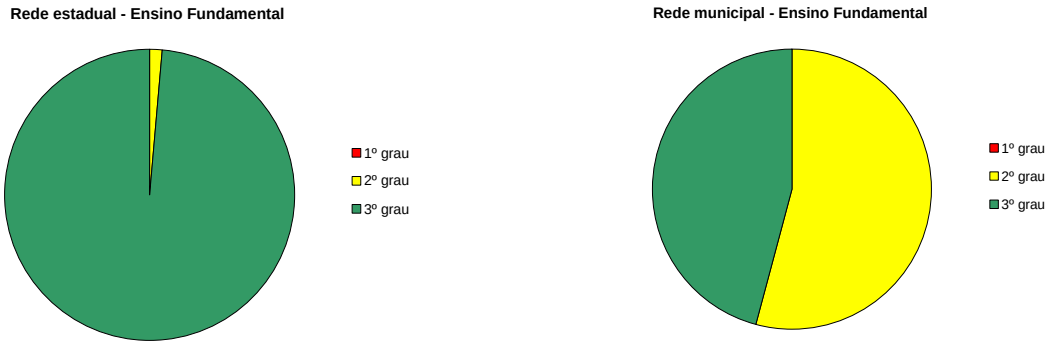
O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Magé. De um total de 1.624 em 1998 para 2.750 formandos em 2010, houve variação de 69% no período.

Gráfico 13: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 1998 a 2010



Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2010. Em princípio, todos os professores deveriam ter 3º grau.

Gráfico 14: Formação dos professores – Ensino Fundamental – Rede pública – 2010



No **Ensino Médio**, Magé apresenta o panorama abaixo:

Tabela 18: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
05	28	791	11.080	14,0	13,3
06	25	835	10.714	12,8	13,2
07	25	545	9.964	18,3	15,8
08	26	747	9.815	13,1	12,8
09	27	659	9.535	14,5	13,9
10	28	656	9.670	14,7	13,9

O número de matrículas oscilou em -13% no período de 2005 a 2010, com variação de -17% no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

A rede municipal de Magé não oferece Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 89% do volume de matrículas em 2010, o quadro que se apresenta é o seguinte:

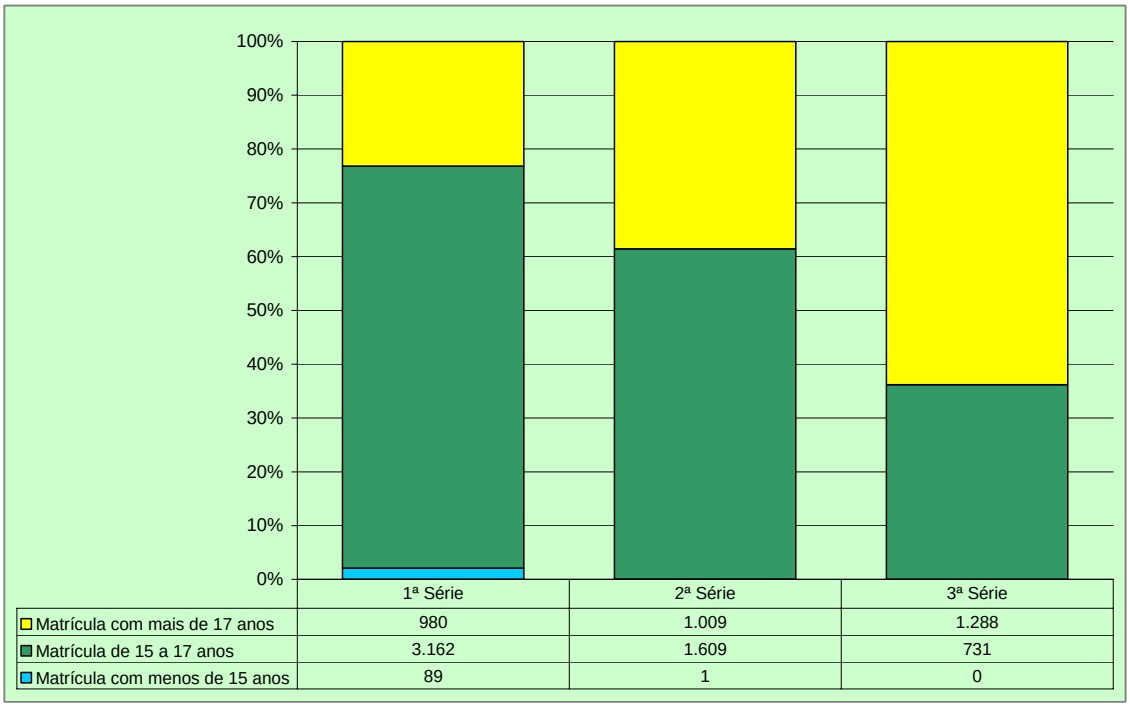
Tabela 19: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2005 a 2010

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado
05	19	662	10.398	15,7	15,2
06	19	759	10.205	13,4	15,1
07	19	497	9.586	19,3	18,6
08	19	630	9.175	14,6	15,1
09	20	557	8.776	15,8	16,2
10	20	579	8.632	14,9	15,1

Houve variação de -17% na quantidade de alunos matriculados no período, contra mudança de -13% no quadro de professores.

Novamente, a decorrência da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 17 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 15: Faixa de idade por série – Ensino Médio – Total – 2010



Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 2005 e 2010 e a comparação de cada rede escolar do município no ano de 2010:

Gráfico 16: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2005 a 2010

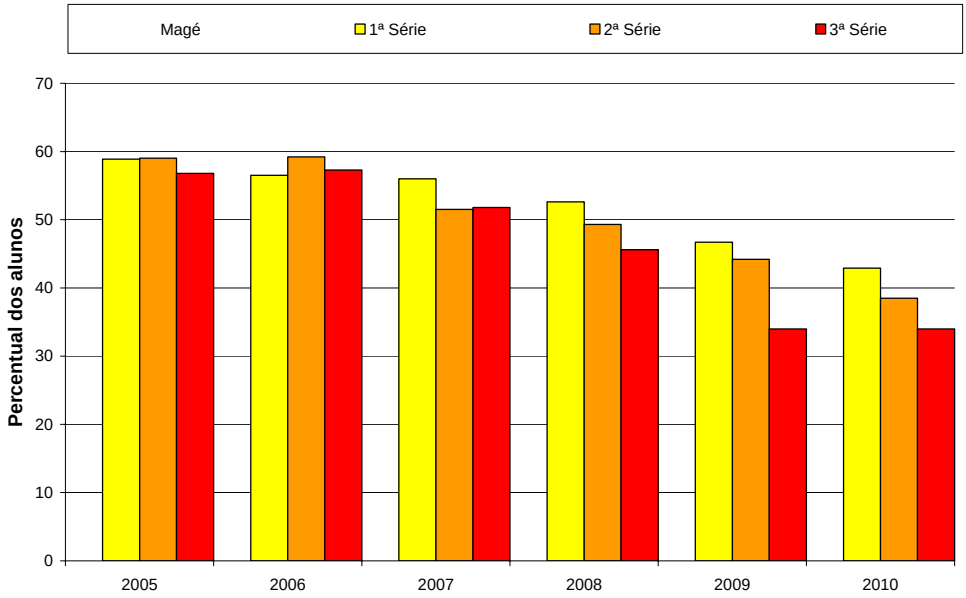
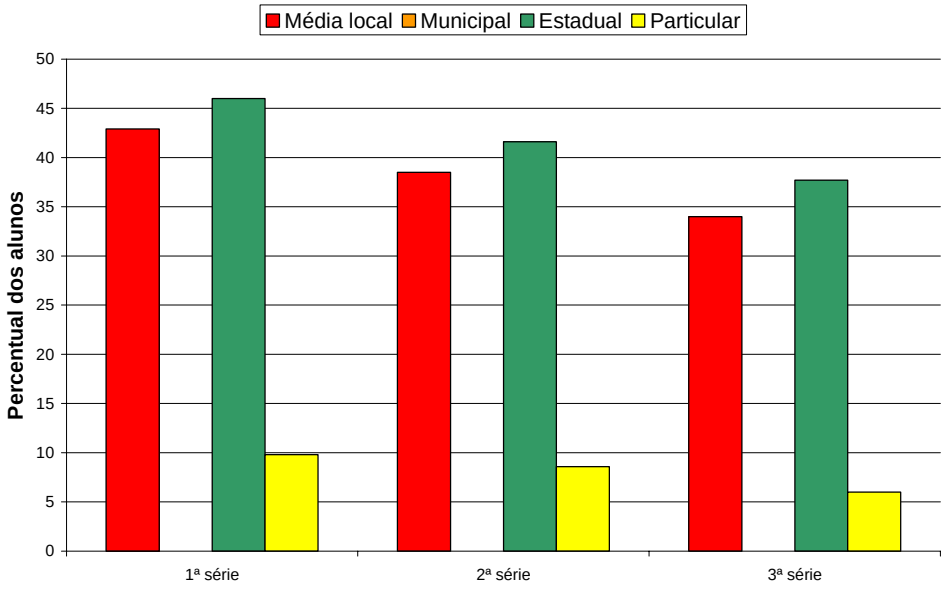
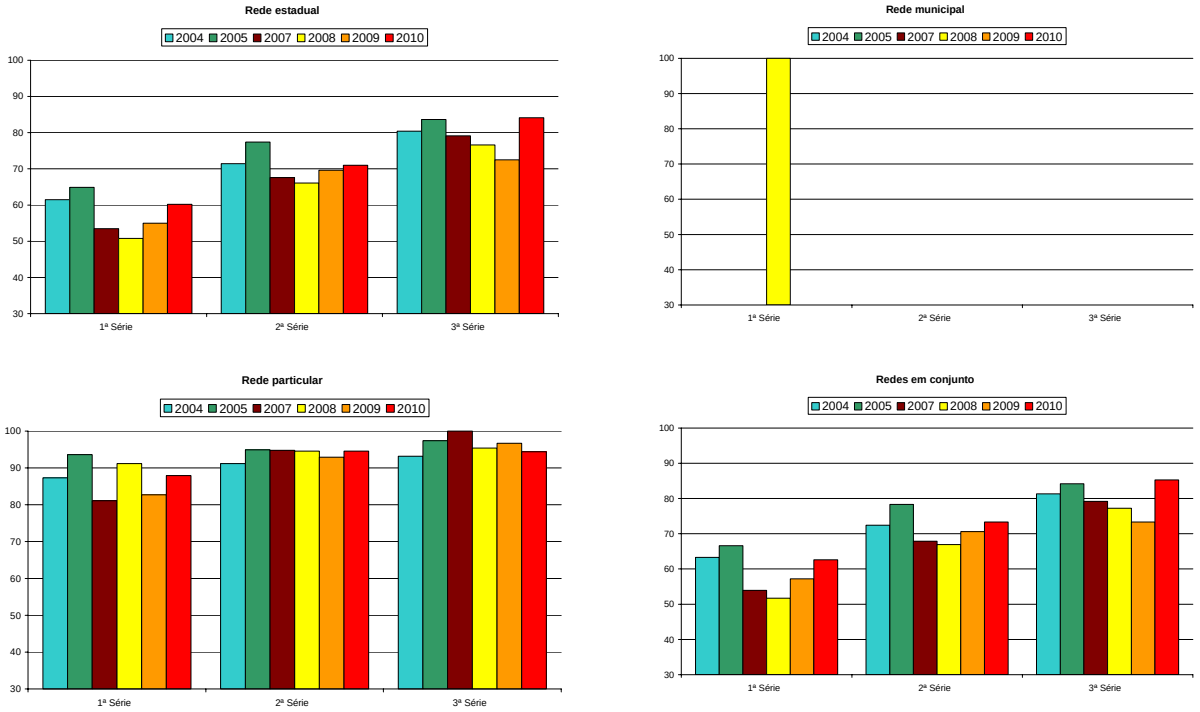


Gráfico 17: Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio – Redes – 2010



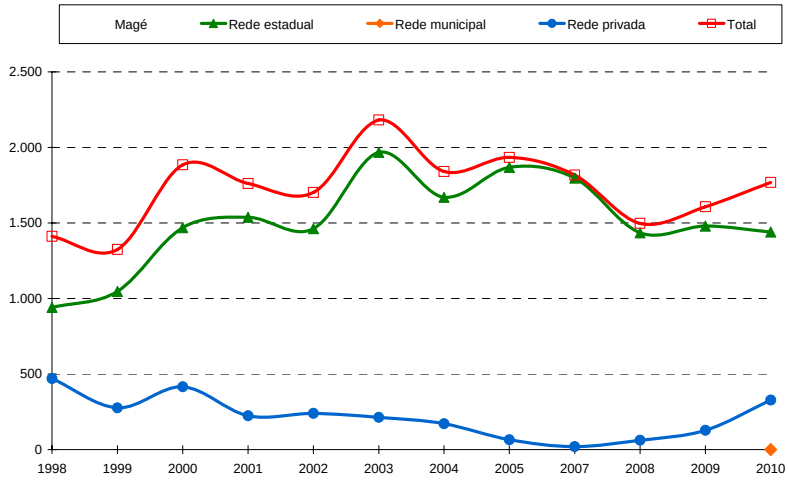
A comparação dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2004 e 2010, é apresentada nos gráficos a seguir:

Gráfico 18: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2004 a 2010



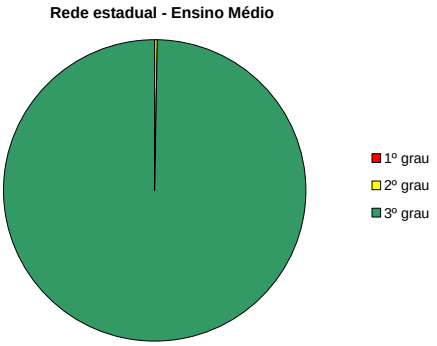
O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 1.411 em 1998, passando para 1.768 em 2010, com variação de 25% nesse período de doze anos.

Gráfico 19: Concluintes do Ensino Médio – 1998-2010



A formação específica do corpo docente da rede pública do Ensino Médio é apresentada a seguir:

Gráfico 20: Formação dos professores – Ensino Médio – Rede pública – 2010



No Ensino de Jovens e Adultos, Magé teve um total de 9.524 alunos matriculados em 2009, sendo 74% na rede estadual e 26% na municipal.

O município de Magé tinha um curso de graduação no ensino superior, com 271 alunos matriculados em 2009 [21].

Saúde

A atenção à saúde no Estado do Rio de Janeiro obedece a uma regionalização para escalonar o nível de atendimento ao cidadão, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média a alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Todo o sistema segue uma programação que deve ser integrada e objeto de um pacto entre as diversas secretarias de saúde envolvidas. A regionalização é responsável por estruturar e regular esse processo de descentralização das ações e serviços de saúde.

Gráfico 21: Regionalização da saúde – Estado do RJ – 2010

21 - Os dados referentes ao Ensino Superior têm defasagem de um ano a mais em sua divulgação.

A estratégia de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS inclui a Rede de Centrais de Regulação do Estado do Rio de Janeiro – RCR/RJ, que tem por missão agilizar e qualificar o acesso do cidadão aos serviços e ações de alta e média complexidade. A implementação se deu por etapas. O primeiro ciclo (1999 a 2002) foi dedicado ao planejamento e pactuação do desenho da rede, após o estudo do fluxo dos pacientes no estado e da capacidade instalada, bem como a identificação de municípios-polo. Fez parte dessa etapa a organização da infraestrutura local e de comunicação das centrais de regulação, bem como a execução de concurso público pela antiga Secretaria de Estado de Saúde – SES.

O segundo ciclo de evolução da RCR/RJ (2003-2005) caracterizou-se por concentrar esforços no fortalecimento do processo de regulação através da adoção de quatro estratégias complementares: efetivação da regionalização da rede; constituição do arcabouço jurídico-institucional; incorporação escalonada de leitos/internações por especialidade à luz dos protocolos pactuados; e constituição do Núcleo Interno de Regulação em cada unidade hospitalar pública, das três esferas de governo.

Marco jurídico-institucional foi a Deliberação nº 203, de novembro de 2005, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que aprovou a expansão escalonada de leitos/internações por especialidade na RCR/RJ, iniciada, no mesmo mês, pelas internações de obstetrícia e pediatria, gestações de alto risco e UTI neonatal. No mês seguinte, foram reguladas internações de pacientes de primeira vez em atenção hematológica e aquelas referidas à rede de alta complexidade e à saúde mental. A partir de março de 2006, foram reguladas ações de saúde auditiva e clínica médica. Desde 2005, foram estabelecidas as funções das centrais de regulação; o fluxo da informação; as atribuições dos profissionais da rede de centrais e dos núcleos de regulação das demais unidades de saúde; e a padronização dos procedimentos operacionais.

A trajetória da regionalização ganhou nova força no ano de 2007 com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde descrito adiante, seguido por muitos municípios no decorrer dos anos. Em 2009, foram realizados seminários e oficinas de planejamento regional, fundamentais para pactuar uma nova configuração das regiões de saúde e criar os Colegiados de Gestão Regional.

Pacto pela Saúde

Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais ajustado entre União, estados e municípios com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS, ao mesmo tempo em que redefine as responsabilidades de cada gestor. A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG que substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (Atenção Básica; Média e Alta Complexidade da Assistência; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de cem rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

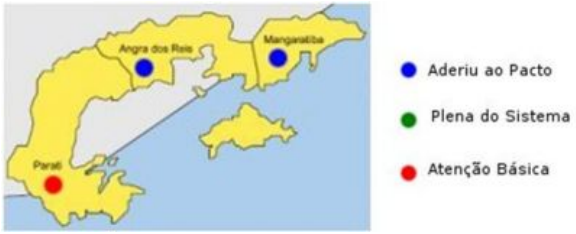
Com o pacto, altera-se a lógica do processo de habilitação dos entes federados. Não há mais a divisão entre município/estado habilitado e não habilitado. Todos passam a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. No Pacto pela Vida (uma das três partes em que está dividido o Pacto pela Saúde) são enumeradas prioridades básicas que os três níveis de governo devem perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual. A agenda de atividades prioritárias busca a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde; e ao reforço de ações para o controle de emergências e endemias com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

Cabe aos governos estaduais e municipais construir as ações necessárias para cumprimento das metas, de acordo com a realidade local. Prioridades estaduais e municipais também poderão ser agregadas à agenda nacional. Os novos pactos avançam na efetivação do controle social ao determinar que os gestores das três esferas de governo assumam publicamente suas responsabilidades. Os TCGs, que devem ser aprovados nos respectivos Conselhos de Saúde, implicam a qualificação dos processos de planejamento, programação e avaliação das políticas de saúde.

O Pacto pela Saúde, conforme já examinado em edição anterior deste Estudo Socioeconômico, divide-se em Pacto pela Vida, que define as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propõe uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e a busca de financiamento adequado; e Pacto de Gestão, que estabelece as diretrizes e redefine as responsabilidades de gestão em função das necessidades de saúde da população e da busca de equidade social.

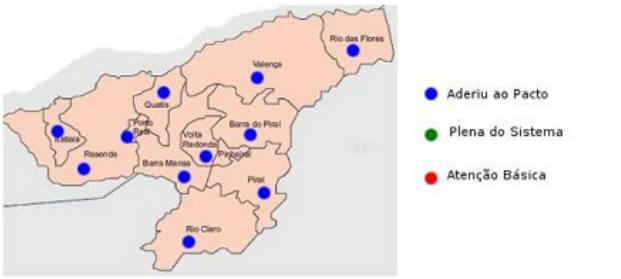
No Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010, somente 48 dos 92 municípios haviam aderido ao Pacto de Gestão. O município do Rio de Janeiro, que forma uma região independente, aderiu ao Pacto pela Saúde em abril de 2010. As demais regiões são apresentadas com os mapas ilustrativos que se seguem.

A Região da Baía da Ilha Grande é composta por apenas três municípios. Angra dos Reis e Mangaratiba aderiram ao Pacto pela Saúde, respectivamente, em agosto e outubro de 2009. Paraty segue apenas na Gestão da Atenção Básica.



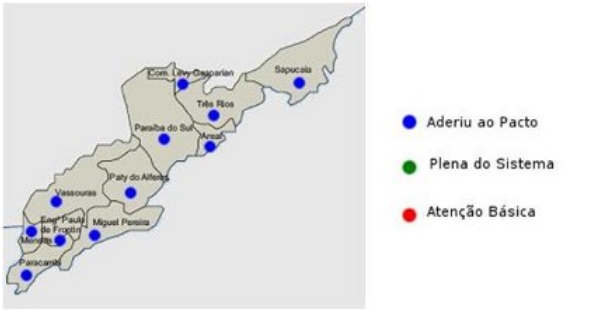
MAGÉ

Todos os municípios da Região do Médio Paraíba aderiram em bloco ao Pacto pela Saúde em janeiro de 2008. Essa região, fronteiriça aos estados de São Paulo, a leste, e Minas Gerais, a norte, é formada por um bloco de 12 entes.

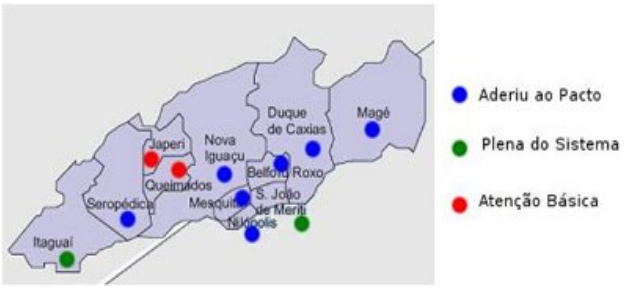


A adesão dos onze municípios da Região Centro Sul Fluminense ao Pacto pela Saúde aconteceu de forma gradativa, entre janeiro de 2008 e outubro de 2010.

Apesar de Paracambi ser habilitado em Gestão Plena do Sistema, foi o último município a aderir ao pacto na região.

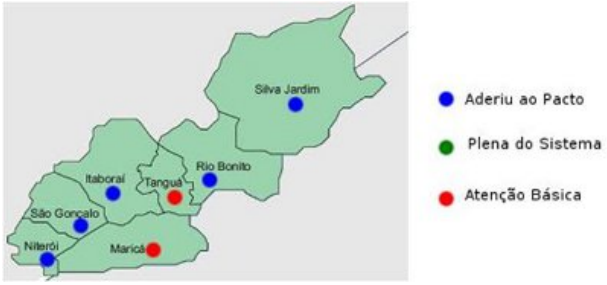


A Região Metropolitana I é formada por onze municípios. À exceção de Japeri e Queimados, que seguem habilitados na Gestão da Atenção Básica, e Itaguaí e São João de Meriti, na Gestão Plena do Sistema, os demais aderiram ao Pacto pela Saúde entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010.



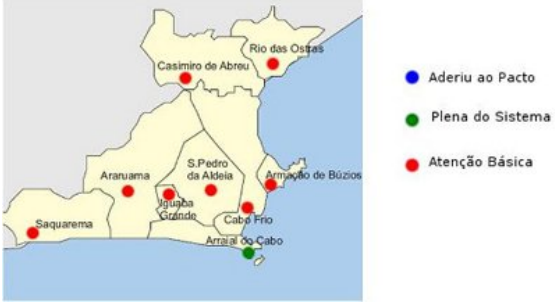
Na Região Metropolitana II, somente Maricá e Tanguá permanecem com Gestão da Atenção Básica.

Os demais municípios aderiram ao Pacto pela Saúde entre março de 2008 e dezembro de 2010.



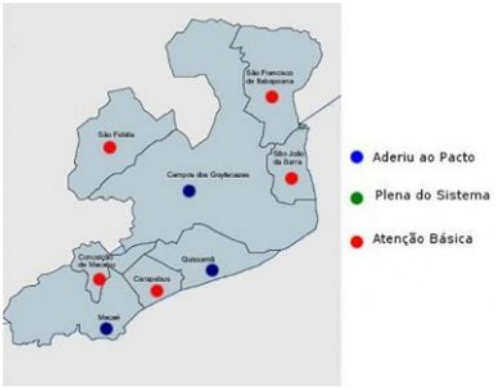
Dos nove municípios da Região Baixada Litorânea, nenhum aderiu ao Pacto pela Saúde.

Cabe ressaltar que Arraial do Cabo é habilitado em Gestão Plena do Sistema desde 1999 e os demais municípios têm apenas Gestão da Atenção Básica.



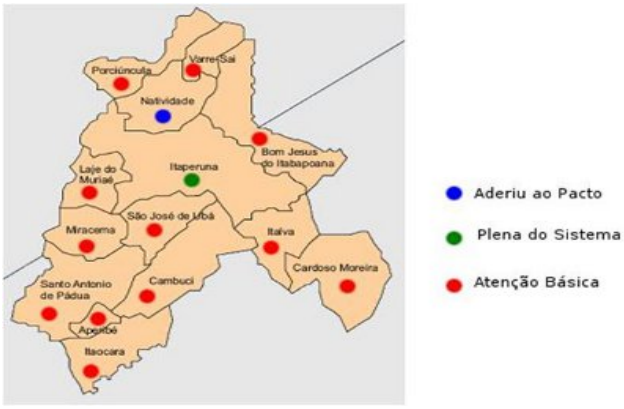
Dos oito municípios da Região Norte, apenas Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé aderiram ao Pacto pela Saúde, entre março de 2009 e dezembro de 2010.

Os demais municípios são habilitados apenas em Gestão da Atenção Básica.



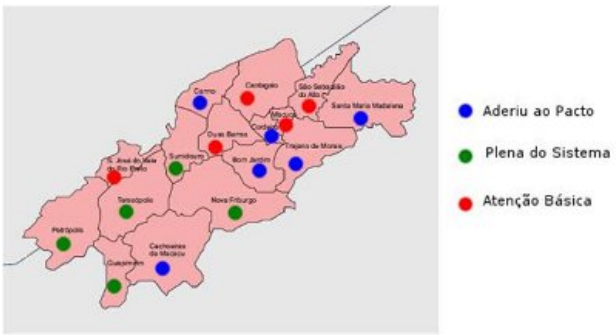
Dos municípios da Região Noroeste, apenas Natividade aderiu ao Pacto pela Saúde (em março de 2009). Itaperuna segue habilitada em Gestão Plena do Sistema e os demais municípios, em Gestão da Atenção Básica.

Essa região, fronteiriça aos estados de Minas Gerais, a oeste, e Espírito Santo, a nordeste, é formada por um bloco de 14 entes.



Dos dezesseis municípios da Região Serrana, seis aderiram ao Pacto pela Saúde entre junho de 2009 e novembro de 2010: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Cordeiro, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes.

Cinco entes permanecem com Gestão Plena do Sistema: Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis. Os demais municípios são habilitados apenas na Gestão da Atenção Básica.



Atenção básica da saúde

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

O Programa Saúde da Família – PSF, aliado ao dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e ao das Equipes de Saúde Bucal – ESB, é compreendido como a estratégia principal para mudança do antigo modelo, superando a antiga proposição de caráter exclusivamente centrado na doença para uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

O governo federal obteve recursos do Banco Mundial para o Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF, que prevê a conversão do modelo de atenção básica à saúde nos grandes centros urbanos para a estratégia de Saúde da Família. Esse será o eixo de estruturação da porta de entrada do sistema e de viabilização de rede de serviços de suporte. Engloba também outros níveis de complexidade, para assegurar assistência integral aos usuários. Prevê ações e recursos nas áreas de modernização institucional; adequação da rede de serviços; fortalecimento dos sistemas de avaliação e informação; capacitação de recursos humanos; estruturação e implementação de metodologias para monitoramento e avaliação de processo e desempenho

O trabalho desenvolvido pelo PSF e pelos ACS (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas, evitando deslocamentos desnecessários às unidades de saúde, e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais antes que os problemas se instalem de modo mais grave.

Tais procedimentos têm como objetivo atuar nos momentos iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais. Ao estabelecer esses vínculos com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe do PSF é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias. Cada Equipe de Saúde da Família – ESF acompanha de 600 a 1.000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou uma reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, esse cuidado passa a exigir a conformação de outras equipes de trabalho para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial. Existem dois tipos de Equipe de Saúde Bucal, quais sejam: ESB Modalidade I, composta por Cirurgião-Dentista e Auxiliar de Consultório Dentário; e ESB Modalidade II, que incorpora, também, um Técnico em Higiene Dental.

A tabela a seguir demonstra a evolução dessa política nos últimos oito anos no conjunto do estado e aponta para a dificuldade que existe em implantar essa estratégia, sempre muito aquém do que está credenciado pelo Ministério da Saúde – MS e com insuficiente nível de cobertura:

Tabela 20: Evolução do Programa Saúde da Família – 2003-2010

Dezembro de cada Ano	Agentes Comunitários de Saúde				Equipe de Saúde da Família				Equipe de Saúde Bucal				
										Modalidade I		Modalidade II	
	Nº de Municípios com ACS	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Nº de Municípios com eSF	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Nº de Municípios com eSB	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
2003	86	11.718	52%	23%	80	1.823	47%	19%	27	93	92%	7	86%
2004	87	13.042	56%	27%	80	2.027	50%	23%	32	243	69%	44	55%
2005	88	13.329	61%	30%	85	2.083	57%	27%	48	359	79%	93	32%
2006	89	14.197	64%	33%	86	2.198	60%	29%	61	493	82%	108	47%
2007	87	14.617	58%	31%	85	2.237	58%	28%	62	590	74%	73	62%
2008	91	14.790	67%	35%	89	2.266	64%	31%	67	611	83%	75	72%
2009	90	15.337	67%	36%	88	2.342	63%	31%	69	651	82%	82	68%
2010	91	15.544	73%	39%	90	2.365	69%	34%	74	911	71%	198	45%

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

A implementação dessa estratégia preventiva no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Ministério da Saúde, até finais de 2010, ainda não havia se consolidado: existe um município (Campos dos Goytacazes) que não possui ACS nem ESF, e há outros 18 que não dispõem de ESB. Os desafios que se impõem para um melhor andamento dessa política de saúde pública vão desde a precarização dos processos de seleção e recrutamento, bem como das relações de trabalho, com baixos salários, carga horária excessiva e contratações instáveis, e passam pela falta de entrosamento e capacitação dos agentes comunitários de saúde e dos demais componentes das equipes, culminando com a demanda excessiva e com a reversão da ênfase inicialmente proposta: de preventiva e promotora da saúde para tão somente curativa.

Magé, ao final de 2010, apresentava o seguinte quadro:

Tabela 21: Situação do Programa Saúde da Família – 2010

Agentes Comunitários de Saúde				Equipe de Saúde da Família				Equipe de Saúde Bucal			
								Modalidade I		Modalidade II	
Teto	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Teto	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
611	400	97%	91%	102	60	100%	91%	41	100%	0	0%

Ainda no âmbito da atenção básica, o número de casos diagnosticados da doença do bacilo de Koch (*mycobacterium tuberculosis*), que ataca os pulmões, diminuiu no estado: de 15.277 em 2005 para 13.611 em 2008. Todavia, nesse ano, as maiores incidências estavam nos estados do Rio de Janeiro e Amazonas. Se o tuberculoso tomar as medicações corretamente, as chances de cura são elevadas. A preocupação da Organização Mundial de Saúde – OMS, todavia, é com o abandono do tratamento, pois os sintomas desaparecem e os bacilos podem se tornar resistentes, caso o uso da medicação seja interrompido e, depois, retomado. A tuberculose resistente pode desencadear uma nova forma da doença, potencialmente incurável. No ano de 2009, foram notificados (ainda sujeitos a revisão) 14.858 casos novos no RJ, a maioria na Região Metropolitana, caindo para 4.712 em 2010 (até agosto [22]).

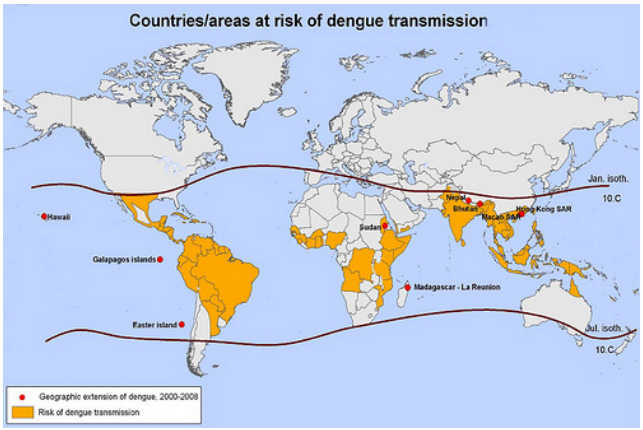
A doença do bacilo de Hansen (*mycobacterium leprae*), que ataca normalmente a pele, os olhos e os nervos, tem cura, e também teve redução no estado: de 3.047 casos diagnosticados em 2005 para 2.382 em 2008. O número de casos de hanseníase no Estado do Rio de Janeiro cai a cada ano. Em 2010, foram notificados 1.866 casos, contra os 2.316 registrados em 2009 (ainda sujeitos a revisão) [23]. Nesse caso, o tratamento é 100% eficiente se mantido do começo ao fim.

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A Organização Mundial de Saúde – OMS estima que 50 milhões de pessoas são infectadas anualmente em mais de 100 países de todos os continentes, exceto Europa. Não há tratamento específico para a doença, mas uma atenção médica apropriada salva com frequência a vida dos pacientes acometidos da forma mais grave – a dengue hemorrágica. A falta de um antiviral pode ser compensada pela aplicação de um conjunto de conhecimentos que classificam o paciente de acordo com seus sintomas e a fase da doença, permitindo assim reconhecer precocemente os sinais de alerta, iniciando a tempo o tratamento adequado e possível.

No mundo, cerca de 500 mil doentes graves, em grande parte crianças, necessitam de hospitalização a cada ano, e um pequeno percentual dos afetados vem a falecer em decorrência da doença, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. A figura ilustra as áreas de risco de transmissão da dengue entre 2000 e 2008, conforme a OMS.

22 - Mais informações em http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/tuberculose/bases/tubercbrnet.def. Acesso em 24.3.11.
23 - Mais informações em http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/6458-estado-registra-queda-no-numero-de-casos-de-hanseniase e http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/hanseniase/bases/Hansbrnet.def. Acesso em 24.3.11.

Gráfico 22: Distribuição espacial da incidência de casos de no mundo – 2000-2008

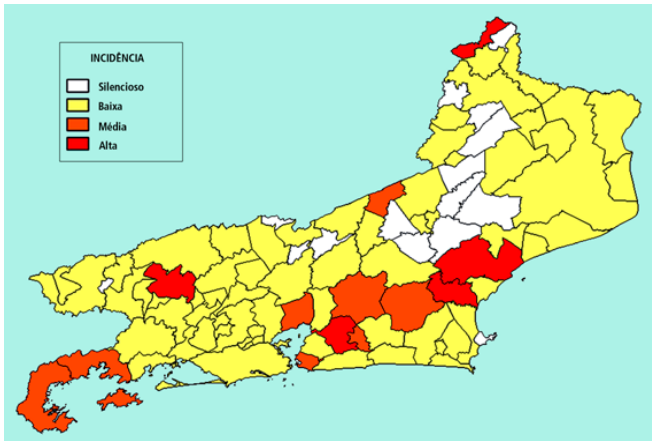


De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC, o Estado do Rio de Janeiro notificou 255.818 casos de dengue em 2008, com 252 óbitos confirmados. O recorde foi em 2002, quando mais de 288 mil casos foram notificados. Os números caíram significativamente até 2005, com apenas 2.580 casos, mas reagiram novamente para 31 mil e 66 mil ocorrências, respectivamente, nos anos seguintes. Após o pico de 2008, caíram para 12.636 os casos notificados no RJ em 2009.

Dados preliminares divulgados pela imprensa [24] sobre o avanço da dengue no Brasil mostram que o ano de 2010 apresentou mais que o triplo de notificações na comparação com 2009. Foram 999.688 relatos da doença no ano passado, contra 323.876 no ano anterior. Segundo o MS, os dados para 2010 são preliminares. A Região Sudeste teria apresentado o maior número de notificações no ano passado. Foram 473.994 relatos da doença, contra 106.942 no ano anterior.

Os dez municípios que registraram os maiores números de casos em 2008 foram: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis, Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Itaboraí. Esses municípios corresponderam a 86% do total dos casos notificados, mais da metade no município do Rio de Janeiro. Em 2009, o quadro mudou bastante. O mapa abaixo é autoexplicativo:

Gráfico 23: Distribuição espacial da incidência de casos de dengue por município no Estado Rio de Janeiro – 2009



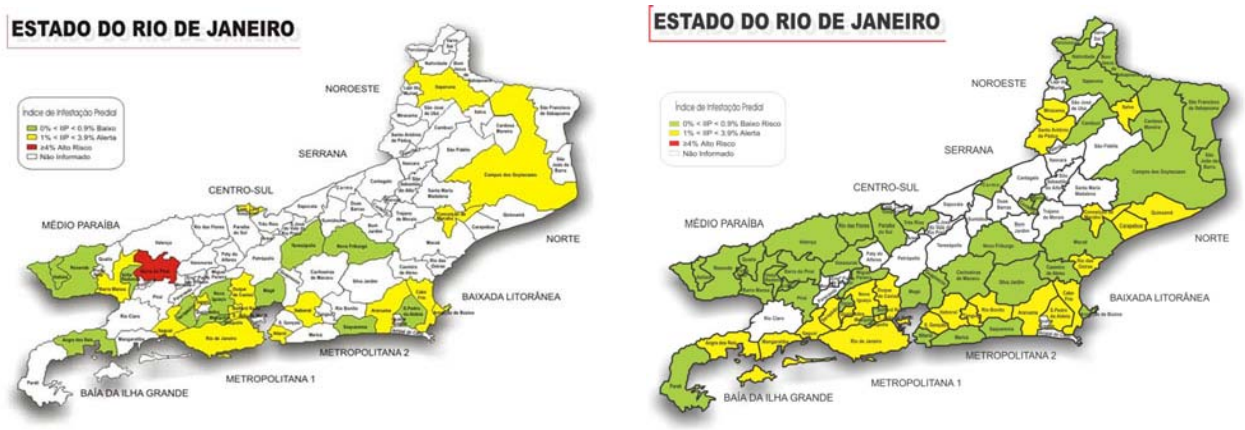
24 - Mais informações em http://g1.globo.com/luta-contra-a-dengue/noticia/2011/02/notificacoes-de-dengue-mais-que-triplicam-em-2010-aponta-ministerio.html. Acesso em 15.3.11.

Em 2010, as cidades com maior incidência teriam sido Porciúncula, Casimiro de Abreu, Tanguá, Macaé, Rio de Janeiro, Itaboraí e Campos dos Goytacazes. O quadro da evolução da doença, por município e região de saúde, mês a mês, já pôde ser acessado no sítio da SESDEC [25] na internet. Atualmente, nem no sítio dedicado http://www.combatadengue.com.br é possível levantar esses dados [26].

As localidades consideradas mais vulneráveis à dengue vêm sendo inspecionadas pelo MS em todo o país. Dessas, vários estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro. A SESDEC treinou e está apoiando todos os municípios do estado para a realização sistemática do Levantamento do Índice Rápido de Infestação por Aedes aegypti – LIRAa.

Um total de 30 municípios realizou o LIRAa em outubro de 2008, saltando para 67 no mesmo mês de 2010. O levantamento realizado nesse ano mostra que 23 municípios (em amarelo no mapa) estão em alerta para risco de ocorrência de surto ou epidemia e que os demais 44 estão em situação de baixo risco. Esses resultados correspondem aos índices médios dos municípios, não significando que, em cada um, não possam ser encontradas áreas de alto ou médio risco. As figuras que seguem ilustram o quadro:

Gráfico 24: Levantamento do Índice Rápido de Infestação por Aedes aegypti – LIRAa – Estado do RJ – Outubro 2008 e outubro 2010



No primeiro semestre de 2011, o Estado do Rio de Janeiro contabilizou 107 mortes causadas pela dengue [27]. O município da Capital apresentou o maior número de óbitos, 36 no período. De acordo com um boletim divulgado pela Secretária Estadual de Saúde, entre os dias 2 de janeiro e 25 de junho foram notificados 142.147 casos suspeitos da doença, sendo 5.686 em janeiro; 17.518 em fevereiro; 32.275 em março; 50.821 em abril, 31.848 em maio e 3.999 em junho, com tendência de queda para os meses seguintes.

25 - Encontrada uma planilha até 2009 (incompleta) em http://www.saude.rj.gov.br/fesp-2008/lista-de-convocacaoc-fesp-2008/doc_download/2341-quadro-demonstrativo-dos-casos-not-dengue-por-municipio-86-a-2009. Encontrado um boletim mais completo em http://www.saude.rj.gov.br/servicos-vigiliancia-em-saude/vigilancia-em-saude-vigilancia-epidemiologica-e-ambiental/6482-boletim-epidemiologico-e-ambiental-2009-2010. Acessos em 15.3.11.
26 - Disponíveis em http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/dengue/bases/denguebrnet.def com atualização somente até agosto de 2010. Acesso em 24.3.11.
27 - Mais informações em http://www.combateadengue.com.br/category/noticias-dengue/ e http://www.combateadengue.com.br/estado-registra-107-mortes-causadas-por-dengue/. Último acesso em 3.8.2011.

Além da Capital, foram registrados óbitos nas seguintes cidades: Angra dos Reis (4), Barra Mansa (3), Belford Roxo (2), Bom Jesus de Itabapoana (1), Cabo Frio (1), Campos dos Goytacazes (3), Casemiro de Abreu (1), Duque de Caxias (9), Itaboraí (1), Italva (1), Itaocara (2), Itaperuna (1), Japeri (1), Magé (2), Maricá (2), Mesquita (2), Nova Iguaçu (8), Paraíba do Sul (1), Pinheiral (1), Rio das Ostras (3), São Gonçalo (9), São João do Meriti (5), São José do Vale do Rio Preto (1), São Pedro da Aldeia (1), Valença (2) e Volta Redonda (4).

No mesmo período – de janeiro a junho – de 2010, haviam sido registradas 31 mortes em todo o estado e 21.346 casos da doença, A epidemia de dengue anterior ocorrera em 2008, com mais de 250 mil casos e 255 mortes. Em 2002, foram quase 290 mil casos, com 91 mortes.

Saúde no município

Os dados a seguir [28], coletados no sistema Datasus, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Magé.

Tabela 22: Estabelecimentos por tipo – Município – Dez 2010

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Central de regulação de serviços de saúde	0
Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica	0
Centro de atenção psicossocial	2
Centro de apoio à saúde da família	0
Centro de parto normal	0
Centro de saúde/unidade básica de saúde	60
Clínica especializada/ambulatório especializado	18
Consultório isolado	26
Farmácia com medicamento excepcional e programa Farmácia Popular	1
Hospital-dia	0
Hospital especializado	1
Hospital geral	5
Policlínica	2
Posto de saúde	5
Unidade de pronto atendimento	0
Pronto-socorro especializado	0
Pronto-socorro geral	5
Unidade mista – atendimento 24h; atenção básica, internação/urgência	0
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	16
Unidade de vigilância em saúde	0
Unidade móvel pré-hospitalar urgência/emergência	0
Unidade móvel terrestre	0

28 - Os indicadores na área da saúde são inúmeros e podem ser encontrados no sítio http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm, que gera os Cadernos de Informação de Saúde, ou na Sala de Situação em Saúde (http://189.28.128.178/sage/), ambos do Ministério da Saúde, bem como nos Retratos Municipais da SESDEC, em http://www.saude.rj.gov.br/retratos/RetratosMunicipais/index.html.

Tabela 23: Distribuição de leitos hospitalares – Município – Dez 2010

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Cirúrgico	60	88%
Clínico	274	99%
Obstétrico	97	96%
Pediátrico	57	100%
Outras especialidades	104	100%
Hospital-dia	0	0%

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

Tabela 24: Recursos Físicos - Equipamentos – Município – Dez 2010

Descrição	Quantidade em uso	% à disposição do SUS
Diagnóstico por imagem	73	44%
Infrestrutura	40	33%
Métodos ópticos	10	40%
Métodos gráficos	34	41%
Manutenção da vida	112	37%
Odontologia	422	63%
Outros	109	11%

Os recursos humanos disponíveis para a população de Magé são os seguintes:

Tabela 25: Recursos Humanos - Ocupações – Município – Dez 2010

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Anestesista	11	100%	Nutricionista	12	67%
Assistente social	10	90%	Odontólogo	77	79%
Bioquímico/Farmacêutico	7	100%	Pediatra	14	79%
Cirurgião geral	9	78%	Psicólogo	14	86%
Clínico geral	73	75%	Psiquiatra	9	67%
Enfermeiro	83	99%	Radiologista	3	100%
Fisioterapeuta	43	84%	Sanitarista	2	100%
Fonoaudiólogo	9	44%	Outras especialidades médicas	72	53%
Ginecologista/Obstetra	16	44%	Outras ocupações de nível superior	20	85%
Médico de família	36	100%	Total	520	79%

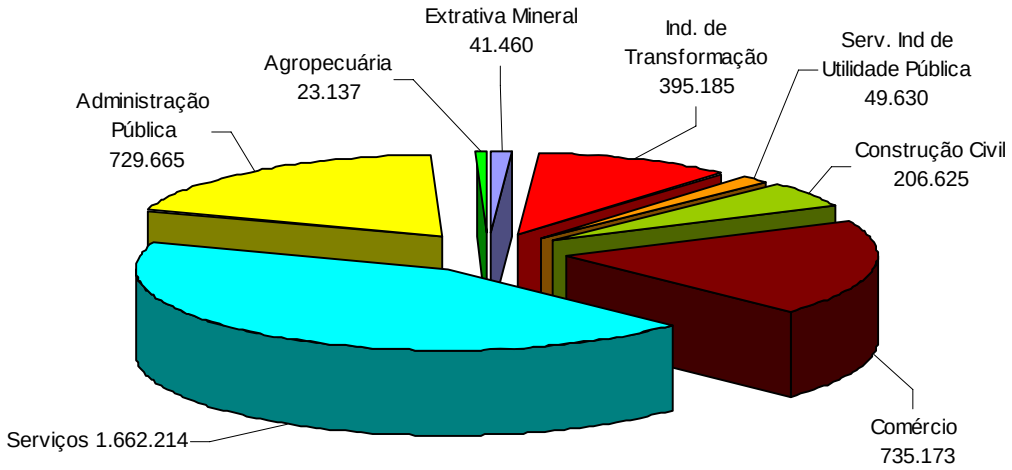
Mercado de Trabalho

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS [29], do Ministério do Trabalho, o ano de 2010, no Estado do Rio de Janeiro, registrou crescimento de 5,94% do emprego formal, decorrente da geração de 228,8 mil postos de trabalho, a terceira maior entre todas as unidades da federação, depois de São Paulo e Minas Gerais. O rendimento médio mensal do trabalhador fluminense, no período, passou de R$ 1.970,55 para R$ 2.016,44, um crescimento de 2,33%.

No país, o mercado de trabalho formal registrou 2,861 milhões de empregos adicionais, o melhor resultado da série histórica da RAIS, representando um crescimento da ordem de 6,94%.O rendimento real médio do trabalhador brasileiro apresentou elevação de 2,57%, como resultado dos aumentos nas remunerações médias recebidas pelos homens (2,62%) e pelas mulheres (2,54%).

Em dezembro de 2010, o número de empregos formais totalizava 4,1 milhões no Rio de Janeiro. A maior evolução foi observada no setor de serviços, que gerou 111,1 mil postos de trabalho (mais 6,68%), seguido de comércio, com 53,6 mil postos (7,29%), e indústria de transformação, com 37,3 mil postos (9,45%). O único setor que apresentou desempenho negativo foi indústria extrativa mineral, com redução de 8,2 mil postos de trabalho (16,46%). O estoque de empregos por setor é mostrado no gráfico a seguir.

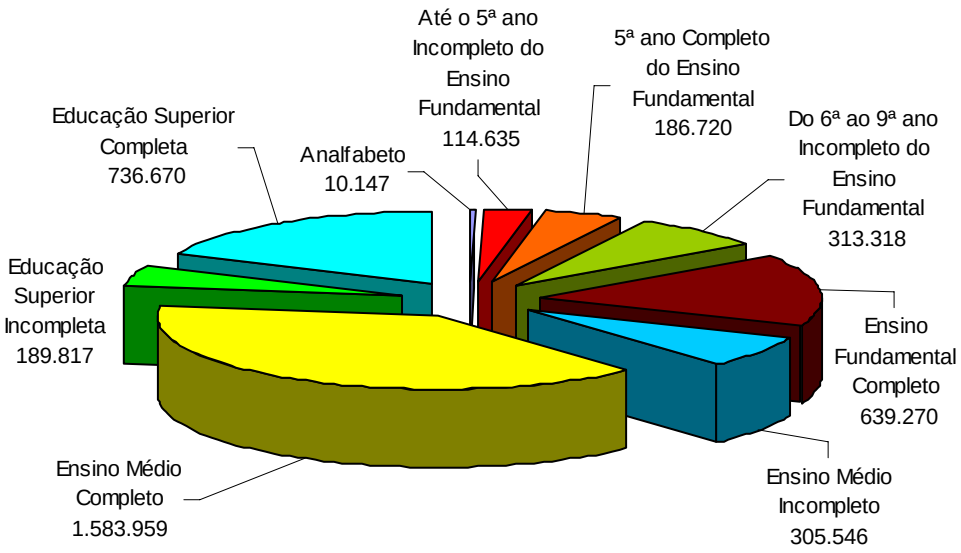
Gráfico 25: Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense – dez 2010



Conforme o grau de instrução, os postos de trabalhos apresentam no estado a seguinte distribuição:

29 - Disponível http://www.mte.gov.br/rais/2010/rj.pdf. Acesso em 9.8.2011.

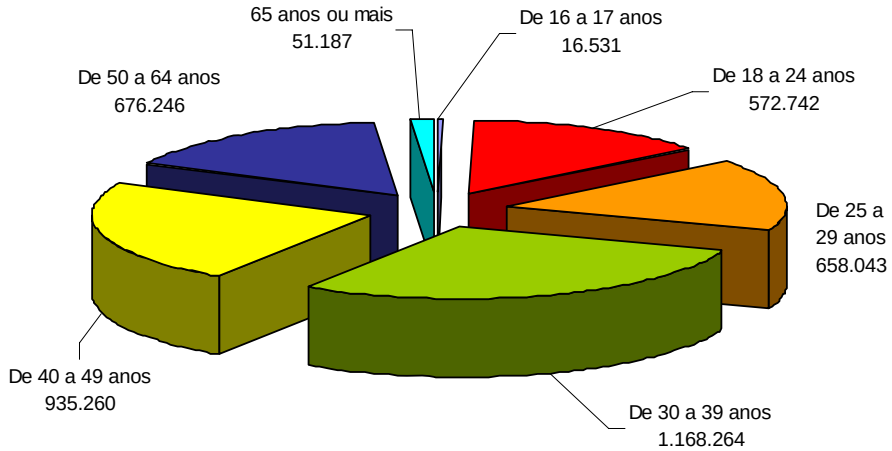
Gráfico 26: Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução – dez 2010



Na comparação com o ano anterior, o maior crescimento observado (10,93%) refere-se aos trabalhadores com ensino médio completo. A maior redução foi para trabalhadores com o quinto ano completo do ensino fundamental, que tiveram um recuo de 4%. A RAIS promove ainda a comparação por gênero, revelando que a remuneração dos trabalhadores do sexo feminino cresceu mais que a do sexo masculino (2,94%, contra 2,01%), embora os homens ainda recebam, em valores absolutos, remunerações bem superiores às das mulheres em todos os graus de instrução considerados.

De acordo com a faixa etária, a distribuição dos empregos no estado é como segue:

Gráfico 27: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – dez 2010



Em relação a dezembro de 2009, todas as faixas etárias apresentaram crescimento, com destaque para os trabalhadores de 16 a 24 anos (mais 19,31%), seguidos pelo grupo de 65 anos ou mais idade (11,45%).

Em seguida, é apresentada a informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED sobre o município em estudo, em comparação com sua microrregião, própria do Ministério do Trabalho para o Estado do Rio de Janeiro, a saber:

Tabela 26: Microrregiões e seus municípios, conforme o CAGED

Microrregião CAGED	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Piraí	Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Morais
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá.
Serrana	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

A evolução e a participação no número de empregos formais no município e na microrregião a que pertence encontram-se na tabela que se segue:

Tabela 27: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED – Jan a dez 2010

Movimentação	Município	Microrregião
	Qt	Qt
Admissões	6.329	1.192.675
Desligamentos	6.278	1.051.058
Variação Absoluta	51	141.617
Variação Relativa	0,35%	5,93%
Número de empregos formais (1º jan 2011)	14.511	2.586.616
Total de Estabelecimentos (1º jan 2011)	4.993	313.160

Fonte: CAGED, disponível em http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=rj

IV - INDICADORES ECONÔMICOS

Contextualização da economia em 2010

Não se pode citar o ano de 2010 sem dar destaque à recuperação ocorrida após a crise dos anos imediatamente anteriores. Depois de anos de expansão a uma taxa média de 5%, a economia mundial diminuiu o ritmo a partir de meados de 2007. A origem desse freio foi uma intensa retração no setor imobiliário americano, deflagrada por uma onda de inadimplência no segmento de hipotecas de alto risco denominadas *subprime*. Instrumentos de difícil controle pelas autoridades regulatórias, como a securitização de empréstimos, permitiram o alastramento desta onda inicial de inadimplência, que provocou uma reação de contração do mercado de crédito, reduzindo em parte o consumo das famílias, principal parcela do PIB dos Estados Unidos. A economia norte-americana diminuiu o ritmo de crescimento de 2007 para 2008, passando a encolher durante o exercício de 2009, quando seu PIB real teve redução equivalente a -2,5%, o mesmo ocorrendo com as economias da região do euro, que apresentaram variação da ordem de -3,9% do PIB.

Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito se traduziria em ciclo recessivo agudo suscitou a atuação coordenada dos bancos centrais e governos com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade. O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que tal coordenação de políticas econômicas passava, efetivamente, a favorecer uma retomada.

A economia mundial persistiu, em 2010, nessa trajetória de recuperação e os principais países desenvolvidos voltaram a registrar crescimento, ressaltando-se o caráter assimétrico desse movimento no âmbito dessas economias e, principalmente, quando incorporado o desempenho das economias emergentes.

De acordo com o Banco Central, os mercados financeiros, embora registrassem menor volatilidade do que no ano anterior, refletiram, em meados de 2010, o aumento das preocupações relacionadas às dívidas soberanas de determinados países europeus e as perspectivas desfavoráveis com relação à sustentação da retomada econômica dos EUA e ao desempenho da China. Num contexto assim, a deterioração da oferta de diversos produtos agrícolas e a forte demanda de alguns países emergentes criaram condições para a valorização expressiva observada nas cotações das *commodities* agrícolas no segundo semestre do ano, exercendo desdobramentos generalizados sobre as taxas de inflação e sobre os processos de normalização da política monetária, tanto em economias desenvolvidas quanto nas emergentes.

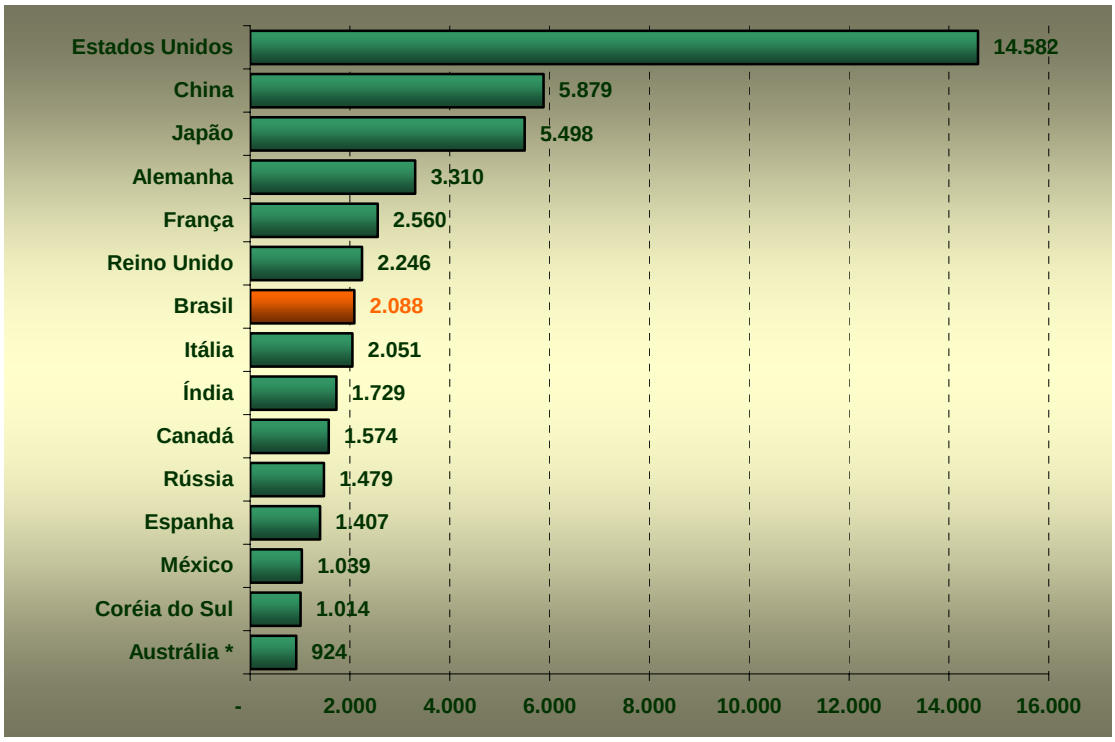
A partir de agosto desse ano, o retorno gradual do otimismo quanto à evolução da atividade econômica nos EUA e na China, e a elevada liquidez na economia mundial favoreceram a trajetória dos índices das principais bolsas de valores. Em 2010, a economia brasileira, impulsionada pelo cenário internacional mais favorável e pela solidez da demanda interna, registrou o crescimento anual do PIB mais acentuado desde 1986: 7,49%.

PIB mundial

Estimado em 63,0 trilhões de dólares, o PIB mundial cresceu 4,2% em 2010, após a retração de 1,7% do ano anterior. Os Estados Unidos seguem como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US$ 14,6 trilhões [30]. A China saltou à frente do Japão em 2010, tornando-se a segunda potência planetária, seguida por Alemanha, França e Reino Unido.

O Brasil desponta como a sétima economia, com US$ 2,088 trilhões, ultrapassando a Itália. Índia superou o Canadá, seguidos por Rússia, Espanha, México e Coréia do Sul. O gráfico a seguir apresenta o desempenho das 15 maiores economias.

Gráfico 28: Maiores economias - Projeção do PIB de 2010 (US$ bilhões)



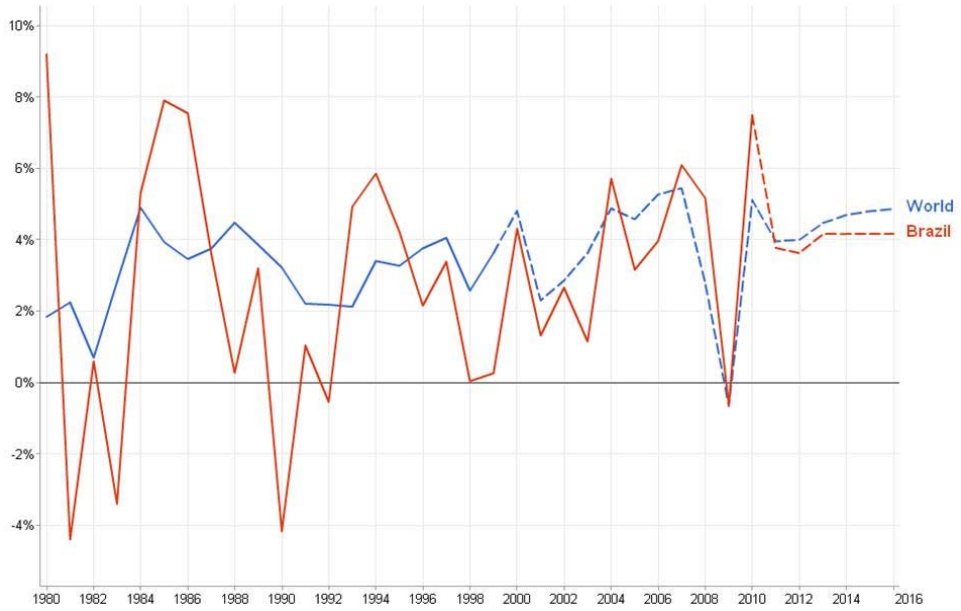
Abaixo do trilhão de dólares, destaca-se a última menção do gráfico acima, Austrália (*dado desse país desatualizado – ainda permanece o PIB de 2009 na base de dados da fonte consultada). Holanda, Turquia e Indonésia estão próximas dos 700-800 bilhões de dólares. Na faixa dos 400-500 bilhões de dólares, seguem Suíça, Polônia, Bélgica, Suécia e Noruega. Dos demais países latinoamericanos, o 24º é a Venezuela; o 27º, a Argentina; o 33º, a Colômbia, respectivamente com PIB de 388, 369 e 288 bilhões de dólares.

A taxa de crescimento anualizada do PIB dos EUA atingiu 2,9% e a da China, 10,3%. Por seu turno, Japão, Alemanha, França e Reino Unido tiveram crescimento anual do PIB de 5,1%, 3,6%, 1,5% e 1,3%, respectivamente.

30 - Fonte: http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf e http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG. Acesso em 16.11.2011.

O gráfico a seguir ilustra a variação do PIB do país frente ao desempenho do mundo, segundo o Banco Mundial:

Gráfico 29: Taxa anual de crescimento do PIB 1980-2010 e Projeção do PIB até 2016 – Mundo e Brasil



PIB nacional e seus componentes

O PIB do Brasil alcançou R$ 3,7 trilhões e, como já mencionado, cresceu 7,49% em 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrando-se, sob a ótica da oferta, aumentos importantes no valor adicionado dos três setores da economia, atingindo 10,1% no segmento secundário, 6,5% no primário e 5,4% no de serviços.

De acordo com o IBGE, o setor agropecuário se beneficiou de um clima favorável e taxas de produtividade elevadas, com safras de cereais, oleaginosas e leguminosas recordes, de aproximadamente 150 milhões de toneladas. Na indústria, além do subsetor extrativa mineral ter crescido 15,7%, verificou-se aumento da construção civil de 11,6%, em parte devido à elevação das operações de crédito com recursos direcionados, com expansão de 31% em 2010. No setor de serviços, os subsetores comércio e intermediação financeira se beneficiaram do aumento da massa salarial e do aumento do crédito ao consumo.

Considerada a ótica da demanda, os investimentos, em linha com o desempenho da construção civil e da absorção de bens de capital, cresceram 21,8% em 2010, enquanto o consumo das famílias, refletindo o crescimento da massa salarial e das operações de crédito, aumentou 7,0%. O consumo da administração pública teve variação positiva de 3,3%. No setor externo, houve elevações anuais de 36,2% nas importações e de 11,5% nas exportações, diferencial associado ao ritmo distinto de crescimento da economia internacional e brasileira.

O PIB *per capita* cresceu 6,5%, passando a registrar o valor de R$ 19 mil em 2010, estipulado em US$ 10.710 pelo Banco Mundial, 60ª posição dentre as economias mapeadas por aquela instituição no biênio 2009-2010.

Inflação

A aceleração registrada nos índices de preços ao consumidor em 2010 esteve influenciada, em especial, pelo comportamento dos preços livres, com ênfase nos aumentos de alimentos e vestuário, e no âmbito dos serviços. A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal entre um e 40 salários mínimos e atingiu 5,91% em 2010, ante 4,31% no ano anterior e 5,90% em 2008.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, chegou a 6,47% no ano, contra 4,11% em 2009. Essa variação, superior à assinalada pelo IPCA, evidencia a maior participação do grupo alimentação e bebidas no INPC, pois esse considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação é relativamente maior.

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, agrega o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, e registrou variação anual de 11,30%, contra variação negativa de -1,43% em 2009.

As variações anuais dos três componentes do IGP-DI registraram aumento em 2010. O IPA, evidenciando o comportamento dos preços no atacado, em resposta às elevações dos preços dos produtos industriais e dos agrícolas, variou 13,85% no ano, com os preços dos produtos industriais e dos agrícolas elevando-se 10,13% e 25,61%, respectivamente. O IPC aumentou 6,24% e o INCC, 7,77%.

Comércio exterior

A balança comercial apresentou saldo positivo equivalente a US$ 20,3 bilhões em 2010. As exportações brasileiras (FOB) alcançaram US$ 201,9 bilhões e as importações atingiram níveis correspondentes a US$ 181,6 bilhões. Um dos fatores que contribuíram para a manutenção desse saldo positivo foi a elevação do preço das *commodities* negociadas nos mercados internacionais, apesar da valorização do real ao longo de 2010, de R$ 1,87 em janeiro para R$ 1,66 em dezembro.

Ao longo do exercício de 2008, os preços das *commodities* minerais decresceram de forma acentuada, reflexo da crise financeira instalada na economia norte-americana, decréscimo esse que prosseguiu ao longo do primeiro semestre de 2009, com reversão da tendência a partir do segundo semestre daquele ano, que se estendeu ao longo de 2010.

Ressalte-se, no entanto, que o saldo obtido foi insuficiente para equilibrar o balanço de pagamentos, em decorrência do comportamento da taxa de câmbio ao longo de 2010: as transações correntes, que englobam as negociações no âmbito da balança comercial,

das transações envolvendo serviços e rendas e das transferências unilaterais correntes, apresentaram saldo negativo equivalente a US$ 47,5 bilhões. Esse saldo negativo foi compensado pelos investimentos estrangeiros diretos, realizados no país, que alcançaram o valor de US$ 48,5 bilhões.

Em dezembro de 2010, o volume das reservas internacionais brasileiras à disposição do Banco Central do Brasil correspondeu a US$ 288,6 bilhões, representando um acréscimo de 21,0% sobre o nível das reservas constituídas em dezembro de 2009, que correspondera a US$ 238,5 bilhões. Esse saldo contribuiu para sinalizar a capacidade de assunção dos compromissos externos do país, bem como para a formação de expectativas positivas e elevação do nível de confiança dos agentes econômicos internacionais.

Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro

Os principais indicadores consolidados de 2010 mostram que as expectativas anteriores de reativação da atividade produtiva do Rio de Janeiro parecem se confirmar.

De acordo com a Fundação CEPERJ, comparando-se as produções anuais de 2009 e 2010, constatou-se que a indústria geral expandiu-se em 8,4%, sendo que a extrativa reduziu sua produção em 3,3% e a de transformação cresceu 11,8%. Vale registrar que das doze atividades acompanhadas na indústria de transformação, onze tiveram crescimento, com destaque para as seguintes: veículos automotores (+45,7%); metalurgia básica (+22,6%); perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (+14,3%); têxtil (13,4%); bebidas (+10,7%); outros produtos químicos (+8,6%); farmacêutica (+7,5%); refino de petróleo e álcool (+7,3%); e borracha e plástico (6,8%). A única atividade com queda na produção foi alimentos (-2,1%).

Segundo o acompanhamento do IBGE, os itens que mais pesaram neste crescimento foram: caminhões (veículos automotores); vergalhões, barras e bobinas a frio de aços ao carbono (metalurgia básica); óleo diesel e gasolina automotiva (refino de petróleo e álcool); cervejas e chope (bebidas); e oxigênio e aditivos para óleos lubrificantes (outros produtos químicos). Em relação à indústria da construção civil, medida indiretamente através do consumo de cimento, observou-se um crescimento acumulado de janeiro a dezembro de 2010 de 7,0%, frente a igual período de 2009.

Indicadores da FIRJAN mostram que ocorreram crescimentos de 11,4% nas vendas reais, de 10,0% nas horas trabalhadas e de 3,6% na utilização da capacidade instalada, considerando-se os desempenhos anuais de 2010 em relação a 2009.

No comércio, por sua vez, o crescimento acumulado no ano foi de 10,4%. Contribuíram para estes resultados o aumento de crédito ao consumidor, os ganhos de renda dos trabalhadores e os preços dos importados mais baratos. Quase todas as atividades apresentaram taxas de variação positiva, conforme os registros a seguir: móveis e eletrodomésticos (+23,9%); livros e jornais (+23,3%); tecido e vestuário (+16,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,0%); hipermercados e supermercados (+6,0%); artigos farmacêuticos (+9,6%); combustíveis (+4,3%), exceto equipamentos de informática e comunicação, com variação negativa (-11,3%). As atividades de veículos e motos e de material de construção, que estão contempladas nas

estatísticas do comércio varejista ampliado, registraram as taxas de variação de +21,0% e +37,0%, respectivamente.

Dados referentes ao ano de 2009 foram disponibilizados ao final de 2010 e ainda refletem aquele ano crítico da economia mundial, durante o qual a economia brasileira teve consequências menores. De acordo com a CEPERJ, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R$ 353,8 bilhões em 2009, com crescimento de 1,96%, em volume, em relação a 2008. A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil.

Tabela 28: PIB, PIB per capita*, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2009*

Ano	Rio de Janeiro					Brasil	Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R$)	Produto Interno Bruto (R$1.000.000)	
	Em R$1.000.000	Volume					
		Índice 1995=100	Variação anual (%)				
1995	78.944,95	100,00	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,20	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,60
2003	188.014,96	109,64	(1,11)	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,50
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008	343.182,07	130,74	4,15	15.872.362	21. 621,36	3 031 864,49	11,32
2009	353.878,14	133,48	1,96	16.010.429	22.102,98	3.239.404,05	10,92
2010	(1)						

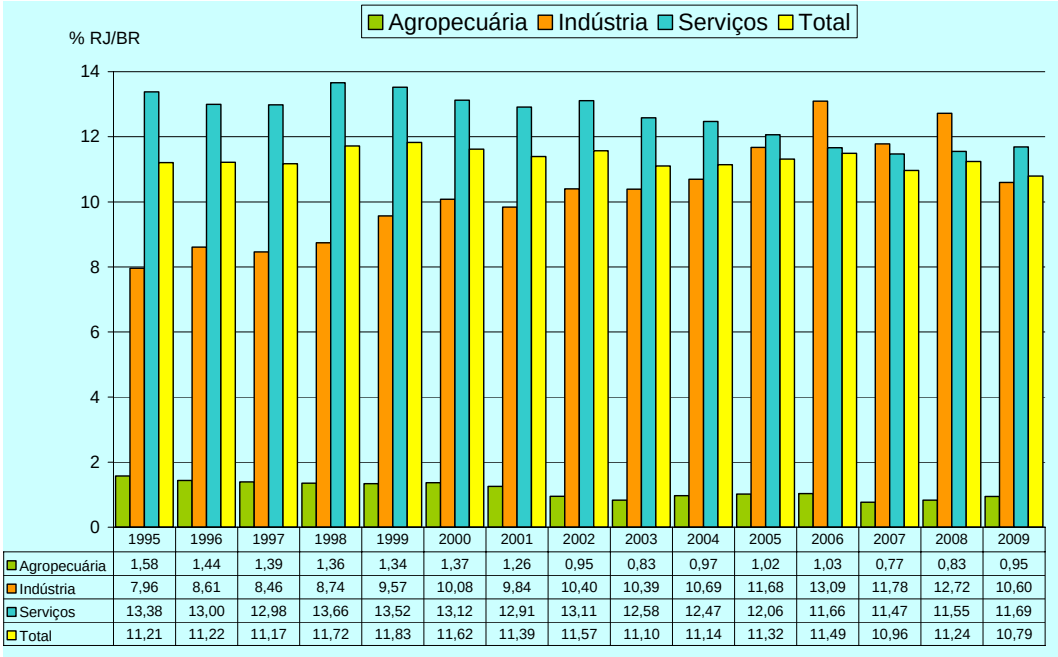
Fonte: CEPERJ/ IBGE. Nota 1: Não é mais divulgada pela CEPERJ a estimativa preliminar do PIB do ano anterior.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do total da participação do PIB fluminense no país, bem como dos três setores de atividades econômicas. Nos quinze anos retratados, a agropecuária recuou 39,8% em sua participação nacional e os serviços perderam 12,6% de participação no total produzido nacionalmente. A indústria foi o que contrabalançou o Estado do Rio de Janeiro, com crescimento de 33,1% de sua participação. O balanço final foi de variação total de -3,7% entre 1995 e 2008.

Dentre os componentes do setor industrial, enquanto extração de petróleo e de outros minerais aumentou sua participação nacional em excepcionais 187,5% no período, a indústria de transformação cresceu 11,2%. Da mesma forma, os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) – SIUP aumentaram em 12,0% sua participação nacional. Mas a construção civil registrou queda de 20,2%.

Todos os componentes do setor de serviços fluminense tiveram redução em sua participação no Brasil, com destaque para intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-18,5%); comércio (-21,7%); administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-14,8%).

Gráfico 30: Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas – 1995-2009



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	1,58	1,44	1,39	1,36	1,34	1,37	1,26	0,95	0,83	0,97	1,02	1,03	0,77	0,83	0,95
Indústria	7,96	8,61	8,46	8,74	9,57	10,08	9,84	10,40	10,39	10,69	11,68	13,09	11,78	12,72	10,60
Serviços	13,38	13,00	12,98	13,66	13,52	13,12	12,91	13,11	12,58	12,47	12,06	11,66	11,47	11,55	11,69
Total	11,21	11,22	11,17	11,72	11,83	11,62	11,39	11,57	11,10	11,14	11,32	11,49	10,96	11,24	10,79

O desempenho da economia fluminense de 2009 manteve o estado com o segundo maior PIB brasileiro (10,79%), atrás apenas de São Paulo (33,5%) e à frente de Minas Gerais (8,9%).

Dos maiores estados brasileiros, o Rio de Janeiro é aquele em que a agropecuária tem a menor importância em sua economia, participando com 0,5% do valor adicionado total do estado em 2009. Esse setor, de acordo com a Fundação CEPERJ, apresentou taxa de variação positiva de 2,7%, em função dos resultados do setor agrícola, com crescimento de 7,8% em seu valor adicionado. Atividade pecuária e pesca teve queda de (-1,9%), principalmente pelo mau desempenho, em termos reais, do setor pecuário.

No setor industrial, a economia fluminense encerrou 2009 com expansão de 1,0% sobre igual período do ano anterior. A indústria extrativa, embora tenha apresentado resultado positivo em volume produzido, com aumento de 8,3%, perdeu em participação, que passou de 15,4% para 8,3% do valor adicionado em conseqüência da queda de 48,1% do preço do petróleo em 2009.

A indústria de transformação, que representa 10,1% do PIB estadual, teve queda de volume de 7,7% em relação a 2008, fruto do desempenho negativo de sete dos doze ramos industriais investigados, com destaque para as atividades têxteis (-17,7%), automóveis (-12,5%), caminhões e ônibus (-15,7%), produtos químicos (-14,8%), metalurgia básica (-8,5%), cimento (-7,8%), e refino de petróleo e álcool (-2,5%). Os que

apresentaram crescimento foram: bebidas (9,0%), farmacêuticos (5,7%) e perfumaria (5,5%).

Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e gás), com participação de 2,7%, e a construção, 5,2%, que também integram o setor industrial, registraram crescimento de 0,2% no caso dos SIUP e queda de 4,4% na construção.

O setor de serviços, responsável por 73,2% do valor adicionado bruto, apresentou crescimento de 2,6% na comparação com o ano anterior. Os maiores destaques foram para intermediação financeira e seguros (+11,5%), serviços prestados às empresas (+5,4%), administração pública (4,7%), atividades imobiliárias (+3,6%), alojamento e alimentação (+3,3%) e saúde e educação mercantis (+1,9%). As outras atividades tiveram os seguintes desempenhos: serviços de informação (-8,7%); serviços prestados às famílias (-2,3%); comércio e serviços de manutenção (-2,0%); seguido por transporte, armazenagem, e correio (-0,3%). O bom desempenho da intermediação financeira e seguros refletiu o aumento em termos nominais do total das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres e direcionados.

Dados do IBGE apontam a administração pública como a atividade que mais contribuiu para o PIB estadual, seguida por comércio e serviços de manutenção e reparação, segunda colocada. A indústria de transformação ficou na terceira posição.

A tabela a seguir apresenta o desempenho dos subsetores de atividade em 2009:

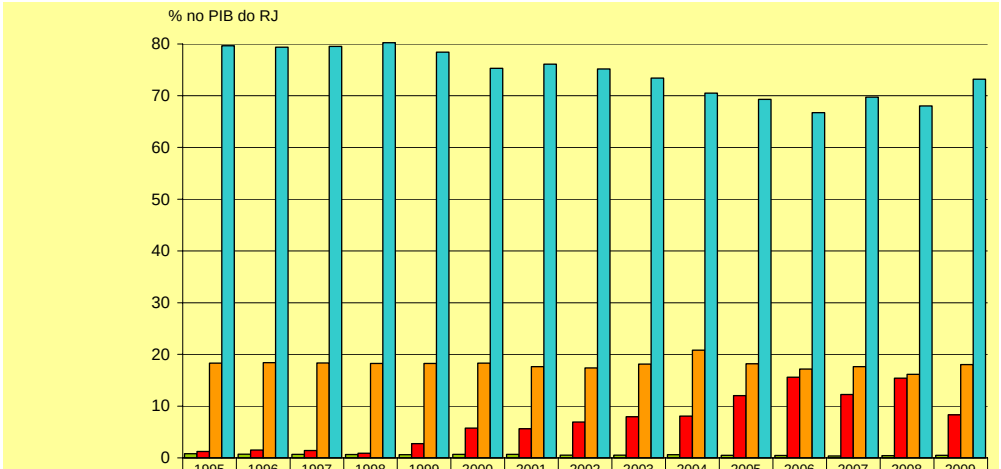
Tabela 29: Participação da atividade no valor adicionado bruto a preço básico – RJ – 2009

Atividades	Participação (%)
AGROPECUÁRIA	
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	0,26
Pecuária e pesca	0,24
INDÚSTRIA	
Indústria extrativa	8,32
Indústria de transformação	10,12
Construção civil	5,20
SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,71
SERVIÇOS	
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,19
Serviços de alojamento e alimentação	2,68
Transportes, armazenagem e correio	5,26
Serviços de informação	5,18
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,36
Serviços prestados às famílias e associativas	2,92
Serviços prestados às empresas	6,92
Atividades imobiliárias e aluguéis	9,62
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,80
Saúde e educação mercantis	3,59
Serviços domésticos	1,65

Fonte:CEPERJ/IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: Total alcança 100,02 por conta dos arredondamentos.

Com exceção dos anos de 2007 e 2009, na última década, o setor de serviços perdeu espaço em sua participação no PIB estadual para a indústria extrativa, em vermelho no gráfico que segue:

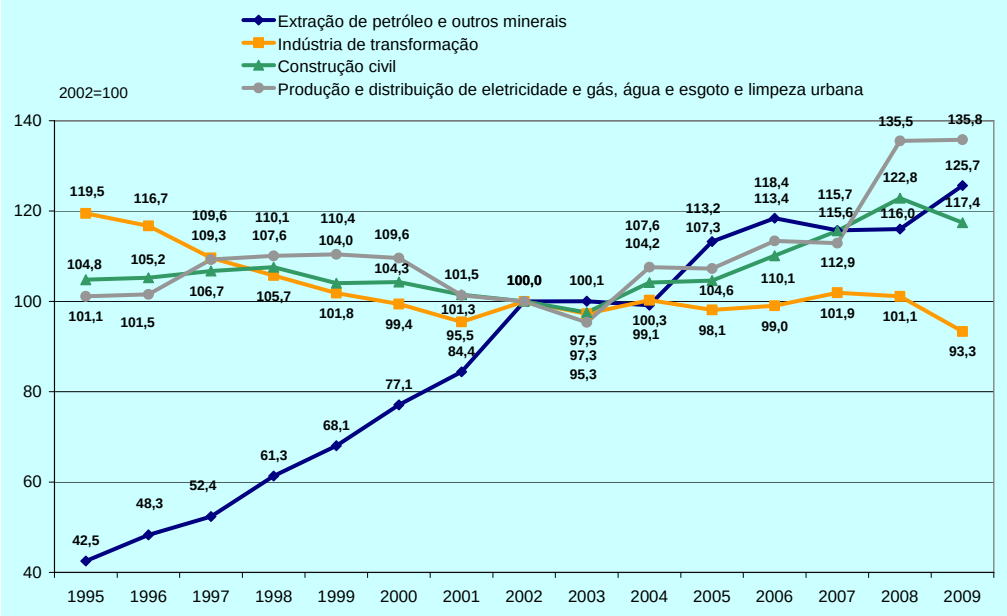
Gráfico 31: Evolução da contribuição no valor adicionado bruto ao PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas – 2003-2008



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	0,81	0,71	0,67	0,64	0,62	0,66	0,66	0,54	0,55	0,60	0,51	0,49	0,39	0,44	0,49
Extração de petróleo e outros minerais	1,25	1,52	1,44	0,88	2,73	5,74	5,63	6,91	7,95	8,08	12,03	15,60	12,25	15,40	8,32
Indústria (transformação, construção civil, SIUP)	18,30	18,42	18,36	18,25	18,25	18,30	17,63	17,40	18,11	20,83	18,17	17,17	17,64	16,15	18,02
Serviços	79,64	79,36	79,54	80,23	78,40	75,29	76,08	75,14	73,39	70,49	69,28	66,74	69,72	68,01	73,16

O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, em azul escuro, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a *performance* negativa da indústria de transformação, em laranja. Ao tomar o ano de 2002 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis:

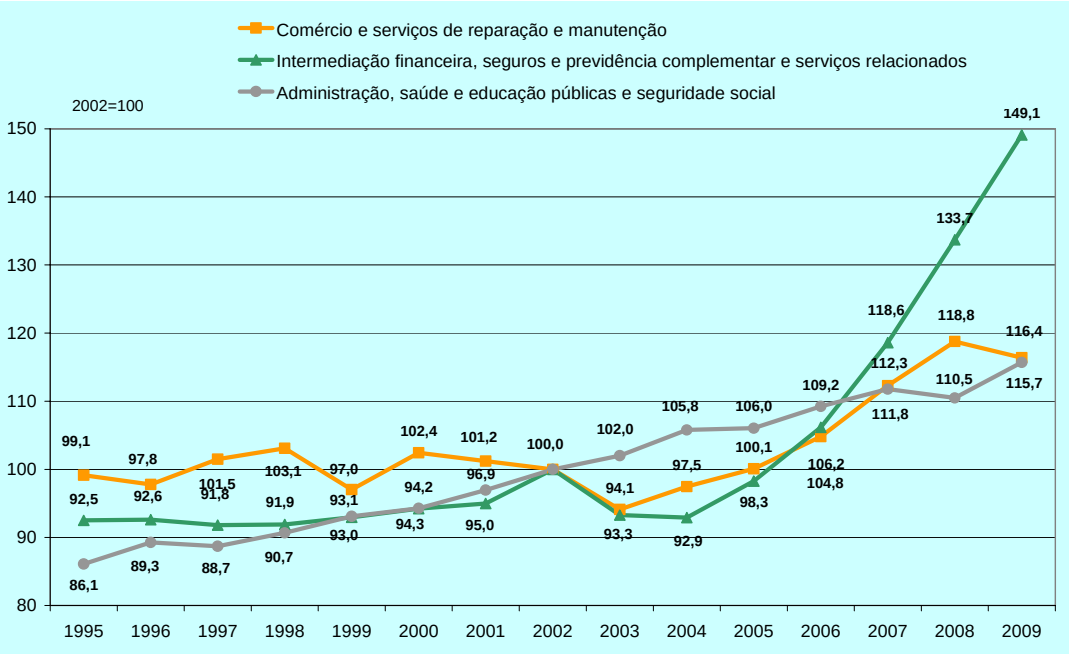
Gráfico 32: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria – 1995-2009



No setor de serviços, a administração pública apresentou crescimento consistente e superior à variação populacional, tendo ocorrido forte recuperação da Intermediação financeira nos anos recentes. Comércio, entretanto, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo positivamente a partir de 2006 e registrando recuo em 2009.

O crescimento de 3,9%, na comparação de 2008 com 2007, teve destaques em intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, e serviços de alojamento e alimentação, seguidos por serviços de informação e serviços prestados às famílias. Seguem serviços prestados às empresas e comércio e serviços de reparação e manutenção. Os subsetores administração, saúde e educação públicas e seguridade social e serviços domésticos tiveram variação negativa de um ano para o outro. O gráfico a seguir aponta a boa recuperação do setor nos últimos anos:

Gráfico 33: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1995-2009



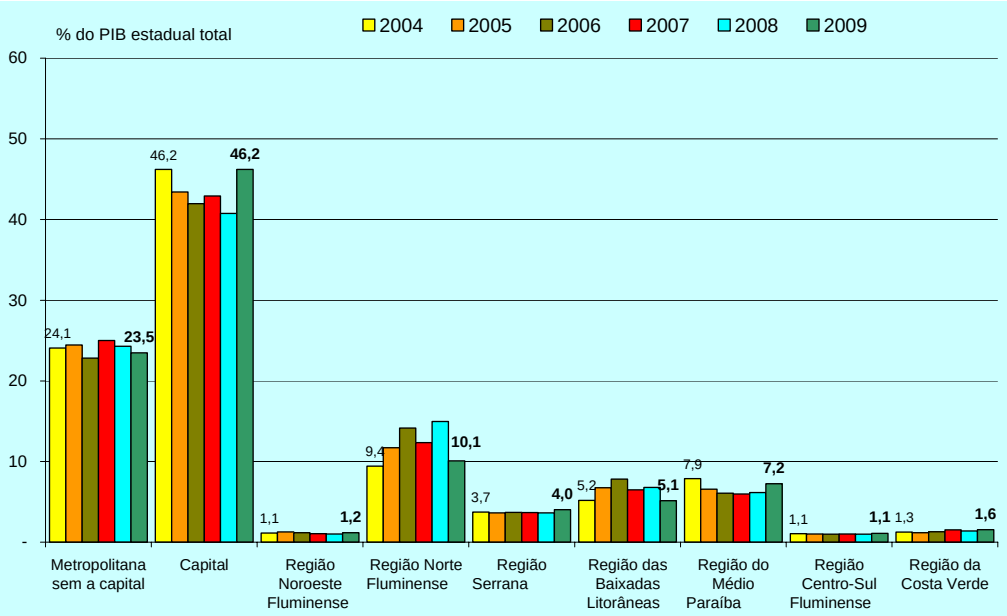
PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009

No contexto regional ou municipal, a nova metodologia para apuração do PIB, adotada pela Fundação CEPERJ há quatro anos, segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança metodológica também excluiu a antiga separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, será proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Mas esse dado não é divulgado e, por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

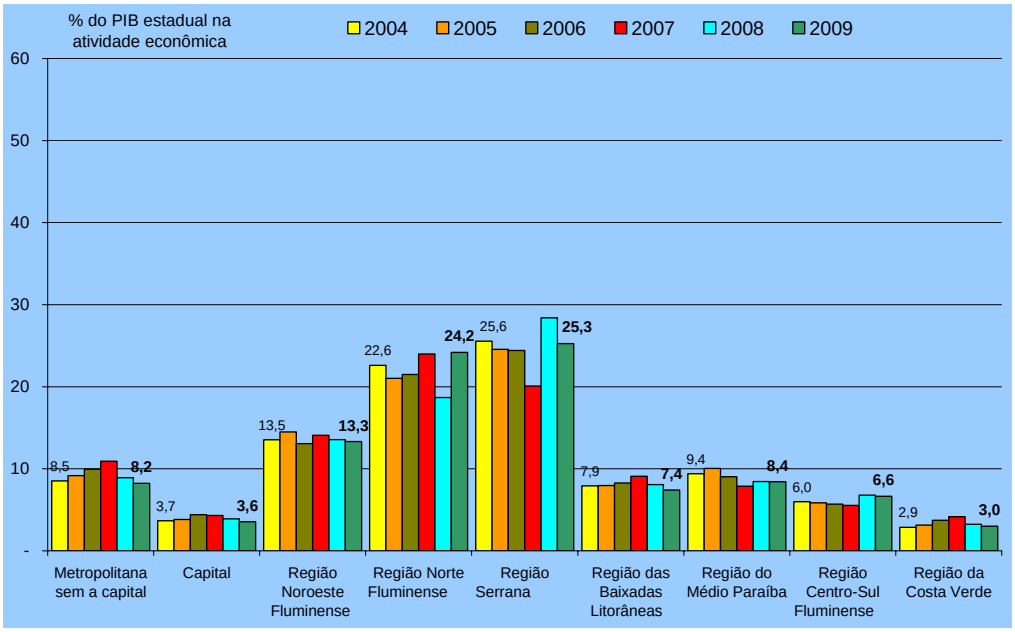
Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução dessas quatro variáveis: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao conjunto do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Fundação CEPERJ, seis municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do estado e concentraram 68,2% da economia fluminense em 2009: Rio de Janeiro (49,7%); Duque de Caxias (7,3%); Campos dos Goytacazes (5,5%); Niterói (3,1%); e São Gonçalo e Nova Iguaçu (2,7% cada). Outros quatro se seguem em relevância econômica: Volta Redonda, Macaé, Petrópolis e Resende. O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do estado.

Gráfico 34: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual – 2004-2009



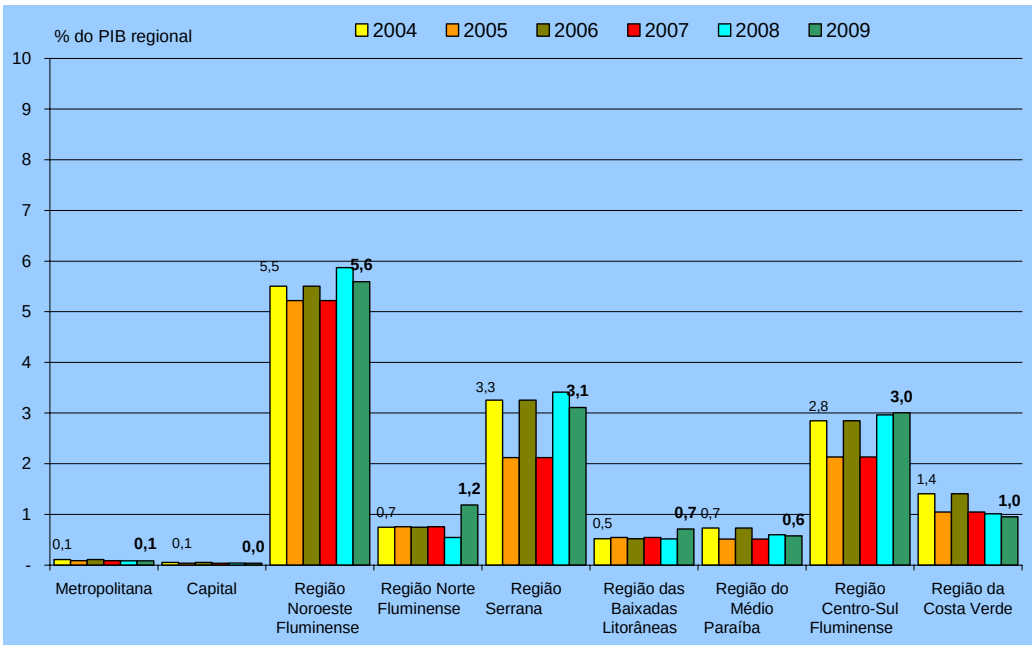
Foram cinco os municípios com maiores participações no *ranking* da Agropecuária em 2009: Campos dos Goytacazes (10,3%); Teresópolis (7,9%); São Francisco de Itabapoana (4,8%); Sumidouro (4,2%); e Rio de Janeiro (3,6%). As regiões Norte Fluminense e Serrana seguem sendo o celeiro estadual. Ganharam espaço, no setor primário, as regiões das Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense e da Costa Verde. A evolução no período está no gráfico:

Gráfico 35: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na agropecuária – 2004-2009



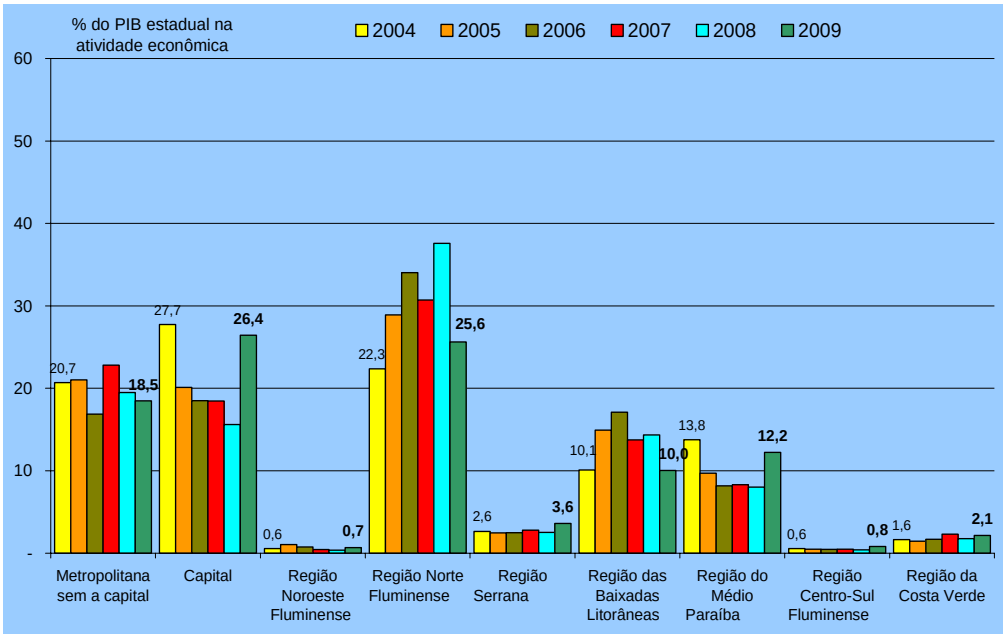
Ainda no setor agropecuário, o peso que a atividade teve na produção de cada região segue pouco representativo. No próximo gráfico, observa-se que o setor ganhou peso no PIB nas regiões Noroeste, Norte, das Baixadas Litorâneas e Centro-Sul.

Gráfico 36: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2004-2009



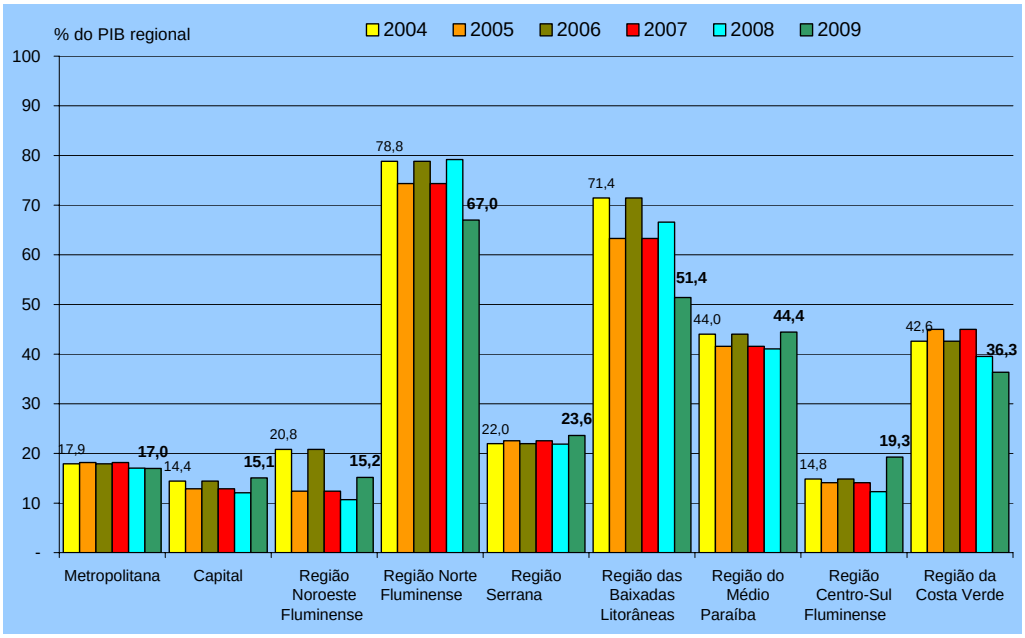
Ganhou espaço, no PIB estadual do setor industrial, a petroleira Região Norte Fluminense, seguida de longe pelas regiões Noroeste, Serrana, Centro-Sul e Costa Verde. Tradicionais polos industriais, a capital e o Médio Paraíba avançaram significativamente em 2009. O gráfico ilustra a evolução no período:

Gráfico 37: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na indústria – 2004-2009



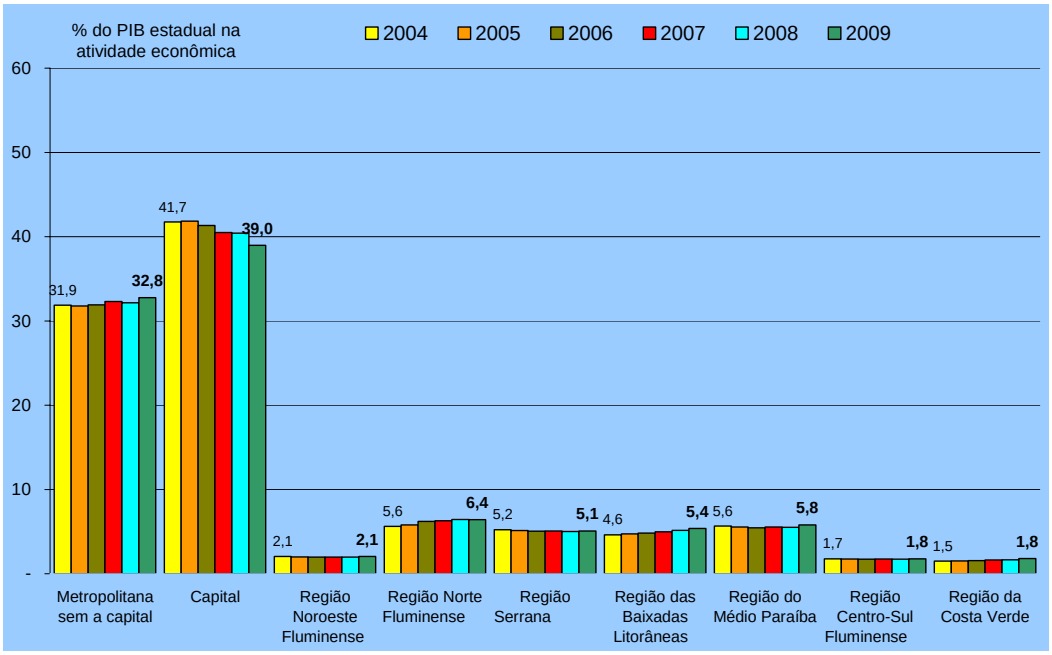
O setor industrial prevalece nas regiões confrontantes à Bacia de Campos, tendo perdido pujança pela crise de 2009, mas cresceu em relevância na economia das regiões Serrana, do Médio Paraíba e Centro-Sul.

Gráfico 38: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2004-2009



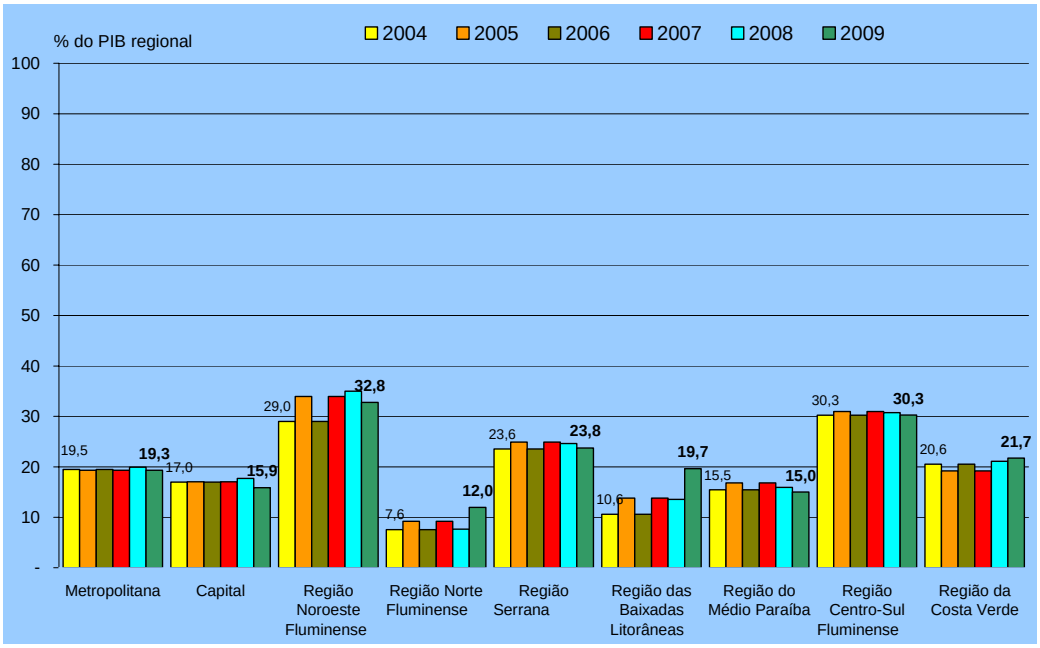
Na capital e na Região Metropolitana estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual de serviços de administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Aqui pode ser observado o aumento da participação dessa atividade em todo o estado.

Gráfico 39: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na administração pública – 2004-2009



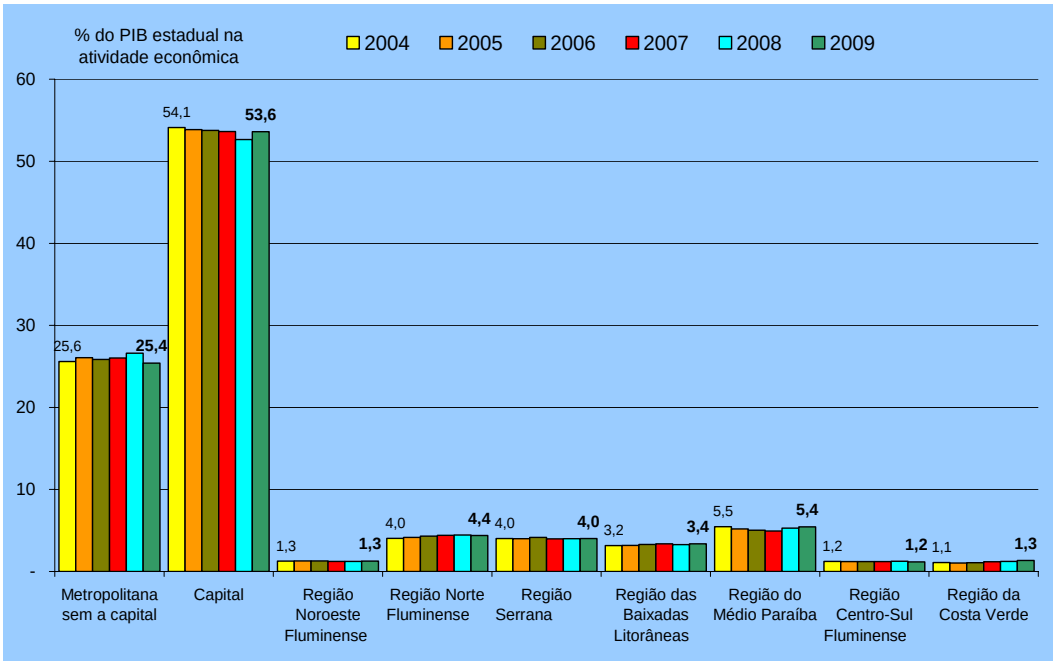
A administração pública é bastante presente no PIB das regiões menos desenvolvidas do estado, sendo menos representativas no Norte e nas Baixadas Litorâneas em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

Gráfico 40: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2004-2009



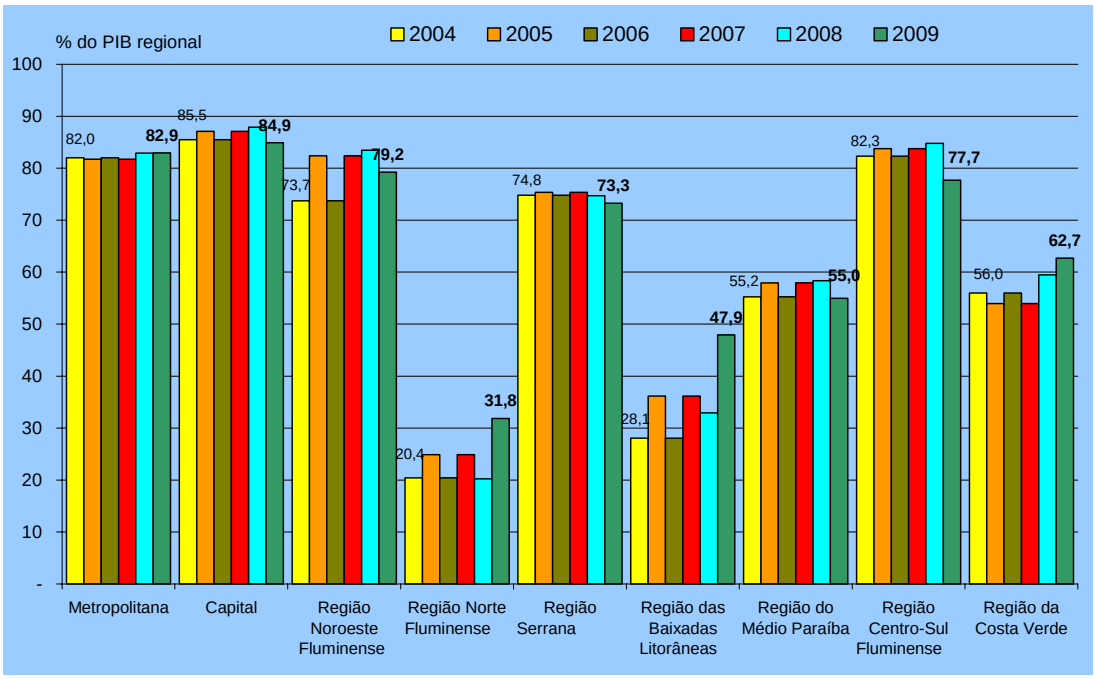
Serviços como um todo (incluída a administração pública, já apresentada) estão fortemente concentrados na Região Metropolitana. Com exceção das regiões Metropolitana, Noroeste e Centro-Sul, houve crescimento nas demais:

Gráfico 41: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual em serviços – 2004-2009



O setor de serviços como um todo é preponderante nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas, inflacionadas pela indústria petrolífera que, todavia, ocorre na plataforma continental.

Gráfico 42: Evolução da contribuição de serviços na economia regional – 2004-2009



Os municípios da Região Metropolitana apresentaram o seguinte comportamento:

Gráfico 43: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Metropolitana – R$ milhões – 2004-2009

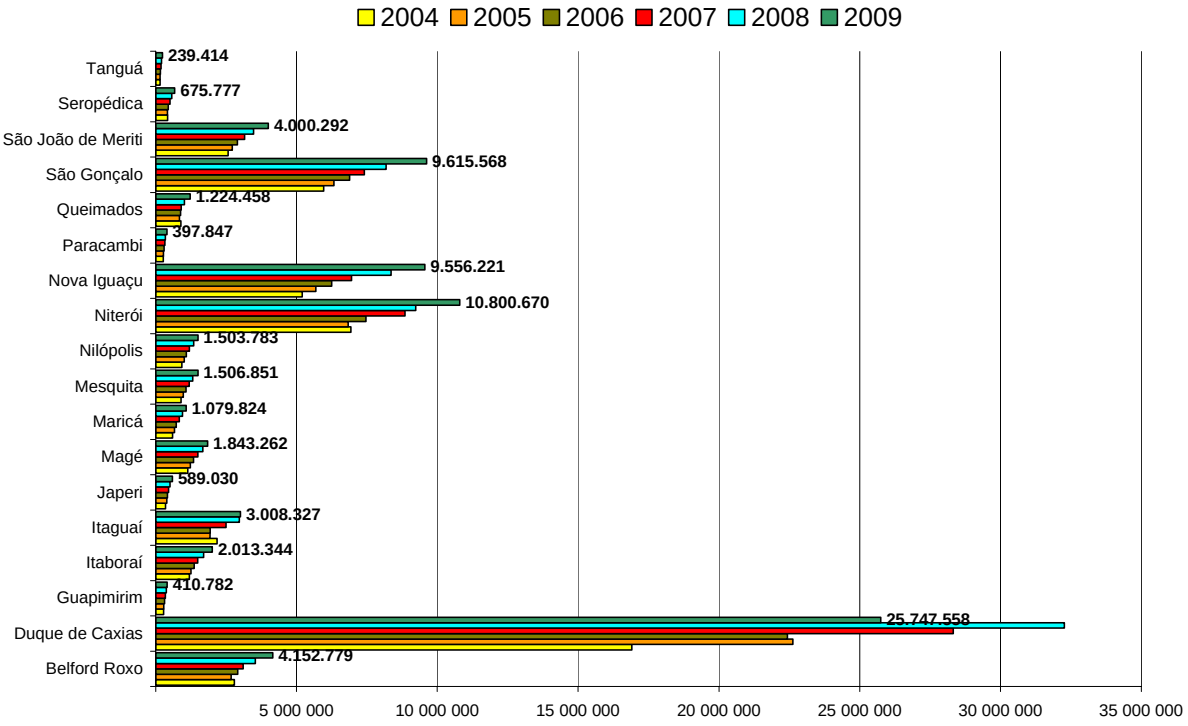


Gráfico 44: Evolução do PIB per capita *– Região Metropolitana – R$ – 2004-2009*

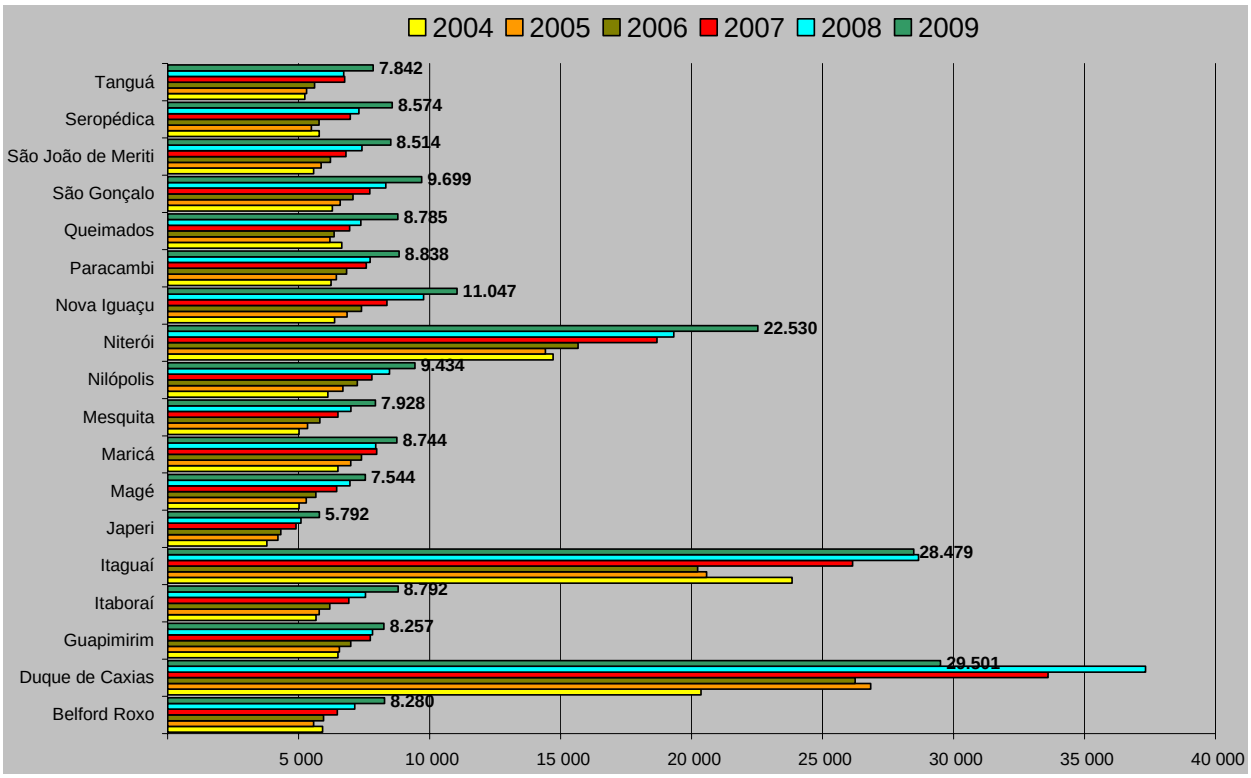


Gráfico 45: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Metropolitana – R$ milhões – 2004-2009

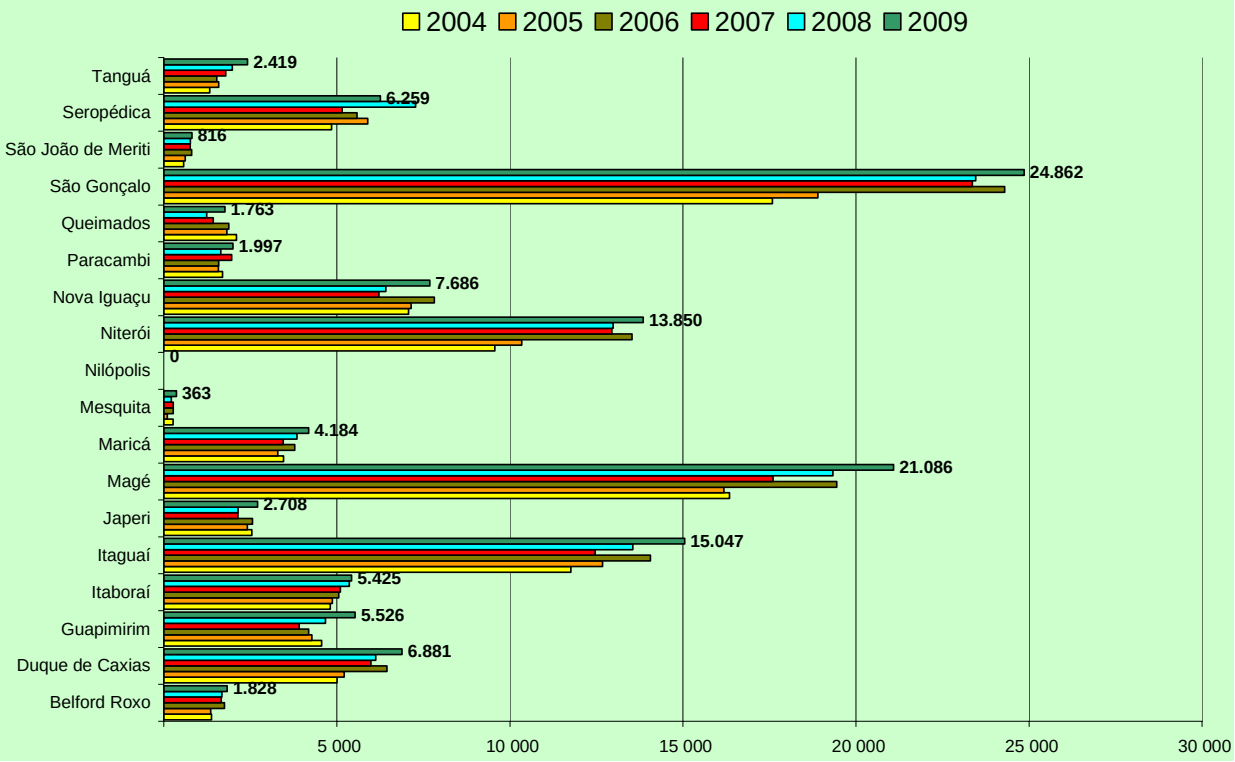


Gráfico 46: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Metropolitana – R$ milhões – 2004-2009

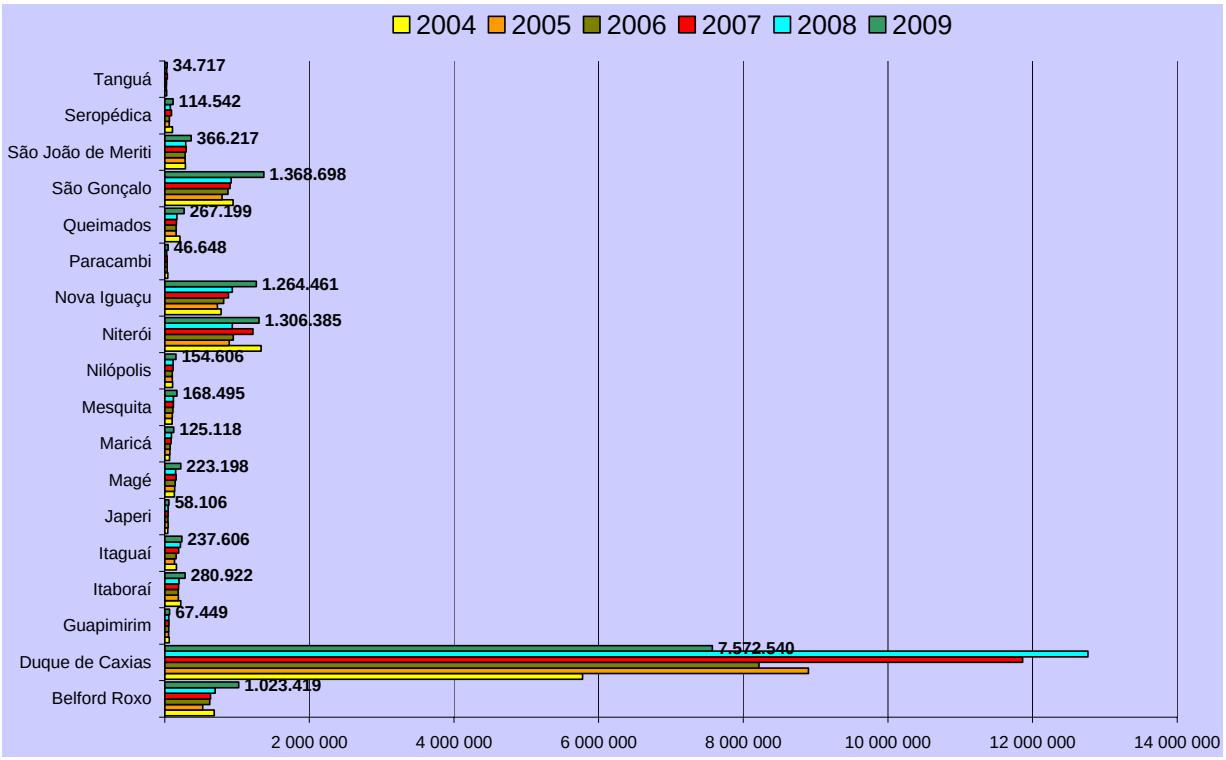


Gráfico 47: Evolução do valor adicionado da administração pública – Região Metropolitana – R$ milhões – 2004-2009

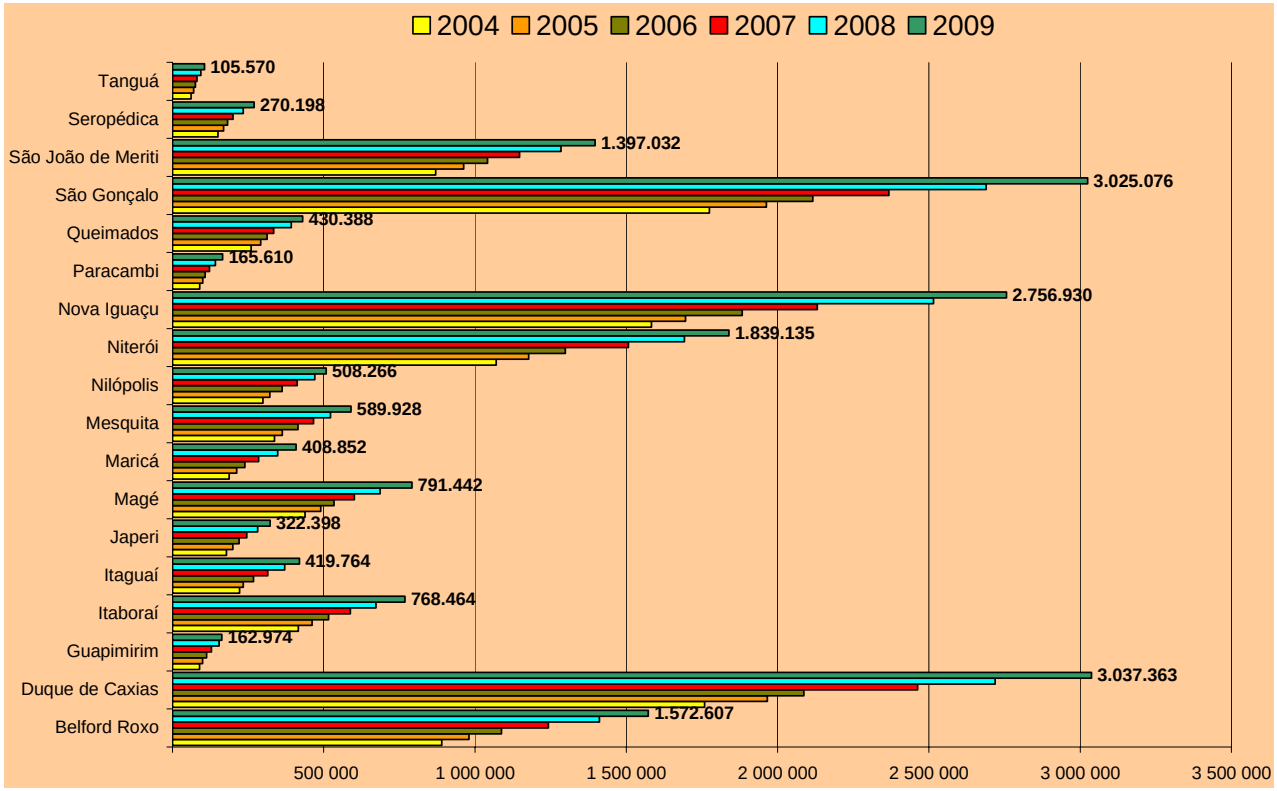
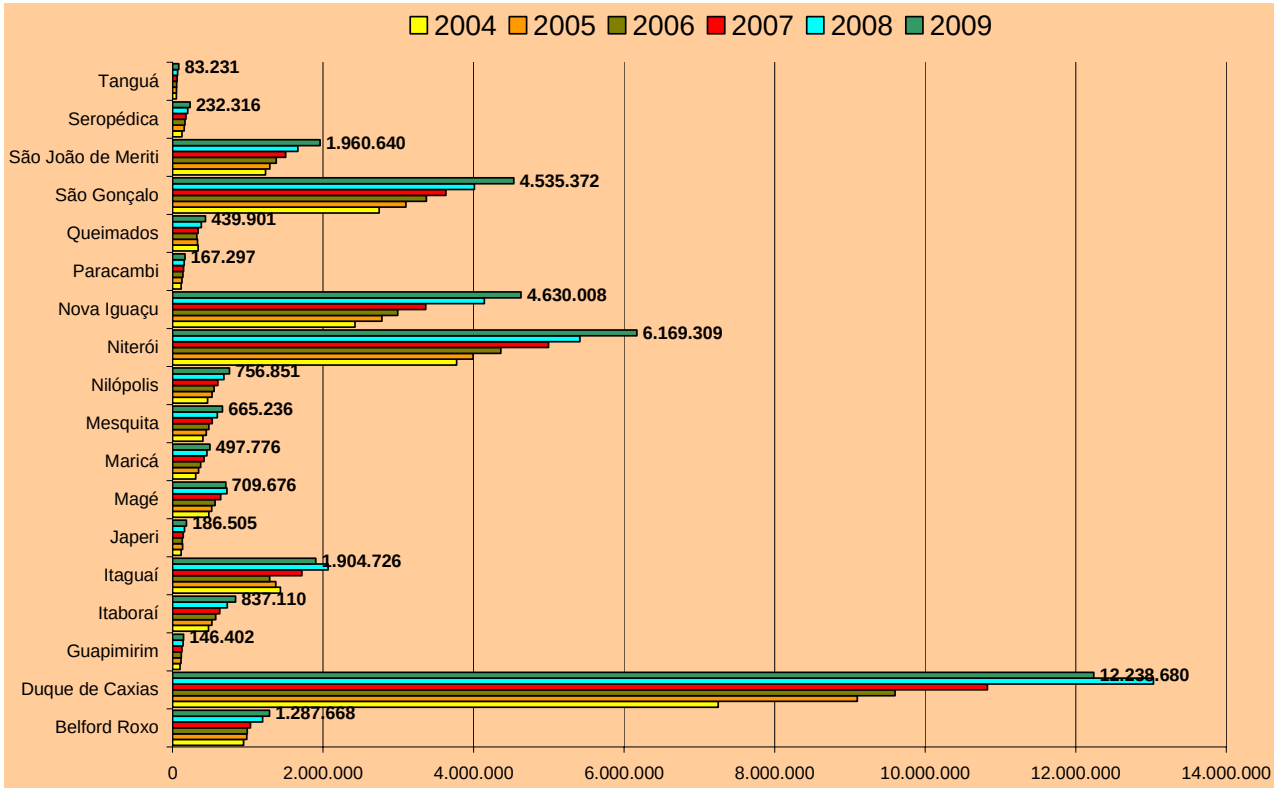


Gráfico 48: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Metropolitana – R$ milhões – 2004-2009

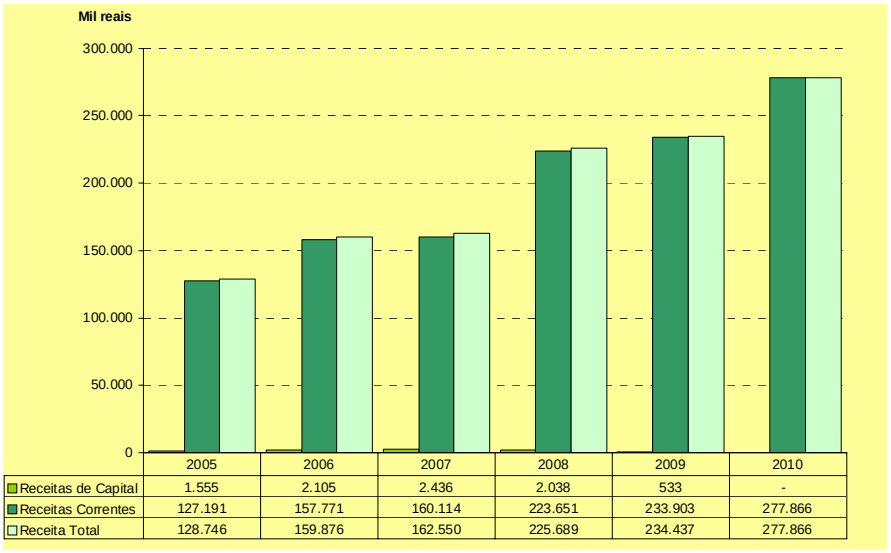


V - INDICADORES FINANCEIROS

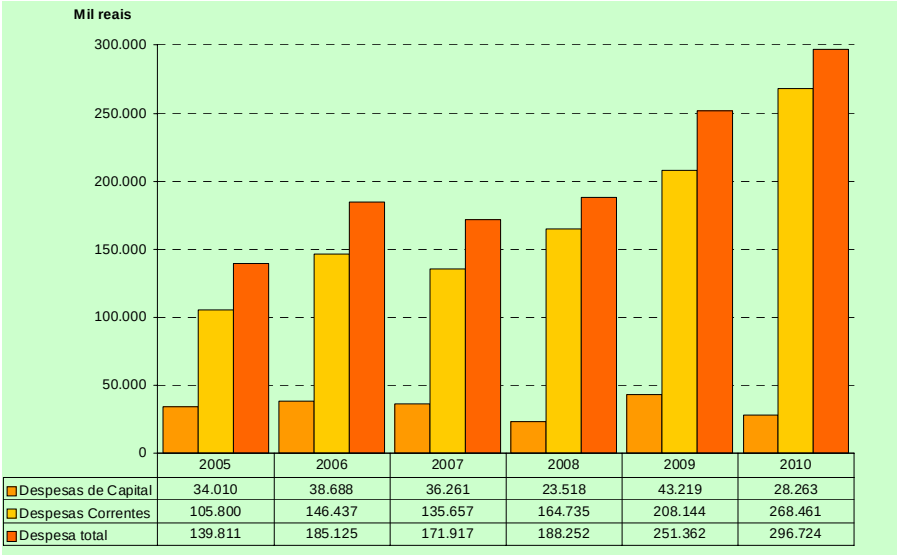
O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro do município [31], com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2005 a 2010 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Gráficos 49 e 50: Receitas e Despesas totais – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas de Capital	1.555	2.105	2.436	2.038	533	-
Receitas Correntes	127.191	157.771	160.114	223.651	233.903	277.866
Receita Total	128.746	159.876	162.550	225.689	234.437	277.866



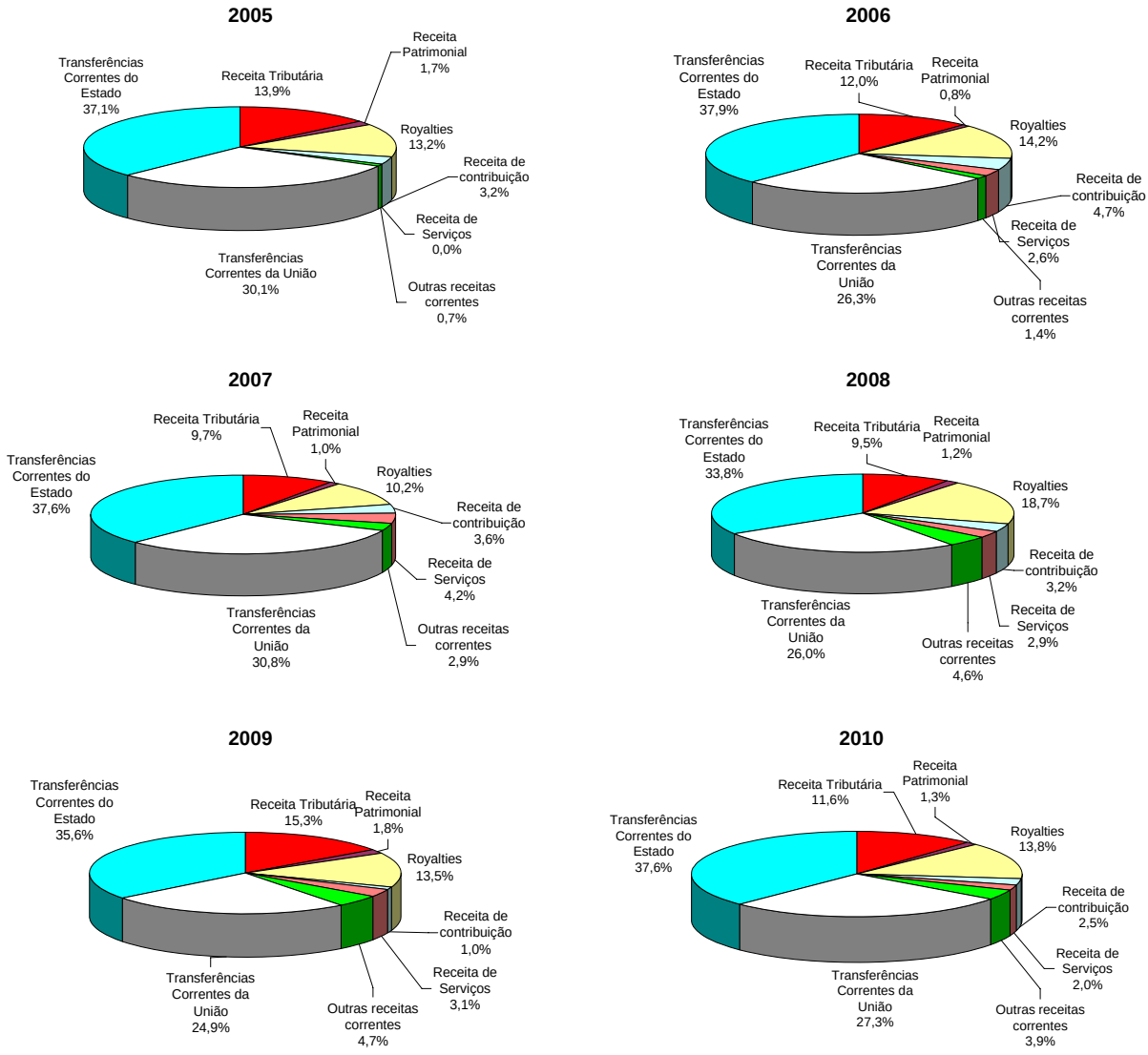
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas de Capital	34.010	38.688	36.261	23.518	43.219	28.263
Despesas Correntes	105.800	146.437	135.657	164.735	208.144	268.461
Despesa total	139.811	185.125	171.917	188.252	251.362	296.724

A receita realizada aumentou 116% entre 2005 e 2010, enquanto a despesa cresceu 112%.

31 - Fontes: Prestações de Contas 2005 a 2010 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2005 a 2009 e Censo 2010.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

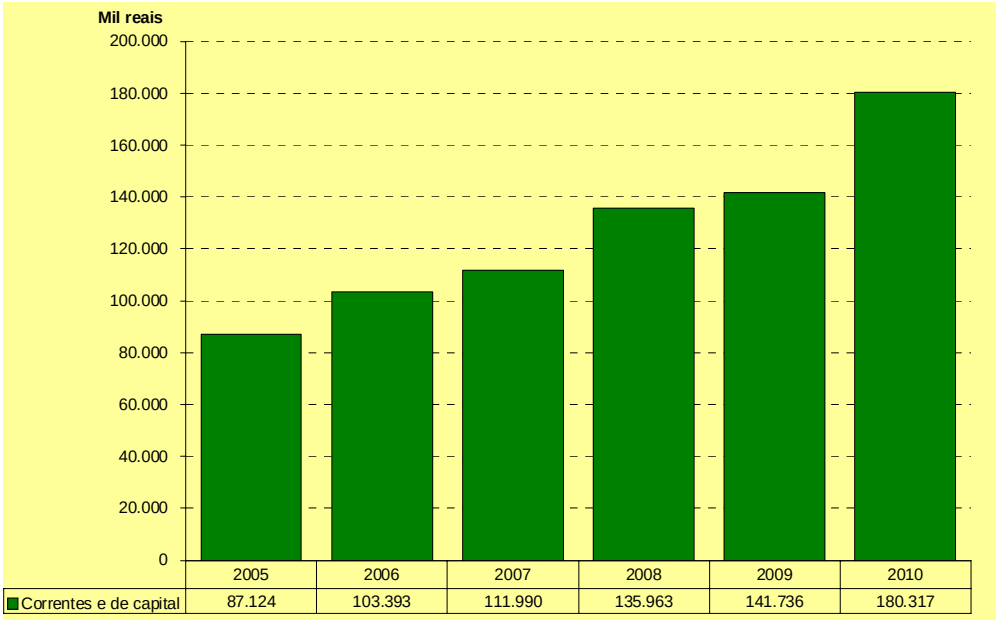
Gráficos 51, 52, 53, 54, 55 e 56: Composição das receitas correntes – 2005-2010



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 11,6% do total no ano de 2010.

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 107% entre 2005 e 2010:

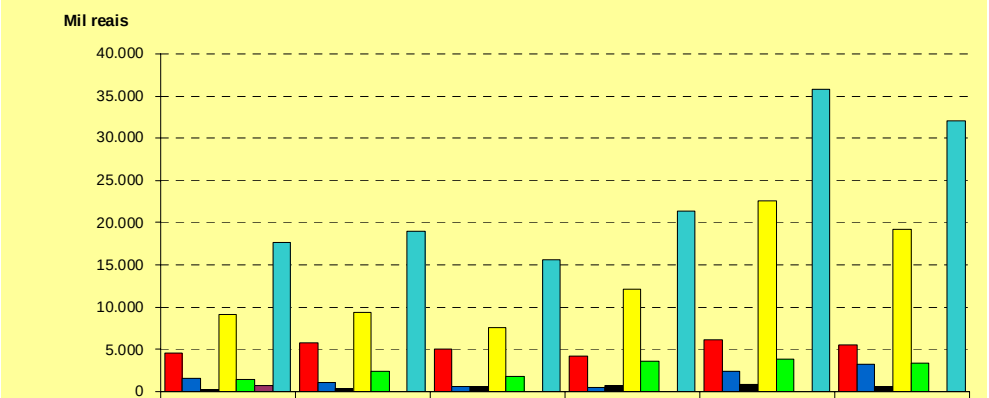
Gráfico 57: Transferências totais para o município – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Correntes e de capital	87.124	103.393	111.990	135.963	141.736	180.317

A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 82% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 110% na arrecadação de ISS, de 22% no IPTU e de 109% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 154% na receita de ITBI e de 142% nas taxas.

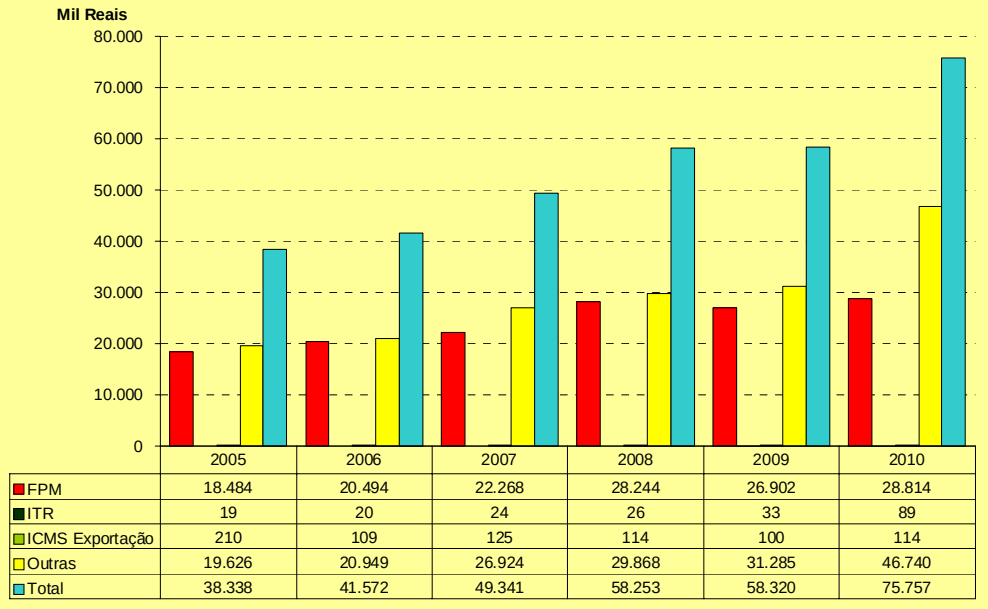
Gráfico 58: Receitas tributárias – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IPTU	4.559	5.717	4.987	4.256	6.126	5.566
Imposto de Renda	1.560	1.129	576	503	2.400	3.263
ITBI	252	381	582	773	819	640
ISS	9.136	9.305	7.575	12.110	22.564	19.228
Taxas	1.403	2.439	1.815	3.623	3.840	3.399
Contr.de Melhoria	737	0	19	37	4	-
Receita Tributária	17.648	18.971	15.553	21.301	35.753	32.097

As transferências correntes da União cresceram 98% no período, com aumento de 56% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

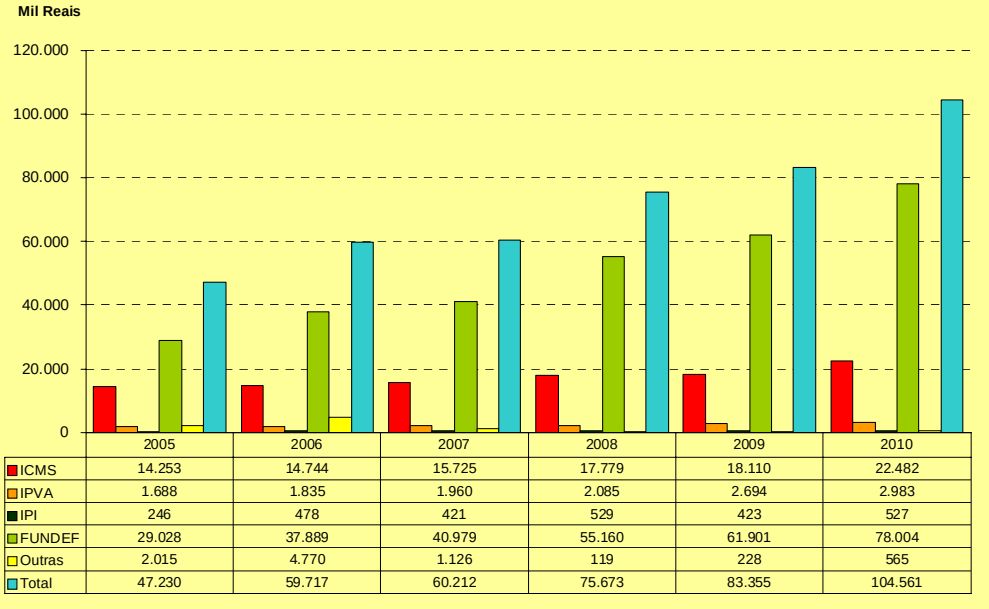
Gráfico 59: Transferências correntes da União – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
FPM	18.484	20.494	22.268	28.244	26.902	28.814
ITR	19	20	24	26	33	89
ICMS Exportação	210	109	125	114	100	114
Outras	19.626	20.949	26.924	29.868	31.285	46.740
Total	38.338	41.572	49.341	58.253	58.320	75.757

A evolução das transferências correntes do estado foi de 121% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 58% no repasse do ICMS e o crescimento de 169% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 60: Transferências correntes do Estado – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ICMS	14.253	14.744	15.725	17.779	18.110	22.482
IPVA	1.688	1.835	1.960	2.085	2.694	2.983
IPI	246	478	421	529	423	527
FUNDEF	29.028	37.889	40.979	55.160	61.901	78.004
Outras	2.015	4.770	1.126	119	228	565
Total	47.230	59.717	60.212	75.673	83.355	104.561

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010:

receita realizada = R$ 277.866.055 = 0,9364
despesa executada R$ 296.724.033

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R$ 93,64 para cada R$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando desequilíbrio orçamentário em cinco dos seis anos em análise.

Gráfico 61: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2005-2010

2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010:

despesas de custeio = R$ 268.460.868 = 0,97
receitas correntes R$ 277.866.055

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 97% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2005:

Gráfico 62: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2005-2010

As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 154% entre 2005 e 2010, enquanto as receitas correntes cresceram 118% no mesmo período.

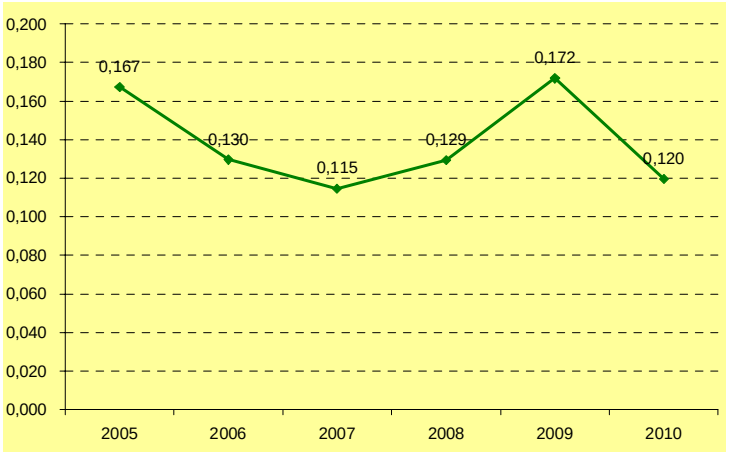
3. Indicador de autonomia financeira em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 32.096.775}}{\text{R\$ 268.460.888}} = 0{,}120$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 1,2% no exercício de 2010. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 63: Indicador de autonomia financeira – 2005-2010



Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 82% no período, contra 154% de aumento das despesas de custeio.

No período analisado, houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria + inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 32.096.775 + 61.814.576}}{\text{R\$ 277.866.055}} = 0{,}338$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 33,8% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua *performance* está demonstrada no gráfico a seguir.

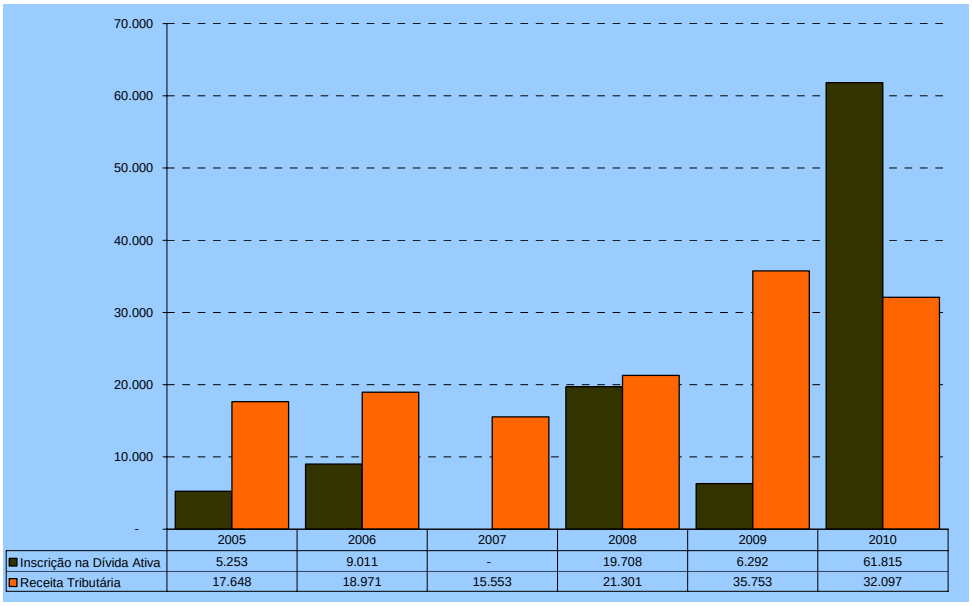
Gráfico 64: Indicador do esforço tributário próprio – 2005-2010

Ocorreu aumento de 90% nesse indicador nos últimos seis anos, por conta, também, dos volumes líquidos inscritos na dívida ativa em 2010.

Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes). Nos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

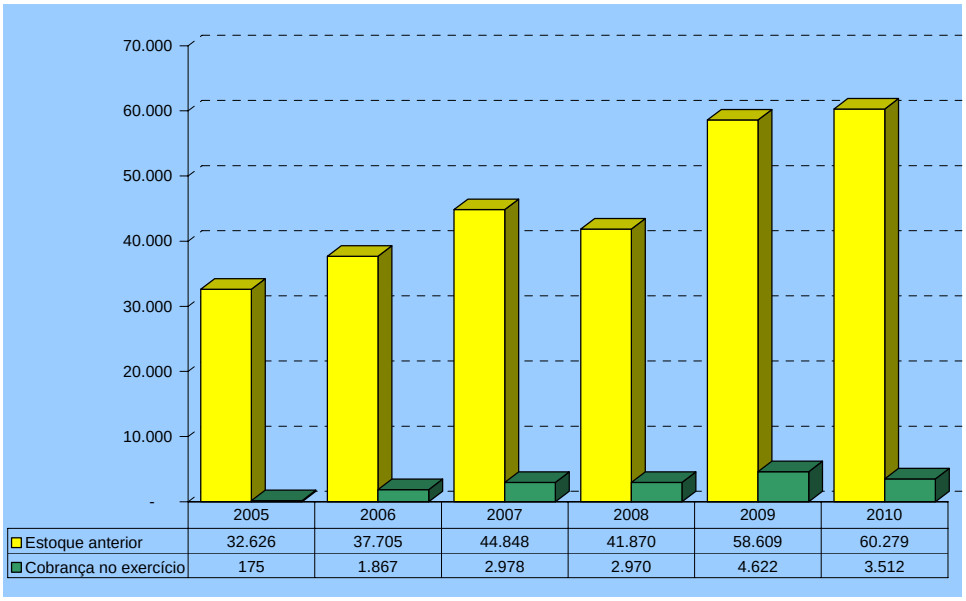
Gráfico 65: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Inscrição na Dívida Ativa	5.253	9.011	-	19.708	6.292	61.815
Receita Tributária	17.648	18.971	15.553	21.301	35.753	32.097

O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Gráfico 66: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estoque anterior	32.626	37.705	44.848	41.870	58.609	60.279
Cobrança no exercício	175	1.867	2.978	2.970	4.622	3.512

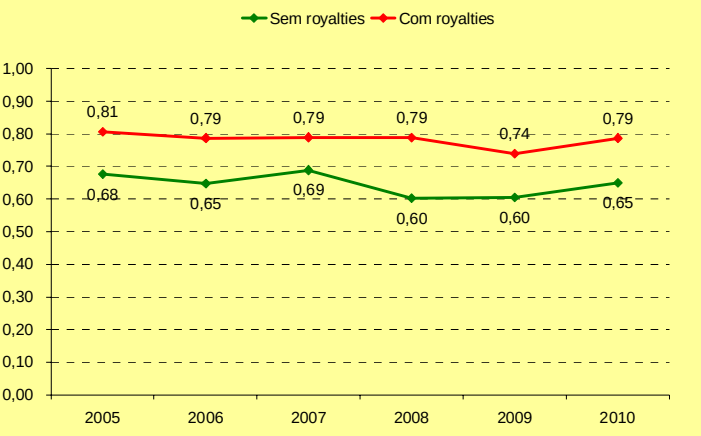
Não houve cancelamento da dívida ativa no período.

5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 180.317.100}}{\text{R\$ 277.866.055}} = 0{,}65$$

A receita de transferências representa 65% do total da receita do município em 2010. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

Gráfico 67: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2005-2010



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2010, subiria para 0,79%.

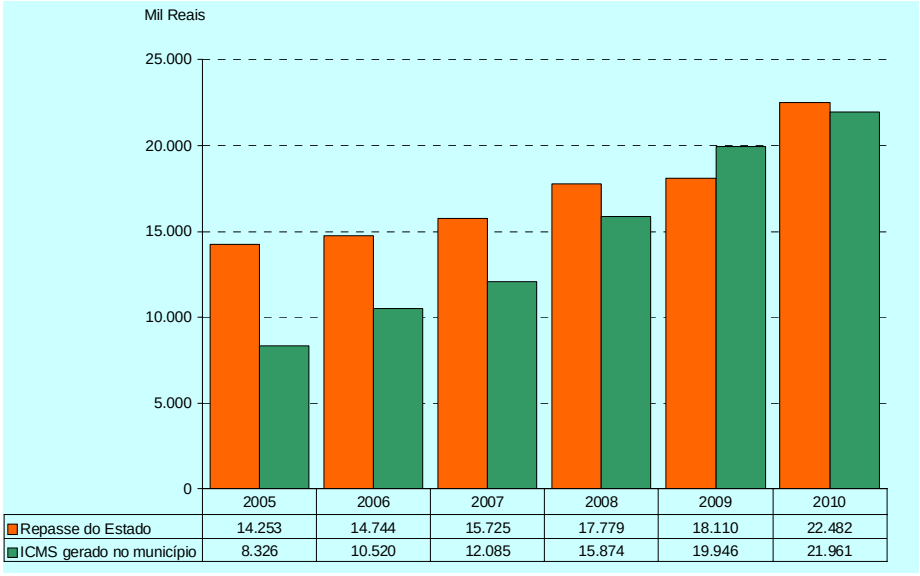
Esse indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R$ 38,4 milhões em 2010.

Gráfico 68: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total de transferências correntes e de capital	87.124	103.393	111.990	135.963	141.736	180.317
Receita própria (tributária e não)	41.622	56.484	50.560	89.726	92.701	97.549
Receita Própria / Transferências	48%	55%	45%	66%	65%	54%

Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo estado (excluída a parcela do FUNDEF/FUNDEB), apresentada no gráfico que segue.

Gráfico 69: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído – 2005-2010



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Repasse do Estado	14.253	14.744	15.725	17.779	18.110	22.482
ICMS gerado no município	8.326	10.520	12.085	15.874	19.946	21.961

6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria + cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 32.096.775 + 3.511.858}}{227.322} = \text{R\$ 156,64/habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2010, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 156 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 104% no período.

Gráfico 70: Indicador da carga tributária per capita *– 2005-2010*

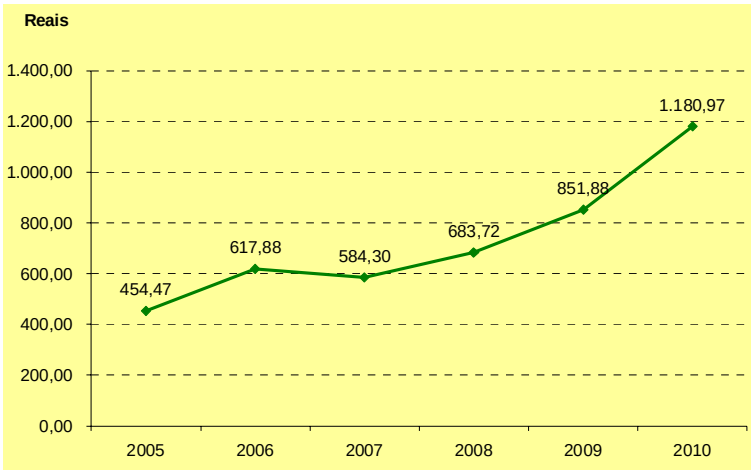
7. Indicador do custeio *per capita* em 2010:

despesas de custeio / população do município = R$ 268.460.868 / 227.322 = R$ 1.180,97/hab

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 1.180,97 reais em 2010. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 160% no período de 2005 a 2010.

Gráfico 71: Indicador do custeio per capita *– 2005-2010*



8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2010:

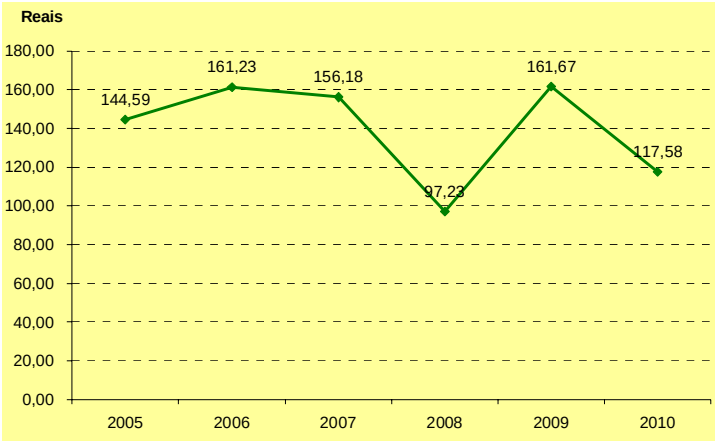
investimentos / população do município = R$ 26.728.858 / 227.322 = R$ 117,58/hab

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2010, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 117 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R$ 156,64 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R$ 117,58 representaria praticamente que 75% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 72: Indicador dos investimentos per capita *– 2005-2010*



9. Indicador do grau de investimento em 2010:

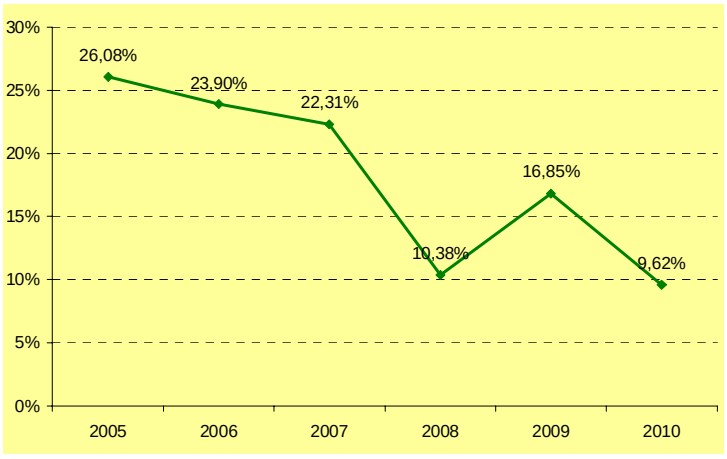
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 26.728.858}}{\text{R\$ 277.866.055}} = 0{,}0962$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 9,62% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 97% das receitas correntes.

Esse quociente vem se mantendo em níveis que evidenciam uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Gráfico 73: Indicador do grau de investimento – 2005-2010



10. Indicador da liquidez corrente em 2010:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 53.624.877}}{\text{R\$ 51.758.048}} = 1{,}04$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela Prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve equilibrada em três dos seis exercícios analisados.

Gráfico 74: Indicador de liquidez corrente – 2005-2010

Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social.

VI - CONCLUSÃO

O município de Magé teve sua população estimada em 228.150 habitantes em 2010, apresentando densidade demográfica de 590 pessoas por km^2, a 13ª maior do estado. O total de 161.133 eleitores representou 1,39% dos 11,6 milhões de eleitores do Rio de Janeiro, configurando-se o 11º colégio eleitoral fluminense.

A rodovia BR-116 cruza o município, de Duque de Caxias a oeste, a Guapimirim a nordeste. A BR-493 acessa o sul de Guapimirim, em direção a Manilha, no município de Itaboraí, e a RJ-107 segue rumo norte para Petrópolis. Magé tem uma área total de 386,8 km^2, correspondentes a 0,88% do território estadual.

Não houve Pesquisa de Informações Básicas Municipais em 2010. De acordo com essa pesquisa do IBGE, do ano de 2009, a estrutura administrativa municipal dispunha de 1.850 servidores, o que resulta em uma média de 8 funcionários por mil habitantes, a 91ª maior no estado.

O governo eletrônico é uma importante ferramenta que visa a otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Apesar da relevância de que hoje se reveste a tecnologia da informação e da comunicação, a pesquisa continuada deste TCE aponta que o sítio oficial de Magé na internet oferece 11 de 19 tipos de serviços informativos pesquisados e sete de 18 aspectos interativos selecionados. O município possibilita algum tipo de transação *online* por meio da rede mundial de computadores.

Quanto à educação, Magé teve 60.393 alunos matriculados em 2010, uma variação de -5,2% em relação ao ano anterior. Foram 2.429 estudantes na creche, 94% na rede municipal, e 3.503 na pré-escola, 76% deles em 74 estabelecimentos da prefeitura. O ensino fundamental foi ofertado a 43.533 alunos, 70% deles em 70 unidades municipais e 17% em 21 estabelecimentos da rede estadual.

Para o conjunto do Estado do Rio, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos iniciais (1ª a 5ª séries) do ensino fundamental deve subir de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021, e o dos anos finais, de 2,9 para 4,9 (6ª a 9ª séries). As metas abrangem as dependências administrativas de cada município, com desafios para todos.

A rede municipal teve nota média de 3,6 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, ficando Magé posicionado em 85º entre 91 avaliados, não alcançando a meta estabelecida para 2009. Quanto aos anos finais, obteve grau médio 3,5, posicionado como 57º entre 80 avaliados, tendo atingido a meta estabelecida para 2009. Já a rede estadual pontuou 4,5 no IDEB do primeiro segmento, 34º entre 69 avaliados, atendendo a meta estabelecida para 2009. O segundo segmento atingiu nota média 3,1, ficando o município em 62º entre 90 avaliados, não tendo cumprido a meta estabelecida para 2009 pelo MEC. O próximo IDEB será referente ao desempenho de 2011.

O ensino médio, disponibilizado em 28 unidades escolares, teve 9.670 alunos matriculados, 89% na rede estadual e 0% na municipal.

Quanto à saúde, Magé já aderiu ao Pacto pela Saúde. Há 60 equipes de Saúde da Família e 41 equipes de Saúde Bucal atendendo a população.

MAGÉ

Magé teve uma receita total de R$ 277,9 milhões em 2010: a 17ª do estado, todavia não apresentando equilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 97% com o custeio da máquina administrativa. Sua autonomia financeira é de 10,7% e seu esforço tributário alcançou 32,6% da receita total.

A carga tributária *per capita* de R$ 126,84 é a 55ª do estado (em comparativo que não inclui a capital), sendo R$ 24,49 em IPTU (50ª posição) e R$ 84,58 em ISS (48º lugar).

O custeio *per capita* de R$ 1.180,97 é o 80º do estado, contra um investimento *per capita* de R$ 117,58, posição de número 76 dentre os 91 demais.

A dependência de transferências da União, do estado e das participações governamentais alcançou 80% das receitas totais. Especificamente com relação às últimas receitas, vinculadas ao petróleo, o município de Magé teve nelas 14% de sua receita total, um montante de R$ 169,20 por habitante no ano de 2010, 58ª colocação no estado.

Devido à crise mundial, após o período recessivo observado no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, houve recuperação do nível da atividade interna, mas os *royalties* tiveram uma queda média de 24% para o conjunto dos municípios fluminenses naquele exercício, principalmente em decorrência da sobrevalorização do real frente ao dólar, moeda utilizada como base para cálculo. Em 2010, essas participações governamentais se recuperaram, todavia não atingindo o mesmo patamar recebido pelos 91 municípios em 2008. No caso específico de Magé, essa receita de 2010 teve variação de 22% sobre o ano anterior.

O município de Magé recebeu 2,19% do chamado ICMS verde, em decorrência de ter vazadouro não remediado e não ter nenhum contingente de população urbana atendido por tratamento de esgoto, algumas das variáveis utilizadas para cálculo daquela transferência.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e Documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023, agosto/2002.

BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível no sítio http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/. Acesso em 21/02/08.

_____. Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação.

_____. Lei nº 11.274/2006 – Ensino Fundamental de nove anos e Educação Infantil oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e, em pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade.

_____. Lei nº 9.394/1999 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

BRITTO, Jorge. *Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

CARVALHO JUNIOR. Jonas Lopes de. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2007, TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

_____. *A sociedade em rede. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

_____. *A sociedade em rede. O fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

CASTRO, Cláudio de Moura. A penosa evolução do ensino e seu encontro com o Pisa. In Pisa 2000: Relatório Nacional. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em http://www.oecd.org/dataoecd/30/19/33683964.pdf. Acesso em 27.04.2009.

CRUZ, José Luiz Vianna da (Org.). *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

DUBNICK Melvin J. *Accountabiliy* and the promise of performance: in search of the mechanisms. Public Performance and Management Review (PPMR) Vol. 28 No. 3, March 2005, pp. 376–417 © 2005 M.E. Sharpe, Inc.

_____. e JUSTICE, Jonathan B. *Accountabiliy* and the evil of administrative ethics. ADMINISTRATION & SOCIETY (Forthcoming, 2006). Disponível em http://pubpages.unh.edu/dubnick/pubs/2006/ Dubnick&Justice2006.pdf. Acesso em 12/12/05.

FERLY, Ewan *et al. A nova administração pública em ação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: ENAP, 1999.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).

GRACIOSA, José Gomes. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2009, TCE-RJ, 2010. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental. Brasília: Inep, 2003.

_____. Resultados do Enem 2005: análise do perfil socioeconômico e do desempenho dos participantes. Brasília: Inep, 2006.

_____. O que explica o crescimento do Ideb entre 2005 e 2007: aumento nas notas ou na aprovação dos alunos? In Na Medida – Boletim de Estudos Educacionais do Inep. Brasília: Inep, 2009. Ano 1, número 1.

INSTITUTO VASCO DE EVALUACIÓN E INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. Primer Informe Evaluación PISA 2006. Bilbao: ISEI-IVEI, 2007. Disponível em http://www.oecd.org/dataoecd/55/10/39830282.pdf. Acesso em 27.04.2009.

JARA, Carlos. *Planejamento Do Desenvolvimento Municipal com a Participação de Diferentes Atores Sociais*. In: Ação Local e desenvolvimento sustentável. Debates. Fortaleza: Centro de estudos Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

JUSTICE, Jonathan B. *Accountabiliy* is not Enough: Why Improvements in *Accountabiliy* are Subject to diminishing Returns. IPSA, 2000. Mimeo.

KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Longman, 2003.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MACROPLAN/IETS. *O Rio tem Futuro!?*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível no sítio Disponível no sítio http://www.oriotemfuturo.com.br/.Acesso em 15/12/07.

MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1954.

MELLO, Marcelo Franca de Faria. *Mecanismos de Inovação na Gestão Pública: Perspectivas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

MOORE, Mark Harrison. *Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo*. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

MURTA, Claudio Martinelli. *Avaliação de Planos Diretores Municipais*. Trabalho de Conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública – CIPAD – Turma 01 - TCE/RJ, 2007.

NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F. *As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro*. TCE/RJ, Janeiro 2002.

NETTO, Antonio Delfim. *Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa*. In: GIAMBIAGI, Fabio *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOVO, Jean Marcel de Faria*. Apreciação ergonômica da auditoria de obras públicas - 2003*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 2003. 3ª ed.

OCDE - *Glossaire des Principaux Termes Relatifs à l'Évaluation etlLa Gestion Axée sur les Résultats*. Paris, OCDE: 2002. Disponível em http://www.oecd.org/dac/evaluation. Acesso em 13/12/05.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, Anped, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

PACHECO, Regina Silvia. *Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros*; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

PARANKEDAR, Suhas D.; OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro e AMORIM, Érica P. (Orgs.). Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino . Brasília: Inep, 2008.

PORTO, Claudio. URANI, André. (Coords.). *O Rio tem Futuro!? – Pesquisa Qualitativa e de Opinião - Relatório Preliminar da Pesquisa - Dez/2006*. Rio de Janeiro: IETS/MACROPLAN, 2006. Disponível no sítio http://www.oriotemfuturo.com.br/.Acesso em 15/12/2007.

RABELLO, Júlio Lambertson. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2005, TCE-RJ, 2006. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2008, TCE-RJ, 2009. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.528/2005 – Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do ERJ (com as alterações da Lei Estadual nº 5.311/2008)

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.597/2009 – Plano Estadual de Educação – PEE/RJ.

ROMZEK, Barbara S. e DUBNICK, Melvin J. *Accountabiliy in the Public Sector: Lessons from the Challenger Tragedy*. Public Administration Review 47, 1987.

RUEDIGER, Marco Aurélio e RICCIO, Vicente. *O Novo Contrato Social: Desenvolvimento e Justiça em uma Sociedade Completa*. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio e SOBREIRA, Rogério. *Desenvolvimento e Construção Nacional: Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Ex-Leviatã Brasileiro: do Voto Disperso ao Clientelismo Concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHWARTZ, Peter. *A Arte da Previsão – Planejando o Futuro em um Mundo de Incertezas*. São Paulo: Best Seller, 2000.

_____. *Cenários: as Surpresas Inevitáveis.* Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In. In: EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, Dietrich, SKOCPOL, Theda (orgs). Cambridge, 1999.

SOUZA, Aluisio Gama de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2004. TCE/RJ, 2005.

_____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2006. TCE/RJ, 2007.

RABELLO, Julio L. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2005. TCE/RJ, 2006.

_____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2010. TCE/RJ, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásia. *Como fazer Monografia na Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 5ª ed. rev. e amp.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2001 a 2010*. Disponíveis no sítio http://www.tce.rj.gov.br.

_____. *Resolução nº 247*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. Publicada no DORJ de 05/09/06 e retificada no DORJ de 25/09/06.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Education For All – EFA Global Monitoring Report 2009 - Overcoming inequality: why governance matters. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em http://www.unesco.org/en/efareport. Acesso em 08.05.2009.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.

Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade
Marcello Leoni Lopes de A. Torres

Equipe Técnica
Marcelo Franca de Faria Mello
Eduardo Henrique Sant´Anna Pinheiro

Arte
Maria Inês Blanchart

Agradecimentos
Inspetoria de Exame das Administrações Financeiras
da Subsecretaria de Controle Municipal